



I SIMPÓSIO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

ANAIS 2025

**I SIMPÓSIO
INTERSETORIAL
PARA ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA**

Realização



PPGSCol
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SAÚDE COLETIVA - UDESC



Apoio



GEPPS
Grupo de Estudo e Pesquisa em
Promoção da Saúde

Financiamento



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



I SIMPÓSIO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S612a Simpósio Intersetorial para Enfrentamento da Violência (1. : 2025 : Criciúma, SC).
[Anais do] I Simpósio Intersetorial para Enfrentamento da Violência [recurso eletrônico], 09 a 10 de outubro de 2025 / Grupo de Pesquisa Violência, Desigualdade e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Criciúma: ViDaS/PPGSCol, 2025.
159 p.

Modo de acesso: <[http://www.bib.unesc.net/](http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php)
[pergamum/biblioteca/index.php](http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php)>

ISBN 978-65-01-73794-2

1. Violência - Congressos. 2. Violência - Prevenção - Congressos. 3. Saúde pública. 4. Justiça. 5. Assistência social. 6. Segurança pública. II. Título.

CDD. 22. ed. 363.32

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14-1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



I SIMPÓSIO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA

PREFÁCIO

O I Simpósio Intersetorial para Enfrentamento da Violência nasce do compromisso coletivo de promover o diálogo entre universidade, serviços públicos, movimentos sociais e gestão, reafirmando a centralidade da vida, da dignidade e dos direitos humanos como eixos estruturantes das políticas públicas de saúde e de proteção social. Realizado por docentes do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCol), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e coordenado pelo Grupo de Pesquisa Violência, Desigualdade e Saúde (ViDaS), o evento representa um marco para a região Sul de Santa Catarina. Reúne múltiplos atores em torno de um objetivo comum: ampliar a compreensão sobre as violências e fortalecer práticas de enfrentamento sustentadas pela ética do cuidado, pela integralidade e pela intersetorialidade.

Vivemos um tempo em que as violências — estruturais, interpessoais e institucionais — se manifestam de forma difusa e persistente, exigindo respostas complexas e colaborativas. O Simpósio foi concebido como um espaço de escuta, reflexão e produção compartilhada de saberes, reconhecendo que nenhuma instituição, isoladamente, é capaz de enfrentar as múltiplas dimensões desse fenômeno. Para tanto, o evento buscou reunir profissionais da saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública. Proporcionou um espaço oportuno para se reafirmar a importância da articulação intersetorial para a construção de estratégias integradas de prevenção, atenção e garantia de direitos.

A proposta que inspirou este encontro dialoga com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com a missão da universidade comunitária e com o propósito do Grupo de Pesquisa ViDaS, que tem se dedicado à compreensão das múltiplas expressões da violência e às possibilidades de cuidado em rede. Esse diálogo reafirma o compromisso com a produção coletiva do conhecimento, a formação crítica de profissionais e a transformação social orientada pela ética e pela defesa da vida. O enfrentamento das violências requer abordagens integrais e intersetoriais, centradas nas pessoas e nos territórios, sustentadas pela corresponsabilidade entre setores, instituições e sujeitos sociais, e ancoradas na esperança ativa de que o cuidado pode ser também um ato de resistência.

Os Anais que aqui se apresentam reúnem os trabalhos científicos e relatos de experiência submetidos e aprovados pela Comissão Científica, organizados em três eixos temáticos que refletem a amplitude e a transversalidade do debate:

1. Violência e Saúde: Prevenção, Atenção e Notificação;
2. Educação, Justiça e Direitos no Combate à Violência;
3. Saúde Coletiva: determinantes sociais, gestão, políticas públicas e cuidado em saúde.

A diversidade de perspectivas metodológicas e teóricas presentes nos textos expressa a riqueza do campo intersetorial e o compromisso com a transformação das práticas profissionais. Cada resumo, seja oriundo da pesquisa, da extensão ou da atuação cotidiana nos serviços, compõe uma cartografia de experiências e resistências, que dá visibilidade às pessoas, territórios e instituições que cotidianamente constroem respostas à violência.



I SIMPÓSIO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA

A realização deste evento foi possível graças à dedicação de uma ampla rede de pessoas e comissões — científica, de divulgação, comunicação e sociocultural, secretaria geral, de infraestrutura, hospedagem, recepção e transporte, de orçamento e finanças, de imprensa e mídias sociais e da equipe de apoio — compostas por docentes do PPGSCol, discentes e profissionais de diversas áreas. A cada pessoa envolvida no evento, nosso reconhecimento e gratidão. A UNESC, na condição de universidade comunitária, reafirma assim sua função social de articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as demandas sociais e com o território. Destacamos, ainda, o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que viabilizou a realização deste Simpósio e fortaleceu as ações de integração entre ensino, pesquisa e extensão voltadas ao enfrentamento das violências.

Mais do que um registro, estes anais constituem um instrumento de memória e mobilização, reafirmando que o enfrentamento das violências exige persistência, empatia e compromisso ético-político. Que as reflexões aqui reunidas inspirem novas práticas, políticas e pesquisas voltadas à defesa intransigente dos direitos humanos, à promoção da saúde e à construção de uma cultura de paz.

Criciúma (SC), outubro de 2025

Vanessa Iribarrem Avena Miranda
Presidente do I Simpósio Intersetorial para Enfrentamento da Violência

Cristiane Damiani Tomasi
Coordenação Científica

Isabel Oliveira Bierhals
Coordenação Científica

SUMÁRIO

EIXO 1 - Violência e Saúde: Prevenção, Atenção e Notificação.....	13
MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL	13
<i>Educação em saúde sobre Prevenção às Violências: Relato de experiência</i>	<i>15</i>
<i>Apoio matricial para o enfrentamento das violências.....</i>	<i>16</i>
<i>Violência contra crianças e adolescentes: incidência segundo tipo e ano de notificação, Criciúma/SC</i>	<i>17</i>
<i>Educação em Saúde no Maio Laranja: Enfrentamento das violências na comunidade</i>	<i>18</i>
<i>Violência interpessoal em crianças e adolescentes: relação vítima-agressor por tipo de violência.....</i>	<i>19</i>
<i>A dor que chega ao CRAS: Experiência de atendimento à mulher em situação de violência doméstica</i>	<i>20</i>
<i>A formação dos discentes da saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violências</i>	<i>21</i>
<i>Violência contra pessoas em situação de rua na perspectiva de trabalhadoras da saúde</i>	<i>22</i>
<i>Relação entre violência por parceiro íntimo, sintomas depressivos e qualidade do sono em gestantes.....</i>	<i>23</i>
<i>Impactos e repercuções das violências de gênero na saúde mental de crianças e adolescentes: análise da aplicação de medidas protetivas de urgência</i>	<i>24</i>
<i>Escutar para proteger: A Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência em São Roque/SP</i>	<i>25</i>
<i>Iniciação científica e a abordagem da violência contra a mulher: Um relato de experiência.....</i>	<i>26</i>
<i>Percepções de estudantes de enfermagem acerca da violência contra a mulher.....</i>	<i>27</i>
<i>Conflitos entre mães e filhos e sua relação com a qualidade de vida de mulheres em Vitória (ES)</i>	<i>28</i>
<i>Apoio matricial, serviço social e a sistematização do cuidado em violência sexual no SUS</i>	<i>29</i>
<i>O enfrentamento da violência doméstica na gestação: a abordagem do assistente social no contexto de uma maternidade pública.....</i>	<i>30</i>
<i>Medicamentos indutores do sono e a violência por parceiro íntimo durante a Covid-19</i>	<i>31</i>
<i>Práticas de Promoção da Saúde Mental em Idosos de uma ILPI do Extremo Sul Catarinense.....</i>	<i>32</i>
<i>Associação da sonolência diurna com fatores sociodemográficos e violência por parceiro íntimo</i>	<i>33</i>



I SIMPÓSIO INTERSECTORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA

<i>Associação entre sonolência diurna e violência física, sexual e psicológica por parceiro íntimo entre mulheres</i>	34
<i>Vitimização por assalto ou roubo entre usuários de um Centro de Atenção Psicossocial</i>	35
<i>Oficina de Prevenção às Violências: Experiência de Extensão e Educação em Saúde ..</i>	36
<i>Relato de vivência: atendimento em grupo a mulheres vítimas de violência na cidade de Garopaba/SC</i>	37
<i>Os desafios e estratégias para atendimento à população em situação de rua na cidade de Garopaba/SC</i>	38
<i>Capacitações “in loco”: uma estratégia de aumento da notificação de violência na atenção primária</i>	40
<i>Protocolos de Atendimento e a Notificação de Violência Infantojuvenil: Relato de Experiência de Quatro Municípios</i>	41
<i>Disparidades regionais na mortalidade por agressão contra mulheres na última década</i>	42
<i>CRAI: integralidade e proteção às crianças e adolescentes em situação de violência ..</i>	43
<i>Perfil dos atendimentos do Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil do Hospital Universitário de Santa Maria (2024–2025)</i>	44
<i>Educação Permanente em Saúde como Estratégia para Enfrentar a Subnotificação da Violência no Município de Criciúma</i>	45
<i>Diferenças raciais nas notificações de violência contra mulheres idosas na região Sul do Brasil</i>	46
<i>Atuação da Fisioterapia na atenção primária diante de situações de violência interpessoal</i>	47
<i>Oficina sobre notificação de violência contra mulher para profissionais de saúde que atuam no rural</i>	48
<i>Além dos Sintomas: O Impacto da Violência de Gênero na Saúde Mental Feminina ...</i>	49
<i>Violência Cotidiana e Saúde do Trabalhador: um relato de experiência em um grupo de psicoterapia</i>	50
<i>Ações Intersetoriais de Prevenção, Conscientização e Enfrentamento às Violências em Itajaí (SC)</i>	51
<i>Tentativas de Suicídio notificadas em Santa Catarina entre 2015 e 2022</i>	52
<i>EIXO 1 - Violência e Saúde: Prevenção, Atenção e Notificação.....</i>	53
MODALIDADE POSTER.....	53
<i>Pensando além do Sistema Prisional: despertando potências dos reeducandos dependentes de drogas</i>	54
<i>Ciberviolência: Repercussões emocionais e sociais em jovens</i>	55
<i>Prevalência de COVID-19 e internação hospitalar entre adultos: dados do Vigitel 2023</i>	56



I SIMPÓSIO INTERSECTORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA

<i>Violência física autorreferida entre usuários de um Centro de Atenção Psicossocial...</i>	57
<i>Atuação da enfermagem na identificação de sinais de violência infantil em um centro de reabilitação em saúde.....</i>	58
<i>Local de Ocorrência da Violência contra Criança ou Adolescente Vítima de Violência Física, Psicológica Sexual e Negligência.....</i>	59
<i>Violência por arma de fogo: distribuição proporcional no contexto das violências notificadas no período de 2020-2024.....</i>	60
<i>Notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes de 0 a 14 anos</i>	61
<i>Notificações de violência autoprovocada em adolescentes (10-19 anos)</i>	62
<i>Violência interpessoal em idosos no Sul do Brasil: casos notificados nos últimos cinco anos.....</i>	63
<i>Violência contra crianças e adolescentes: manifestações, maus-tratos e impactos na saúde pública.....</i>	64
<i>Impacto da violência entre jovens de 15 a 24 anos em Santa Catarina: internações e mortalidade por agressão no primeiro semestre de 2025</i>	65
<i>Disparidades Regionais na Morbimortalidade Hospitalar por agressão no Brasil em 2024</i>	66
<i>Internações hospitalares por violência contra idosos no Brasil: Uma visão sobre a região Sul do país</i>	67
<i>Lesão Autoprovocada em adultos: casos notificados na última década em Criciúma, Santa Catarina.....</i>	68
<i>Relatório Técnico Epidemiológico: Violência Interpessoal Infanto Juvenil no Município de Criciúma 2022 a 2024</i>	69
<i>Óbitos por homicídios entre jovens de 15 a 29 anos na região sul do Brasil</i>	70
<i>Internação hospitalar por agressão contra mulheres: prevalência de Santa Catarina em 2024 e 2025</i>	71
<i>A Violência no Ambiente de Trabalho em Saúde: Uma Análise da Perspectiva dos Profissionais</i>	72
<i>Análise dos índices de agressão entre indivíduos adultos em Criciúma, Santa Catarina: Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2019 a 2023)</i>	73
<i>Notificações por violência sexual no Brasil entre 2010 e 2024: Perfil das vítimas.....</i>	74
<i>Notificações de violência autoprovocada em idosos de Santa Catarina: 2009-2024....</i>	75
EIXO 2 - Educação, justiça e direitos no combate à violência.....	76
MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL	76
<i>Prevenção e enfrentamento da violência interpessoal no esporte: um diagnóstico das políticas adotadas pelas Confederações Olímpicas do Brasil</i>	77
<i>Violências de gênero no ambiente escolar e seus rebatimentos nas trajetórias escolares: Reflexões do Serviço Social na promoção da cultura de paz.....</i>	78

<i>Projetos Profissionais de Jovens Negros(as) em Situação de Vulnerabilidade Social: Um Estudo no Extremo Sul Catarinense</i>	79
<i>Construção da Cultura de Paz e Valorização da Vida no Ambiente Escolar.....</i>	80
<i>Letramento em Gênero, Sexualidade e Violência na formação de estudantes da Saúde em Manaus, Amazonas</i>	81
<i>Violências nas escolas: Relato de experiência de pesquisa em Psicologia Escolar.....</i>	82
<i>Violência no ambiente escolar e o enfrentamento a partir do Teatro do Oprimido</i>	83
<i>Caminhos ao enfrentamento da violência e à promoção dos direitos humanos na Amazônia</i>	84
<i>Lei da Escuta Especializada: Atendimento a crianças e adolescentes no município de Urussanga/SC.....</i>	85
<i>Educação e feminicídio: Contribuições Legislativas para os Direitos Humanos das Mulheres</i>	86
<i>SobreVivências: o teatro feminista como estratégia de prevenção à violência contra mulher na escola.....</i>	87
<i>Semear e colher saberes: educação popular frente à estigmatização e subalternização de corpos.....</i>	88
<i>Projeto Amora: a experiência extensionista na difusão dos direitos humanos das mulheres.....</i>	89
<i>Violência Escolar e Adoecimento Docente na cidade de Criciúma: uma análise dos afastamentos laborais.....</i>	90
<i>Saúde mental e absenteísmo na polícia militar do Amazonas: Uma análise do impacto na segurança pública.....</i>	91
<i>Projeto "Lagen vai à escola": rede de apoio às vítimas de violência</i>	92
EIXO 2 - Educação, justiça e direitos no combate à violência.....	93
MODALIDADE POSTER.....	93
<i>Intervenções em Saúde Mental com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional</i>	94
<i>Vamos falar sobre suicídio? Ação de prevenção e conscientização sobre autolesão com adolescentes</i>	95
<i>Leis de proteção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil</i>	96
EIXO 3 - Saúde Coletiva: determinantes sociais, gestão, políticas públicas e cuidado em saúde.....	97
MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL	97
<i>Associação entre insegurança alimentar, pobreza alimentar e o desenvolvimento infantil em crianças brasileiras</i>	98
<i>Marginais: Determinantes sociais em saúde e permanência em territórios vulneráveis</i>	99

<i>Efeitos agudos da hidroginástica na glicemia capilar de mulheres com diagnóstico de fibromialgia: um ensaio clínico randomizado cruzado.....</i>	100
<i>Enfermeira residente no território: um relato sobre as estratégias de busca ativa durante campanha de vacinação contra influenza.....</i>	101
<i>Proteção contra Doenças Crônicas Não Transmissíveis: Análise do Consumo de Alimentos Minimamente Processados</i>	102
<i>Associação entre fatores sociodemográficos e o uso de medicamento para Diabetes Mellitus</i>	103
<i>Mortalidade por fratura de fêmur em idosos: análise do perfil epidemiológico, Santa Catarina, 2024.....</i>	104
<i>Infarto agudo do miocárdio: análise de internações e taxa de mortalidade em Santa Catarina (2018 - 2024).....</i>	105
<i>ANálise dos Fatores Comportamentais Associados à Utilização de Medicamento para Diabetes Mellitus no Brasil</i>	106
<i>Prevalência de Diagnóstico Combinado de Hipertensão e Diabetes e Fatores Associados</i>	107
<i>Prevalência de multimorbidade e fatores associados em adultos brasileiros.....</i>	108
<i>Efeitos de dois protocolos de treinamento resistido na força manual de idosos: um ensaio clínico randomizado.....</i>	109
<i>Diabetes Autorreferido e sua Associação Com Fatores Sociodemográficos</i>	110
<i>Atuação no Cuidado à Saúde da Mulher e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama: Relato de experiência</i>	111
<i>Uso de telas entre adultos brasileiros: Fatores associados a partir do Vigitel 2023 ...</i>	112
<i>Aumento de casos de câncer de mama em pacientes mais jovens: Relato de experiência</i>	113
<i>Prevalência e Fatores Associados ao Fumo Passivo em Domicílios Brasileiros - Dados do VIGITEL, 2023</i>	114
<i>Atividade Física e Associação com Fatores Sociodemográficos na População Brasileira</i>	115
<i>Consumo Elevado de Ultraprocessados e Determinantes Sociais de Saúde</i>	116
<i>Sonolência Diurna Excessiva e Episódio Depressivo Maior em adultos: ELSA-Brasil</i>	117
<i>Prevalência de menopausa e do uso de Terapia de Reposição Hormonal em mulheres participantes do estudo ELSA-Brasil</i>	118
<i>Desigualdades inscritas nos corpos: vulnerabilidade, silêncios e interseccionalidades da saúde</i>	119
<i>Vínculo, criatividade e cuidado: o dia a dia da Promoção da Saúde.....</i>	120
<i>Associação entre comorbidades, inflamação e sintomas neuropsiquiátricos em indivíduos pós-COVID-19</i>	121



I SIMPÓSIO INTERSECTORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

<i>Associação entre risco social e o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e de alimentos ultraprocessados em gestantes</i>	122
<i>Rastreamento do Câncer do Colo do Útero: Cobertura e Equidade</i>	123
<i>Hipertensão Arterial Autorreferida: Distribuição Sociodemográfica</i>	125
<i>Diagnóstico Combinado de Hipertensão e Diabetes: Prevalência e Fatores Comportamentais Associados.....</i>	126
<i>A Governança Pública na Gestão do Cuidado de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência</i>	127
<i>Conflitos entre mães e filhos e sonolência: Estudo com mães residentes de Vitória, Espírito Santo</i>	128
<i>Perfil demográfico das internações por tentativas de suicídio no sul do Brasil (2020-2024).....</i>	129
<i>Indicadores psicológicos e antropométricos em trabalhadoras de uma Universidade Comunitária do Extremo Sul Catarinense.....</i>	130
<i>Experiência Multiprofissional em Atendimentos Coletivos de Nutrição na Atenção Primária à Saúde.....</i>	131
<i>Observatório da Mulher</i>	132
EIXO 3 - Saúde Coletiva: determinantes sociais, gestão, políticas públicas e cuidado em saúde.....	133
MODALIDADE POSTER.....	133
<i>Ações de promoção em saúde em um território de vulnerabilidade em ocupação</i>	134
<i>Padrões de consumo de álcool como fatores de risco para depressão</i>	135
<i>Efeitos do exercício aeróbico e resistido na composição corporal de adultos com obesidade</i>	136
<i>Associação entre aptidão cardiorrespiratória e qualidade do sono de mulheres com diagnóstico de fibromialgia</i>	137
<i>Avaliação Entre Fatores Sociodemográficos e Tabagismo</i>	138
<i>Depressão autorrelatada e fatores associados em populações vulneráveis.....</i>	139
<i>Do atendimento à articulação em rede: relato de uma assistente social no enfrentamento à violência doméstica</i>	140
<i>Desafios e vulnerabilidades entre pessoas negras trabalhadoras da Atenção Primária em Saúde.....</i>	141
<i>Perspectiva de vida de crianças em um local de vulnerabilidade</i>	142
<i>Associação entre Autoavaliação Negativa de Saúde e Fatores Comportamentais.....</i>	143
<i>Associação entre Autoavaliação Negativa de Saúde e Fatores Sociodemográficos....</i>	144
<i>Violência sofrida por parceiro(a) íntimo(a) e indicadores antropométricos em mulheres com diagnóstico de fibromialgia</i>	145



I SIMPÓSIO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

<i>Fatores associados ao sobrepeso e à obesidade na população brasileira: evidências do VIGITEL 2023</i>	146
<i>Associação entre apneia do sono e episódio depressivo em adultos do ELSA-Brasil</i> .	147
<i>Associação entre a qualidade de sono e a depressão em adultos do estudo Elsa/Brasil</i>	148
<i>Hipertensão Arterial e Obesidade: Diagnóstico Combinado, Prevalência e Fatores Sociodemográficos</i>	149
<i>Análise de Associação entre Variáveis Sociodemográficas e Consumo Regular de Frutas, Legumes e Verduras</i>	150
<i>Estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e investigar fatores comportamentais associados</i>	151
<i>Associação entre o impacto da fibromialgia e a saúde mental de mulheres com o diagnóstico</i>	152
<i>Protocolo clínico para Diabete Mellitus Tipo 2 na Atenção Primária de Criciúma: Implementação, avaliação e disseminação no SUS</i>	153
<i>O papel da família na corresponsabilidade do tratamento de pessoas com fibromialgia: Um relato de experiência</i>	154
<i>Desafios vivenciados por Profissionais da estratégia da saúde da família sobre o trabalho em equipe</i>	155
<i>Desafios em Centros de Reabilitação Física: Como Vulnerabilidades afetam a Reabilitação e a Acessibilidade</i>	156
<i>Cinesiofobia e capital psicológico de trabalhadores em fase de reabilitação por lombalgia crônica</i>	157
<i>Capital Psicológico de Policiais Militares do Extremo Sul de Santa Catarina como Indicador de Saúde Funcional</i>	158
<i>Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral: Relato de experiência</i>	159

EIXO 1 - Violência e Saúde: Prevenção, Atenção e Notificação

MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL

Gestantes em Situação de Vulnerabilidade: Um Estudo sobre o Projeto Escola da Família em uma policlínica municipal de Niterói/RJ

Cláudia Márcia Osório Xavier de Almeida*, Wagner Valentim de Alão

Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Autor(a) para correspondência: koda.cma55@gmail.com

RESUMO

A gestação em contextos de desigualdade estrutural expõe mulheres a riscos acentuados de adoecimento físico, psíquico e social. Este estudo teve por objetivo mapear e analisar o perfil sociodemográfico, reprodutivo e de experiências de violência das gestantes inseridas no Projeto Escola da Família, desenvolvido em 2023 na Policlínica Regional de Saúde Dr. Guilherme Taylor March (Niterói/RJ). Tratou-se de um delineamento descritivo com abordagem mista, fundamentado na análise de dados de 57 gestantes atendidas no pré-natal. Os dados foram obtidos por meio de formulário de cadastro estruturado e entrevista socioparental semiestruturada, aplicados por equipe previamente capacitada. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizaram o uso de voz e imagem. A coleta ocorreu entre janeiro e dezembro de 2023. Os dados quantitativos foram sistematizados em planilhas eletrônicas e submetidos à estatística descritiva (frequências absolutas e relativas), enquanto os relatos qualitativos foram interpretados por meio da análise temática categorial, com triangulação frente à literatura especializada. Os resultados evidenciaram um perfil marcado por juventude, baixa escolaridade, predominância de mulheres negras, arranjos monoparentais e elevada incidência de gestações não planejadas e experiências de violência, sobretudo no ambiente domiciliar. Conclui-se que a efetividade do projeto reside na incorporação de uma abordagem interseccional e na integração de ações intersetoriais, capazes de promover rodas de conversa, acolhimento psicossocial e estratégias de corresponsabilização parental. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem a proteção social, assegurem direitos sexuais e reprodutivos e fortaleçam práticas de parentalidade consciente em territórios vulneráveis.

Palavras-chave: Escolaridade; Família; Fatores Socioeconômicos; Gestantes; Violência.

Educação em saúde sobre Prevenção às Violências: Relato de experiência

Beatriz Rodrigues de Souza*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Geovana Fiorio, Lara Barbosa Damazio, Ana Julia Bressan de Medeiros, Sofia de Stefani Milioli, Aline Cristina Vieira de Lima, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: beatrizrodrigues@unesc.net

RESUMO

Este relato aborda a temática de Prevenção às Violências, destacando sua importância como agravo de saúde pública e a necessidade de conscientização acerca de suas diferentes formas, assim como sua identificação e enfrentamento. Determina-se como objetivo compartilhar a vivência durante a aula ministrada sobre prevenção contra violências. Trata-se de relato de experiência sobre a participação na oficina do projeto de extensão vinculado à disciplina de Interação Comunitária VI do curso de Medicina da Universidade do Extremo Sul Catarinense de Criciúma (SC), que abordou assuntos relacionados aos principais tipos de violência contra as mulheres e suas diferentes formas de apresentação. A atividade foi desenvolvida por meio da educação em saúde, priorizando metodologias ativas e tendo iniciado com os conhecimentos prévios dos estudantes. Os acadêmicos receberam duas placas contendo ícones nas cores verde e vermelho, cujo significado era “certo” e “errado”, respectivamente. Afirmações apresentando situações de violência foram expostas para que os acadêmicos julgassem como sendo ou não atos de violência contra mulheres, conforme suas opiniões. Após a dinâmica, cada situação foi esclarecida, bem como apontados e identificados os tipos de violência (física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial). O uso das placas intuitivas e a participação ativa dos alunos evidenciaram-se como meios importantes na elucidação do tema, pois a valorização dos conhecimentos anteriores e a exposição de novas informações proporcionaram a aprendizagem dos diferentes tipos de violência, além de sua identificação como questão de saúde pública. A experiência possibilitou a consolidação e progressão da disciplina, e ainda ampliou a criticidade e fortaleceu vínculos entre acadêmico e professor, proporcionando maior comprometimento para atividades futuras. A oficina também foi importante no aprimoramento de habilidades essenciais à qualificação acadêmica, estimulando a empatia entre os estudantes e contribuindo na preparação dos futuros médicos para reconhecimento e manejo das situações de violência que permeiam a prática clínica.

Palavras-chave: Violência doméstica; Educação em saúde; Faculdades de Medicina.

Apoio matricial para o enfrentamento das violências

Mariana Hasse*, Karine Viana Ferreira, Anamaria Rodrigues

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

*Autor(a) para correspondência: mhasse@ufu.br

RESUMO

As violências são consideradas agravos de saúde pela Organização Mundial da Saúde desde os anos 1990 devido a sua grande magnitude e consequências que deixa na vida das pessoas que as vivenciam. Para garantir seu adequado enfrentamento, a qualidade do cuidado recebido em instituições é muito importante. Encorajamento, informações precisas, não-julgamento e respeito às decisões das pessoas que vivenciam seu ciclo contribuem para a continuidade da busca por ajuda, enquanto descaso, burocracia e dificuldade de acesso são grandes inibidores. É a partir do apoio oferecido por diferentes elementos de uma rede articulada que pessoas em vulnerabilidade conseguem enfrentar suas dificuldades e iniciar um processo de superação. O apoio matricial, processo no qual especialistas dão apoio a outros profissionais, é uma ferramenta fundamental nesse processo já que possibilita, através de discussões, educação permanente, atendimentos compartilhados e supervisão, a qualificação do cuidado de forma descentralizada. Assim, o objetivo deste projeto de extensão, desenvolvido em um município mineiro de médio porte, é fortalecer a rede intersectorial de enfrentamento às violências através de ações matriciais. Desde setembro de 2024, foram realizadas ações quinzenais de apoio matricial sobre violências com equipes de serviços de saúde, segurança pública, educação, judiciário e assistência social. Tais encontros ocorreram tanto em encontros específicos, com cada serviços, como em momentos compartilhados visando identificar barreiras e potencialidades. Inicialmente, o trabalho focou serviços que atuam especificamente com situações de violência, como DEAM, CREAS, vigilância epidemiológica, procuradoria municipal e ambulatório de aborto previsto em lei para discutir divergências identificadas no entendimento sobre a questão das violências, ajustar fluxos e construir consensos. Neste momento, o foco do apoio matricial tem sido as equipes de saúde da família das UBSF. Também em encontros quinzenais com diferentes equipes, são discutidos casos atendidos e, a partir deles, busca-se fortalecer o entendimento sobre o problema da violência, serviços da rede que podem atuam no processo de cuidado e construção coletiva de um projeto terapêutico. Esse trabalho tem fortalecido o entendimento dos/as trabalhadores/as sobre o problema da violência, o funcionamento da rede de enfrentamento, a criação de vínculos e da comunicação entre setores, serviços e profissionais.

Palavras-chave: Matriciamento; Violência; Produção do Cuidado.

Violência contra crianças e adolescentes: incidência segundo tipo e ano de notificação, Criciúma/SC

Beatriz Cardoso Voltolini*, Susana Cararo Confortin, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Andrea Vieira, Carolina Búrigo Milanez, Laís Schaucoski Ajala, Laura Peters Matias, Letícia Costa Alves, Lusiane Mendes, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: beatrizvoltolini@unesc.net

RESUMO

A violência, seja qual for sua natureza, ameaça o direito à vida e à saúde das crianças e dos adolescentes, ocasionado diversas complicações ao longo da vida. O objetivo desse estudo foi analisar a taxa de incidência dos diferentes tipos de violência em crianças e adolescentes, segundo o ano de notificação, identificando possíveis variações temporais no período estudado. Estudo secundário, descritivo, retrospectivo, realizado com dados provenientes das notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes, com idade de 0 a 19 anos, no município de Criciúma, no período de 2018 a 2024, disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram empregados percentuais para expressar a prevalência dos diferentes tipos de violência (física, sexual, psicológica e negligência). A incidência foi calculada conforme a razão do número de notificações pelo número de habitantes por 100 mil. A violência sexual apresentou aumento contínuo nos últimos anos, atingindo a maior incidência em 2024, com 180,5 casos por 100 mil habitantes. Em relação a violência física, a maior taxa foi no ano de 2019, com 173,8 casos por 100 mil habitantes, seguida por uma queda em 2020 e 2022, com novo pico em 2023 (118,4 casos). Em 2019, a violência psicológica apresentou sua maior taxa, com 66,8 casos por 100 mil habitantes, com queda em 2020 e elevando-se a partir de 2022, chegando a 32,2 casos por 100 mil habitantes em 2024. A negligência foi o tipo de violência com as maiores taxas de incidência em todos os anos, com pico em 2021 (941,4 casos). Os resultados evidenciam a violência contra crianças e adolescentes como um agravante da saúde pública. Trata-se de um fenômeno complexo e desafiador, que exige estratégias intersetoriais para orientar acolhimento, cuidado e monitoramento das vítimas na rede de atenção. As diferentes naturezas da violência devem ser abordadas de diversas formas, afinal, geram impactos distintos na saúde física, emocional e social. O sistema de saúde deve assumir protagonismo nesse processo, ampliando o diálogo e fortalecendo políticas públicas para identificar precocemente os casos e garantir atendimento integral às crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Atenção à saúde; Notificação de violência; Grupos vulneráveis.

Educação em Saúde no Maio Laranja: Enfrentamento das violências na comunidade

Heloisa de Amorim Matias*, Crislán Martins Dagostim, Francielle Lazzarin de Freitas Gava

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: hellomatias@unesc.net

RESUMO

A violência é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como grave problema de saúde pública, definida como o uso intencional da força ou do poder, em ameaça ou de fato, contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, com potencial de causar lesão, morte, dano psicológico ou privação. Nenhuma sociedade está totalmente isenta de violência, que envolve relações de poder e privilégios para dominar ou prejudicar indivíduos ou coletividades, embora algumas sociedades apresentem índices mais elevados, refletindo influências culturais e formas de resolução de conflitos. Este relato de experiência teve como objetivo apresentar vivências de rodas de conversa realizadas com cinco grupos de mães em Criciúma/SC, com foco na discussão e conscientização sobre diferentes tipos de violência. O estudo foi desenvolvido por residentes de Enfermagem e Psicologia do Programa de Residência Multiprofissional da UNESC. As atividades utilizaram uma caixa com casos ilustrativos de violência, promovendo reflexão crítica e análise das manifestações de violência. A dinâmica incentivou participação ativa, engajamento e troca de experiências, permitindo que as mulheres compartilhassem vivências, reconhecessem sinais de violência e compreendessem seus impactos individuais e sociais. Durante as rodas, foram abordadas manifestações como violência patrimonial, sexual, física, psicológica e autoprovocada. As discussões aumentaram a consciência sobre suas características, consequências e impactos na saúde individual e coletiva. Apesar de a violência estar historicamente enraizada em processos sociais como desigualdade, preconceito, exploração e hierarquias, a atividade possibilitou que as participantes desenvolvessem estratégias de enfrentamento, fortalecendo autocuidado, resiliência e apoio mútuo. Isso evidenciou que a educação em saúde é uma ferramenta eficaz na prevenção da violência e na promoção da transformação social. Considerando que, em 2022, cerca de 50 mil mulheres foram vítimas de violência no Brasil e que um terço da população feminina sofreu violência física ou sexual, índice que chega a 43% ao incluir violência psicológica, ações educativas como rodas de conversa se mostram essenciais. Elas ampliam o conhecimento, promovem segurança, fortalecem o empoderamento feminino e incentivam a construção de uma cultura de respeito, cuidado e prevenção da violência na comunidade, contribuindo para a promoção da saúde coletiva e transformação social.

Palavras-chave: Educação em saúde; Violência; Acolhimento; Equipe Multiprofissional.

Violência interpessoal em crianças e adolescentes: relação vítima-agressor por tipo de violência

Laís Schaucoski Ajala*, Susana Cararo Confortin, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Andrea Vieira, Beatriz Cardoso Voltolini, Helen Teixeira, Letícia Costa Alves, Lusiane Mendes, Yasmin Allan, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: laisschaucoskiajala@gmail.com

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes, em suas múltiplas formas, constitui grave violação de direitos fundamentais e representa um importante problema de saúde pública, com repercussões sociais, emocionais e cognitivas ao longo da vida. O objetivo desse estudo é analisar a violência interpessoal contra crianças e adolescentes, identificando a relação entre vítima e agressor nos casos de violência física, psicológica, sexual e negligência. Estudo secundário, descritivo, retrospectivo, realizado com dados provenientes do SINAN-NET (Sistema de Informação de Agravo de Notificação) sobre notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes (0 a 19 anos) em Criciúma, entre 2018 e 2024. Foram analisados números absolutos e percentuais para indicar a prevalência dos diferentes tipos de violência e foi calculada a incidência (número de notificações/população x 100mil), considerando idade e sexo. Os dados populacionais são oriundos do Censo IBGE 2022. Em 2018 a 2024 foram registradas 3320 notificações de violência contra crianças e adolescentes em Criciúma. O ano de 2021 apresentou pico de incidência, enquanto 2024 registrou o menor número de notificações. A negligência foi o tipo de violência mais comum em todos os anos, sendo concentrada nos grupos de 0 a 4 anos, onde as notificações se mantêm acima dos 70% em todo o período analisado. Em relação ao perfil de agressor da violência, o estudo revela que a grande maioria dos agressores são familiares das vítimas (90,2% dos casos). A violência infantojuvenil é um fenômeno complexo, com graves repercussões físicas, emocionais e sociais, exigindo planejamento estratégico, protocolos eficazes e forte articulação intersetorial. Apesar dos dados alarmantes, há significativa subnotificação, estima-se que para cada caso registrado, ao menos cinco não chegam às autoridades. Mesmo com limitações, o uso de dados do SINAN fortalece o debate social e intersetorial, destacando especialmente o papel da educação na identificação precoce. A saúde deve assumir protagonismo na rede de proteção, reconhecendo a violência como um problema de saúde pública que compromete o desenvolvimento integral das vítimas. Conclui-se que salvar crianças das doenças, mas deixá-las expostas à violência, representa uma falha imperdoável da saúde pública.

Palavras-chave: Atenção à saúde; Notificação de violência; Grupos vulneráveis.

A dor que chega ao CRAS: Experiência de atendimento à mulher em situação de violência doméstica

Samarina Costa*, Carolina Baldissera Wusnieski, Maristela Da Luz Nazari, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: samarinacosta@hotmail.com

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplas determinações sociais, culturais, psicológicas e econômicas. O ciclo da violência, composto pelas fases de tensão, agressão e reconciliação; fragiliza a mulher e compromete sua autonomia e poder de decisão. Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), se configura como porta de entrada da proteção social básica sendo fundamental na escuta qualificada, acolhimento e articulação com a rede de apoio. Este relato de experiência descreve a atuação profissional frente a um caso de violência doméstica, encaminhado pela Rede Catarina de Proteção à Mulher, evidenciando os desafios enfrentados e os aprendizados obtidos em um município de Pequeno Porte I (PP1). Trata-se de um relato de experiência profissional desenvolvido por assistente social atuante no CRAS. O caso envolveu medida protetiva e acionamento do “botão do pânico” após agressões físicas e psicológicas do companheiro, que causaram fratura nasal e danos patrimoniais. A intervenção do CRAS incluiu visita domiciliar, escuta qualificada, elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar, além de encaminhamentos à rede socioassistencial, com ênfase na área da saúde, solicitação de acompanhamento psicológico e incentivo à participação nos grupos do CRAS. Os atendimentos foram norteados pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. A experiência revelou a complexidade da trajetória de mulheres em situação de violência doméstica e familiar e as dificuldades para romper definitivamente com o ciclo de agressões. Apesar do suporte institucional e dos encaminhamentos realizados, a mulher reatou o relacionamento com o agressor, descumprindo a medida protetiva. Dias depois, uma nova situação de violência exigiu a reativação da rede de proteção. A reincidência demonstrou que a violência doméstica é um processo contínuo, muitas vezes atravessado por dependência emocional, econômica e pela fragilidade de vínculos sociais. O CRAS foi essencial para manter o vínculo e oferecer suporte contínuo para a mulher, respeitando o tempo e suas decisões. O caso reforça a centralidade do acolhimento humanizado e da escuta ativa no atendimento a mulheres em situação de violência, bem como a importância de uma rede intersetorial fortalecida e articulada.

Palavras-chave: Violência doméstica; Ciclo da violência; CRAS; Assistência Social; Lei Maria da Penha.

A formação dos discentes da saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violências

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins*, Márcia Silveira Ney

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

*Autor(a) para correspondência: mirianteresad@yahoo.com.br

RESUMO

Considerado um problema da Saúde Pública, as violências contra as mulheres são provenientes de uma ordem social que constituem relações assimétricas entre homens e mulheres e se expressam com controle, sujeição, abusos psicológicos, físicos e sexuais, e eventualmente o feminicídio. O atendimento nos serviços de saúde deve respeitar a dignidade e privacidade das mulheres, seguindo o que está preconizado em políticas públicas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. No entanto, a falta de formação adequada dos profissionais de saúde e o sexism prejudicam o atendimento, necessitando de um foco na escuta qualificada para fortalecer a mulher e aumentar a resolutividade e efetividade no manejo da situação. Objetivamos investigar a formação de estudantes dos cursos de enfermagem, medicina e fisioterapia no cuidado e acolhimento de mulheres que sofreram violências. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa através de entrevistas abertas com estudantes dos últimos períodos dos cursos de enfermagem, medicina e fisioterapia no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa está em andamento foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do IMS/Uerj. Os resultados parciais apontam que o tema do acolhimento e escuta qualificada apareceu na totalidade das entrevistas, como ponto fundamental. Os cursos de graduação da saúde devem proporcionar uma formação sólida, se pautarem na atenção à saúde da mulher como uma prática de cuidado humanizado através da estratégia do acolhimento. Identificamos como categoria temática: “a escuta qualificada no acolhimento”. Entrevistados afirmaram como sendo uma estratégia fundamental no suporte e orientação que consiste em ouvir de forma empática, com atenção e sem interromper a sua fala, sem julgamentos e com respeito a autonomia dessas mulheres. O vínculo que se estabelece é de suma importância. Concluímos que a formação em cursos da saúde para o atendimento e cuidado de mulheres que sofreram violências deve ser prioridade nas instituições de ensino superior. Deve-se desenvolver competências para uma escuta qualificada baseada confiabilidade e respeito para o acolhimento.

Palavras-chave: Assistência à Saúde; Atenção à Saúde; Violência contra a mulher.

Violência contra pessoas em situação de rua na perspectiva de trabalhadoras da saúde

Nicole Pereira Dos Santos João*, Paola Rodegheri Galeli

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: nicolepereiradosantosjoao@unesc.net

RESUMO

A violência contra Pessoas em Situação de Rua (PSR) pode ser compreendida como um importante determinante social de saúde, assim como uma grave violação de direitos. Compete ao Estado assegurar, de forma igualitária, os direitos de cidadania, saúde e segurança a todos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. No entanto, há entraves associados à garantia desses direitos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar as percepções de trabalhadoras da saúde acerca da violência sofrida pelas PSR em um município de Santa Catarina. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com a utilização de uma entrevista semiestruturada. Participaram quatro profissionais, com idades entre 25 e 37 anos, do gênero feminino, e que atuaram, no mínimo, seis meses em um serviço de saúde específico entre os anos de 2018 a 2023, exercendo funções como Psicóloga, Enfermeira, Assistente Social e Agente Comunitária de Saúde. O tratamento dos dados se deu a partir da Análise de Conteúdo. Os relatos das trabalhadoras evidenciam situações de violência institucional e policial. Destaca-se a recusa de atendimento em Unidades Básicas de Saúde (UBS) da região, por se tratar de PSR ou por não estarem portando documentos de identificação. Também, indicam dificuldade de comunicação com os demais serviços do setor público, impondo barreiras para a integralidade. Outro fator diz respeito às violências policiais cometidas, seguidas do medo de denunciá-las, uma vez que as PSR poderiam sofrer represálias. As situações apontadas se configuram como fatores de risco e violação de direitos humanos das PSR, assim como barreiras no acesso à saúde. Pautam-se também no estigma dos trabalhadores de diferentes setores frente às demandas dessa população. Destaca-se a dificuldade de denunciar violências de forma segura e efetiva, o que contribui para sua perpetuação. A partir da perspectiva das profissionais, há uma evidente lacuna na articulação setorial dos serviços públicos, que dificulta o acesso e corrobora para a propagação do preconceito e da violência contra PSR. Torna-se indispensável o desenvolvimento da temática abordada e a educação permanente dos profissionais nos serviços públicos. Destaca-se ainda, a relevância das pesquisas qualitativas para a melhoria de políticas públicas em Saúde no Brasil.

Palavras-chave: Saúde; Cidadania; Políticas públicas.

Relação entre violência por parceiro íntimo, sintomas depressivos e qualidade do sono em gestantes

Enzo Ronconi*, Antônio Augusto Schäfer, Micaela Rabelo Quadra, Leonardo Pozza Santos, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Fernanda Daminelli Eugênio, Luísa Pillon Mendes, Fernanda Oliveira Meller

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: enzoronconi9@gmail.com

A violência por parceiro íntimo (VPI) é a forma mais comum de violência contra a mulher. Gestantes expostas à VPI são propensas a desenvolver depressão, pensamentos suicidas e transtorno do estresse pós-traumático, o que pode comprometer sua qualidade do sono. Nossa objetivo foi avaliar a associação entre VPI e qualidade do sono em gestantes, investigando o papel dos sintomas depressivos como mediador dessa relação. Trata-se de um estudo transversal que faz parte de um projeto maior realizado em Criciúma/SC, entre abril e dezembro de 2022. O estudo foi conduzido utilizando questionários padronizados e as entrevistas foram feitas face a face por entrevistadores treinados. As variáveis estudadas foram: VPI, utilizando o instrumento Violência Contra a Mulher da Organização Mundial da Saúde, qualidade do sono autorreferida (“muito boa/boa”, “regular/ruim/muito ruim”), e sintomas depressivos avaliados pelo Questionário de Saúde do Paciente-9 (PHQ-9); com ponto de corte igual ou maior do que 9 foi considerado positivo para sintomas depressivos. Foram estudadas 428 gestantes. A maioria jovem, de cor de pele branca e que vivia com companheiro. Um terço delas possuía até 8 anos de estudo e cerca de dois terços não haviam planejado a gravidez (62,9%). A pior qualidade de sono (regular/ruim/muito ruim) foi relatada por 23,1% das gestantes e metade delas apresentaram sintomas depressivos. A prevalência de VPI foi 13,6% (12,2% psicológica, 3,1% física e 3,1% sexual). Aquelas que tinham sofrido algum tipo de VPI e violência psicológica apresentaram, respectivamente, 2,5 (IC95% 1,15;5,48) e 3,6 (IC95% 1,46;9,02) vezes mais chance de pior qualidade do sono do que as que não sofreram. Foi observado também que os sintomas depressivos mediaram 42,4% do efeito da VPI sobre a qualidade do sono. Em conclusão, os achados reforçam que a VPI compromete a qualidade do sono de gestantes, sendo esse efeito mediado pelos sintomas depressivos, o que evidencia a necessidade de estratégias integradas de prevenção e cuidado em saúde mental e violência de gênero.

Palavras-chave: Estudos transversais; Saúde mental; Violência contra a mulher; Direitos da mulher; Gravidez.

Impactos e repercussões das violências de gênero na saúde mental de crianças e adolescentes: análise da aplicação de medidas protetivas de urgência

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim*, Samara Moreira de Paula

Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

*Autor(a) para correspondência: ana.jardim@ucpel.edu.br

RESUMO

O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa qualitativa, em andamento, desenvolvida no Juizado da Violência Doméstica e Familiar de Pelotas/RS. Utilizou-se a pesquisa documental como instrumento metodológico, tendo por base fontes primárias: processos judiciais de medidas protetivas de urgência e laudos periciais elaborados pelas áreas de Serviço Social e Psicologia, da equipe multidisciplinar do referido juizado. A investigação busca conhecer as repercussões e os impactos das violências de gênero na vida de crianças e adolescentes, filhos(as) de mulheres em situação de violência. O levantamento realizado identificou que, em 2024, o Juizado aplicou 1.770 medidas protetivas de urgência (MPUs), conforme dados coletados junto ao órgão pelas pesquisadoras. Destas, apenas 34 foram extensivas aos(as) filhos(as) das mulheres em situação de violência, correspondendo a aproximadamente 1,92% do total. Esse dado evidencia a baixa incidência de MPUs extensiva aos filho(as), embora seja amplamente reconhecido que a violência contra a mulher, em geral, ocorre no ambiente familiar, expondo-os, de forma direta ou indireta, às agressões. Os 34 processos com MPUs extensivas a filhos(a) foram remetidos à equipe multidisciplinar do Juizado, para avaliação quanto a necessidade de afastamento do autor da violência. Em 18 desses casos, realizaram-se avaliações psicossociais; nos demais, houve desistência da medida por parte das mulheres. Apenas em duas situações o(a)s profissionais constataram possibilidade de manutenção da convivência. Nos outros 16, verificou-se a necessidade de intervenções em saúde mental às crianças e adolescentes, considerando os efeitos da violência de gênero sobre a proteção integral, com indicadores como isolamento social, dificuldades escolares, medo de novas violências, sentimentos de desvalorização no grupo familiar, quadros de ansiedade e reações relacionadas ao estresse. Os resultados parciais evidenciam a prevalência de encaminhamentos das crianças e adolescentes para a rede de saúde mental, por questões de sofrimento psicossocial. O registro da escuta das vítimas (no caso de crianças e adolescentes, que a priori eram indiretas) em avaliações periciais, revelou não apenas o testemunho de episódios de violência, mas, em especial, terem sido diretamente agredidas como extensão das violências dirigidas às suas mães.

Palavras-chave: Violências de gênero; Medidas protetivas; Crianças e adolescentes; Saúde mental.

Escutar para proteger: A Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência em São Roque/SP

Najla Gergi Krouchane*

Universidade Paulista

*Autor(a) para correspondência: najlaatui@hotmail.com

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes constitui grave violação de direitos humanos, exigindo ações integradas e especializadas para garantir proteção e evitar a revitimização. A revitimização ocorre diante da recorrente necessidade de a vítima repetir os relatos da violência sofrida. A Lei Federal nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos para esse público, regulamentando procedimentos como o relato espontâneo, a escuta especializada e o depoimento especial. No município de São Roque/SP, o Decreto Municipal nº 9.165/2020 adapta essa legislação à realidade local, consolidando um fluxo de atendimento intersectorial. Neste cenário, este trabalho tem por objetivo elucidar, por meio de uma revisão narrativa e análise documental do Decreto Municipal nº 9.165/2020 e da Lei Federal nº 13.431/2017, o fluxo de atendimento da rede de proteção à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência no município de São Roque/SP, com foco na prevenção da revitimização. O fluxo tem início com o relato espontâneo, de responsabilidade da rede de proteção (saúde, educação, assistência social, demais políticas públicas e sociedade civil). Ao receber esse relato, deve-se preencher a ficha de notificação e encaminhá-la ao Conselho Tutelar, sendo fundamental que essa escuta inicial seja acolhedora, sem induções ou questionamentos aprofundados. O Conselho Tutelar, por sua vez, encaminha a ficha para o procedimento de escuta especializada, realizado por profissionais da rede que compõem uma comissão específica. Após a entrevista, a comissão elabora um relatório e o devolve ao Conselho Tutelar. Com base na análise do caso, o Conselho realiza os encaminhamentos pertinentes, como o registro de boletim de ocorrência, envio ao Ministério Público e articulação com os serviços da rede de proteção para acompanhamento contínuo. O Ministério Público ou a autoridade policial pode, ainda, solicitar o depoimento especial, conforme a complexidade e necessidade do caso. A implementação do fluxo de atendimento em São Roque/SP representa um avanço na articulação intersectorial e na proteção integral de crianças e adolescentes. A atuação da rede de proteção é essencial para o acolhimento e escuta qualificada, contribuindo para a superação da violência e prevenção da revitimização.

Palavras-chave: Rede de Proteção; Relato Espontâneo; Escuta Especializada; Garantia de Direitos; Revitimização; Violência.

Iniciação científica e a abordagem da violência contra a mulher: Um relato de experiência

Cleydyane da Silva Santos*, Analice Peixoto Alves, Isabelle Bento Mendes Siqueira, Lucélia Aparecida Oliveira, Raí da Silva Maia, Rachel Cardoso de Almeida, Samilly Bernardino Feitosa, Beatriz de Castro Magalhães

Universidade Regional do Cariri (URCA)

*Autor(a) para correspondência: cleydyane.santos@urca.br

RESUMO

A violência contra a mulher configura-se como um problema de saúde pública, sendo necessário uma abordagem multiprofissional, que tem como destaque o profissional de enfermagem. Assim, convém refletir sobre a importância da abordagem da temática desde a graduação, com o objetivo de prevenir e atender mulheres em situação de violência. O trabalho teve como objetivo relatar a experiência de entrevistas realizadas para uma pesquisa de iniciação científica sobre percepções e experiências de estudantes de enfermagem acerca da violência contra a mulher. E trata-se de um relato de experiência, descritivo e qualitativo sobre a experiência de uma bolsista de iniciação científica na realização de entrevistas, que ocorreu no período de julho de 2025. Foram realizadas com seis estudantes de enfermagem da Universidade Regional do Cariri, sendo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, conforme parecer Nº: 7.592.086. Para realização foram utilizados um questionário para caracterização socioeconômica e acadêmica, juntamente com uma entrevista semiestruturada, com questões contemplando aspectos de percepções, experiências pessoais e acadêmicas sobre violência contra a mulher. Como resultados obteve-se que inicialmente, assumir o papel de entrevistadora pela primeira vez foi desafiador, mesmo com todo o conhecimento teórico e um roteiro definido. Além disso, às vezes é difícil escutar vivências tão pessoais sobre um tema tão sensível, visto que são tópicos que podem ser dolorosos. Porém, foi percebido que o olhar acolhedor, a escuta ativa da bolsista, pausas e a privacidade foram essenciais para os participantes terem confiança e compartilhar os desabafos. Esse momento foi considerado positivo, pois refletiu-se sobre as dificuldades que os graduandos têm na assistência de cuidado a essas pacientes, visto que muitas vezes não tem um conhecimento prévio sobre como agir mediante a essas situações. Dessa maneira, conseguiu-se realizar as entrevistas e obter as informações desejadas, por meio de um diálogo construtivo, determinando resultados positivos sobre a importância das percepções e experiências dos estudantes de enfermagem sobre a temática. Considera-se que a experiência com esses encontros promoveu reflexões importantes para a bolsista e essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: Violência; Violência contra a mulher; Enfermagem; Estudantes de Enfermagem.

Percepções de estudantes de enfermagem acerca da violência contra a mulher

Cleydyane da Silva Santos*, Analice Peixoto Alves, Isabelle Bento Mendes Siqueira, Lucélia Aparecida Oliveira, Raí da Silva Maia, Rachel Cardoso de Almeida, Samilly Bernardino Feitosa, Beatriz de Castro Magalhães

Universidade Regional do Cariri (URCA)

*Autor(a) para correspondência: cleydyane.santos@urca.br

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema social, com inúmeros impactos. Os profissionais de enfermagem, prestam atendimento à essas mulheres, agindo de maneira autônoma, seguindo princípios éticos e legais. Sendo assim, é necessário identificar como os discentes de enfermagem percebem a temática. Teve como objetivo compreender percepções de estudantes de enfermagem sobre violência contra a mulher. E trata-se de um estudo descritivo, exploratório e qualitativo sobre percepções pessoais de estudantes de enfermagem sobre a temática, obtidas na realização de entrevistas pré-teste para um projeto de iniciação científica, ocorrido em julho de 2025, com três estudantes do sexo feminino. Para coleta utilizou-se um questionário para caracterização socioeconômica e acadêmica, juntamente com uma entrevista semiestruturada, com questões sobre percepções pessoais do tema. A análise dos dados ocorreu por categorização temática. Sendo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, conforme parecer Nº: 7.592.086. E após a análise dos dados surgiram as seguintes categorias: (I) Percepções do conceito de violência contra a mulher, em que observou-se que os participantes possuem entendimentos semelhantes sobre o conceito de violência contra a mulher, compreendida como tudo que a faz se sentir inferior e desconfortável; (II) Percepções sobre causas e consequências da violência, em que os participantes atribuem como causa da violência, a cultura patriarcal e a visão da mulher como ser inferior; e como consequências, os discursos referem repercussões físicas e psicológicas, traumas para relações sociais e amorosas, além de em casos mais graves, desenvolver transtornos como depressão e ansiedade; e (III) Percepções sobre a permanência da mulher com o agressor, na qual os participantes acreditam que as vítimas permanecem com os agressores por medo, por não ter condições emocionais e financeiras, falta de apoio familiar ou social, além do medo de represálias. Sendo assim, esse momento foi importante para desenvolver um pensamento crítico a respeito da caracterização da temática, visto que o reconhecimento sobre o assunto é importante para o acolhimento e assistência. Dessa forma, observou-se a importância de compreender conceitos, causas e consequências, bem como as limitações. Esse entendimento é essencial para aprimorar o ensino teórico-prático, capacitando futuros profissionais para um cuidado mais eficaz.

Palavras-chave: Violência; Estudantes; Enfermagem; Violência contra a mulher.

Conflitos entre mães e filhos e sua relação com a qualidade de vida de mulheres em Vitória (ES)

Camille Rezende Sartorio*

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: camillerezendesartorio@gmail.com

RESUMO

O presente estudo examinou a relação da tática de resolução de conflitos entre mães com filhos e a qualidade de vida das mulheres que vivem em Vitória, Espírito Santo. A maternidade, ao afetar as dinâmicas familiares e o desenvolvimento infantil, é influenciada por práticas parentais, que podem afetar o bem-estar de mães e filhos, especialmente em situações de violência. Tem como objetivo analisar a associação entre a tática de resolução de conflitos entre mães e filhos e a qualidade de vida de mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo. Trata-se de um estudo transversal com dados da pesquisa "Violência contra a mulher em Vitória", realizada em 2022, com 1.086 mulheres com 18 anos ou mais. A amostra foi composta por mulheres que relataram ter tido parceiro íntimo nos 24 meses anteriores à coleta. O desfecho foi a tática de resolução de conflito entre mãe e filho, mensurado pela Escala Tática de Conflitos entre Pais e Filhos (CTSPC). A variável de exposição foi a qualidade de vida, medida pelo Short Form Health Survey (SF-36). As análises descritivas, bivariadas e multivariadas foram realizadas utilizando o software Stata. Os resultados indicaram que práticas parentais violentas, como abuso físico e violência psicológica durante um conflito com o filho, estão ligadas a reduções nos componentes físico e mental da qualidade de vida das mães. Mulheres que mencionaram o uso regular dessas práticas demonstraram ter uma saúde piorada. Também foi identificada uma relação entre características sociodemográficas, como nível de escolaridade e classe econômica, e a ocorrência de práticas violentas, sendo mais comum entre mulheres com menor nível de escolaridade e pertencentes às classes socioeconômicas mais baixas. Com isso, é perceptível que a violência física e psicológica, afetam negativamente a saúde física e mental das mães, sendo fundamentais políticas públicas que visam o suporte psicossocial e o incentivo a interações parentais positivas para a melhoria da saúde materna e do bem-estar familiar.

Palavras-chave: Conflito; Família; Mãe; Qualidade de vida.

Apoio matricial, serviço social e a sistematização do cuidado em violência sexual no SUS

Eliane Rodrigues*, Tamires Almeida Durigon, Sheila Kocourek, Laura Regina da Silva
Câmara Maurício da Fonseca

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autor(a) para correspondência: nanierodrigueses@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a inserção da/o assistente social em equipes de matriciamento no atendimento às pessoas em situação de violência sexual, a partir da experiência de um hospital universitário do interior do Rio Grande do Sul, referência nesse tipo de atendimento desde o ano de 2016 para os 33 municípios da 4 Coordenadoria Regional de Saúde. A violência sexual é uma problemática de saúde pública, de caráter multissetorial e interdisciplinar demandando atendimento e fortalecimento do trabalho coletivo em saúde, no qual busca o atendimento integral a fim de evitar os agravos decorrentes desta problemática na vida dos indivíduos que a vivenciam. O presente estudo trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, fundamentado na teoria social crítica e na saúde coletiva, o qual busca demonstrar as ferramentas e metodologias do apoio matricial como ferramenta de cuidado e compartilhamento das ações de saúde destinada às pessoas em situação de violência sexual em um hospital de alta complexidade inserido no Sistema Único de Saúde. Destaca-se, a relevância do trabalho coletivo em saúde e das equipes multiprofissionais, e a contribuição do Serviço Social a partir da perspectiva do projeto ético-político, dos parâmetros de atuação na saúde e do código de ética profissional, à luz do referencial marxista. Ressalta-se, ainda, a inserção do/a assistente social nos processos de matriciamento, atendimento e gestão, contribuindo para a efetivação do conceito ampliado de saúde e para a qualificação e humanização do cuidado no SUS. Compreende-se os desafios impostos ao fazer coletivo em saúde e suas potencialidades a partir do apoio matricial como dispositivo de cuidado, haja vista os avanços realizados pela equipe de matriciamento no atendimento a crianças e adolescentes com implantação do Centro de Referência de Atendimento Infanto-juvenil - CRAI e a ampliação do serviços de atendimento a interrupção da gestação nos casos decorrentes de violência sexual, a partir da interlocução da equipe de matriciamento em violência sexual com os demais atores que compõem o trabalho coletivo em saúde pública.

Palavras-chave: Violência Sexual; Serviço Social; Apoio Matricial; Saúde Pública.

O enfrentamento da violência doméstica na gestação: a abordagem do assistente social no contexto de uma maternidade pública

Eliane Rodrigues*, Yasmim Morais Pinto, Sheila Kocourek

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autor(a) para correspondência: nanierodrigueses@gmail.com

RESUMO

A violência doméstica constitui expressão da questão social e uma grave violação de direitos humanos, assumindo caráter de problema de saúde pública que demanda respostas integradas do sistema de proteção social. Este trabalho desenvolve-se a partir da experiência de estágio curricular na Unidade de Atenção à Saúde da Mulher do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), com objetivo refletir sobre enfrentamento da violência doméstica no âmbito hospitalar e fluxos de atendimento estabelecidos. O método fundamenta-se na análise de documentos institucionais, normativos e protocolos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que orienta a atenção às mulheres situação de violência. A análise destaca a relevância da identificação precoce, escuta qualificada e compartilhamento do cuidado, em equipes multiprofissionais, a necessidade de articulação entre diferentes setores da rede, como saúde, assistência social, segurança pública, justiça e órgãos de proteção. Os resultados apontam para a sistematização crítica dos fluxos existentes, evidenciando avanços e limitações na efetivação das políticas públicas neste enfoque, especialmente pela necessidade de ampliação sobre o debate da violência doméstica com os diferentes atores que compõem o cuidado em saúde pública, na maternidade em questão. A elaboração de fluxos claros, sistemáticos e com abordagem multiprofissional, onde o Serviço Social insere-se como profissional capaz de ler a realidade social e dar respostas qualificadas frente às determinações sociais de saúde. Ressalta-se, portanto, a articulação entre os serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, especialmente o CREAS, CRM, Delegacia da Mulher e Promotoria Pública do Estado, Serviço de Acolhimento a Mulheres. Destaca-se a necessidade de articulação com os órgãos de proteção da infância e juventude, especialmente o Conselho Tutelar. Conclui-se que a consolidação de práticas intersetoriais e de fluxos assistenciais, sob a perspectiva crítico-reflexiva da prática profissional em Serviço Social é fundamental para garantir integralidade, proteção social e continuidade do cuidado às mulheres em situação de violência doméstica durante o ciclo gravídico-puerperal com seguimento no território. Destaca-se, a necessidade de articulação do projeto ético-político da profissão, dos parâmetros de atuação na saúde, e realizar o cuidado integral, humanizado no SUS.

Palavras-chave: Violência doméstica; Ciclo gravídico-puerperal; Serviço social; Saúde pública.

Medicamentos indutores do sono e a violência por parceiro íntimo durante a Covid-19

Mariana Ketlin Monteiro Martins*, Fernanda Garcia Gabira Miguez, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: mariana.k.m.martins@gmail.com

RESUMO

Violência por parceiro íntimo (VPI) é definida como o comportamento dentro de uma relação íntima que gera danos físicos, sexuais e/ou psicológicos. Estes danos podem afetar o sono e, consequentemente, contribuir para o uso de medicamentos indutores de sono. Verificar a prevalência de uso de medicamentos indutores do sono e o histórico de violência por parceiro íntimo é o objetivo do estudo. Trata-se de um estudo transversal, de base populacional, realizado no Município de Vitória, no Espírito Santo, Brasil, com 801 mulheres com idade igual ou superior a 20 anos até 59 anos. O uso de medicamento indutor do sono foi obtido pela pergunta “Alguma vez na vida a senhora já fez uso de remédios para dormir/indutores de sono?”. A variável violência por parceiro íntimo nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa que correspondia ao mesmo período da pandemia de Covid-19 foi construída através do questionário da “WHO VAW STUDY”, da Organização Mundial da Saúde. Os dados sociodemográficos, econômicos e comportamentais analisados foram: faixa-etária, raça-cor, escolaridade, classificação ABEP, trabalho remunerado, situação conjugal, religião, número de filhos e violência sexual na infância. A análise de dados foi feita mediante descrição por frequência absoluta, relativa, intervalo de confiança de 95%, seguido por uso de teste Qui-quadrado de Pearson e Regressão de Poisson. Das 801 participantes, 15% informaram realizar o uso atual de medicamento indutor do sono, 34,8% utilizaram este tipo de medicamento alguma vez na vida. Mulheres com 40 a 59 anos tiveram maior prevalência de uso de medicamentos indutores de sono alguma vez na em comparação às mais jovens. Já para o uso atual, mulheres na mesma faixa-etária apresentaram 44% mais prevalência de uso de indutores em comparação às mais novas, sofrer um, dois ou três tipos de violência nos últimos 12 meses aumentou a prevalência de uso atual de indutores de sono comparadas às que não sofreram violência. Conclui-se que o uso atual de medicamentos indutores do sono é comum entre mulheres que sofreram violência durante a pandemia de Covid-19, sendo as mais velhas aquelas que relatam maior prevalência de uso atual e na vida.

Palavras-chave: Medicamentos indutores do sono; Violência contra a mulher; Violência por parceiro íntimo; Violência doméstica; Saúde da mulher

Práticas de Promoção da Saúde Mental em Idosos de uma ILPI do Extremo Sul Catarinense

Helena Gleize*, Heloisa Rampineli Alberton, Lara Londero Cadorin, Luiza Manenti dos Santos, Sofhia Debiasi Mattei

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: helenagleize@gmail.com

RESUMO

Envelhecer é um processo natural que leva a mudanças físicas, psicológicas e sociais. Para os idosos institucionalizados, essas transformações são frequentemente acompanhadas de sentimentos como solidão, perda de autonomia e afastamento familiar, fatores que podem impactar diretamente sua saúde mental. Diante disso, atividades que promovam a escuta, a expressão e a convivência tornam-se essenciais para resgatar o bem-estar e fortalecer vínculos afetivos. Esse trabalho visa relatar a experiência de uma intervenção realizada em uma instituição de longa permanência no extremo sul catarinense, voltada à valorização da saúde mental dos residentes, destacando os aprendizados, desafios e impactos observados. A ação foi desenvolvida no primeiro semestre de 2025 em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), por meio de rodas de conversa, registro de conselhos dos idosos para as futuras gerações, uma atividade artística coletiva (árvore das digitais) e encerrando com a leitura de um poema. A avaliação aconteceu por meio da observação qualitativa direta, considerando o nível de participação, as interações estabelecidas, as manifestações de afeto e as mudanças percebidas no ânimo e bem-estar do grupo. O projeto contou com autorização institucional e supervisão docente, garantindo os aspectos éticos. Mesmo diante de algumas limitações cognitivas, físicas e estruturais, os idosos demonstraram envolvimento significativo. Os conselhos registrados revelaram sabedoria de vida, reforçando o valor da troca intergeracional. A atividade da árvore simbolizou pertencimento e união, despertando satisfação coletiva. O poema final trouxe um momento de acolhimento e emoção, favorecendo a aproximação entre participantes e equipe. A experiência evidenciou que ações simples, criativas e de baixo custo, quando pautadas na escuta e no afeto, têm grande potencial de promover saúde mental entre idosos institucionalizados. Mais do que fortalecer vínculos coletivos, essas práticas valorizam a história de cada indivíduo, reafirmam o papel social do idoso e contribuem para ressignificar o envelhecer de forma mais humana.

Palavras-chave: Idoso institucionalizado; Saúde mental; Promoção da saúde; Terapia pela arte.

Associação da sonolência diurna com fatores sociodemográficos e violência por parceiro íntimo

Fernanda Garcia Gabira Miguez*, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: fernandagabirag@gmail.com

RESUMO

A redução do estado de alerta e de consciência durante o dia é caracterizada pela sonolência diurna, que pode ser excessiva quando ocasiona prejuízo das funções de vigília. Usualmente, mulheres tendem a ser mais vulneráveis a essa condição e, quando associada à ocorrência de violência por parceiro íntimo, essa vulnerabilidade tende a se intensificar, causando consequências ainda mais significativas para a saúde. Objetivou-se avaliar a associação entre a sonolência diurna excessiva com fatores sociodemográficos e a ocorrência de violência por parceiro íntimo entre mulheres. Este é um estudo transversal, analítico, de base populacional, realizado em 2022, com 1086 mulheres com idade a partir de 18 anos. A sonolência diurna foi verificada por meio da Escala de Epworth, composta por seis questões, pontuando de 0 a 18. A violência por parceiro íntimo ao longo da vida e durante a pandemia foi avaliada pelo instrumento da Organização Mundial da Saúde (WHO VAW Study). Os dados sociodemográficos analisados foram faixa etária, raça, escolaridade, trabalho remunerado e renda per capita familiar. Mediana e intervalo interquartil foram utilizados diante da assimetria da escala, confirmada pelo teste de Shapiro-Wilk. Posteriormente, aplicaram-se os testes de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney, seguidos da análise multivariada por regressão quantílica, considerando entrada no ajuste $p \leq 0,20$ e permanência $p \leq 0,05$ no Stata 17.0. Mulheres com idade entre 18 e 29 anos apresentaram mediana de sonolência 3 pontos maior ($Beta = 3,00$; IC95%: 1,66-4,34) em comparação às mulheres com 60 anos ou mais. Mulheres não brancas tiveram 2 pontos a mais na mediana de sonolência ($Beta = 2,00$; IC95%: 1,14-2,86) em comparação às brancas. Por fim, aquelas que sofreram violência por parceiro íntimo ao longo da vida apresentaram aumento de 2 pontos na mediana de sonolência ($Beta = 2,00$; IC95%: 2,00-4,01) em comparação às que não sofreram violência, assim como aquelas que sofreram violência durante a pandemia, que apresentaram aumento de 2 pontos na mediana da Escala de Sonolência de Epworth ($Beta = 2,00$; IC95%: 1,15-2,85). Os achados reforçam que tanto os fatores sociais quanto a experiência de violência por parceiro íntimo, ao longo da vida e durante a pandemia, podem influenciar a ocorrência de sonolência diurna entre mulheres.

Palavras-chave: Violência; Violência contra a mulher; Violência por parceiro íntimo.

Associação entre sonolência diurna e violência física, sexual e psicológica por parceiro íntimo entre mulheres

Fernanda Garcia Gabira Miguez*, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: fernandagabirag@gmail.com

RESUMO

A violência por parceiro íntimo pode ocorrer nas formas física, psicológica e sexual, causando prejuízos à qualidade de vida, impactos negativos a saúde mental e afetar a qualidade do sono. Como resultado do trauma vivido, a vítima pode ter dificuldades para manter o estado de vigília durante o dia, além de alterações no padrão e na profundidade do sono. Objetivou-se avaliar a associação entre a sonolência diurna excessiva e ocorrência de violência física, sexual e psicológica perpetrada por parceiro íntimo ao longo da vida entre mulheres. Este é um estudo transversal, analítico, de base populacional, realizado em 2022, com 1086 mulheres com idade igual ou superior a 18 anos. A sonolência diurna foi avaliada pelo Epworth, adaptada para seis questões, com pontuação de 0 a 18. Os tipos de violência foram avaliados pelo instrumento da Organização Mundial da Saúde WHO VAW Study. Devido à distribuição assimétrica da variável dependente, confirmada pelo teste de Shapiro-Wilk, foram utilizadas medidas de tendência central (mediana e intervalo interquartil) e os testes não paramétricos de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney para análises bivariadas. Foi utilizado na multivariada a Regressão quantílica, considerando ajuste pelos dados sociodemográficos: faixa etária, raça/cor, escolaridade e renda familiar per capita, sendo incluídos aqueles com p -valor $\leq 0,20$, e permanência no modelo final com $p \leq 0,05$. As análises foram conduzidas no Stata® 17.0. Os resultados mostram que mulheres que sofreram violência física (Beta = 1,00; IC95% 0,50-1,95) e psicológica (Beta = 1,00; IC95% 0,21-1,79) tiveram aumento de 1 ponto na mediana da sonolência diurna em comparação aquelas que não sofreram essas violências, já aquelas que sofreram violência sexual apresentaram 2 pontos a mais na mediana da sonolência diurna (Beta = 2,00; IC95% 1,01-2,99) em comparação a que não sofreu essa violência pelo parceiro íntimo. Conclui-se que a sonolência diurna esteve associada à vivência de violência física, psicológica e sexual por parceiro íntimo entre as mulheres. Os achados demonstram como a violência pode causar alterações no sono e, consequentemente, impactos no cotidiano da vítima, reforçando a necessidade de incluir essa abordagem em protocolos de atenção à saúde da mulher, para fortalecer políticas públicas voltadas ao cuidado integral das vítimas.

Palavras-chave: Violência; Violência por parceiro íntimo; Violência contra a mulher; Transtorno do sono.

Vitimização por assalto ou roubo entre usuários de um Centro de Atenção Psicossocial

Nicolle Castilho da Silva*, Vanessa Pereira Corrêa, Bruna Vanti da Rocha, Eduardo Luis Bordignon Ferrari, Ione Jayce Ceola Schneider

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Autor(a) para correspondência: nick.castilho2003@gmail.com

RESUMO

A experiência de violência urbana representa um desafio adicional para pessoas em sofrimento psíquico, podendo agravar vulnerabilidades sociais e impactar a adesão ao cuidado em saúde mental. O objetivo deste estudo foi investigar a ocorrência de assalto ou roubo, mediante uso ou ameaça de violência, entre usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Extremo Sul Catarinense. Foi conduzido inquérito transversal com 170 participantes em acompanhamento no CAPS, que responderam a questionário estruturado com informações sociodemográficas e sobre experiências de violência. A amostra foi composta, majoritariamente, por mulheres (71,2%), de cor branca (81,2%), com idades concentradas entre 40 e 59 anos (54,1%). A renda domiciliar per capita média foi de R\$ 171,96 (IC95%: 101,6–242,3). Em relação à escolaridade, 48,2% possuíam baixa escolaridade, 26,5% haviam concluído o ensino médio e 25,3% tinham ensino superior incompleto ou mais. Sobre vitimização por assalto ou roubo nos últimos 12 meses, 12 participantes (7,1%) relataram ter sido vítimas. Os resultados revelam que a violência urbana, expressa por episódios de assalto ou roubo, atinge parcela dos usuários do CAPS, ampliando suas vulnerabilidades sociais. Considerando a possibilidade de subnotificação, reforça-se a necessidade de políticas públicas que combinem ações de proteção social, promoção da cidadania e fortalecimento da rede de saúde mental.

Palavras-chave: Violência; Saúde mental; Centros de Atenção Psicossocial; Saúde pública; Estudos transversais.

Oficina de Prevenção às Violências: Experiência de Extensão e Educação em Saúde

Geovana Fiorio*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Beatriz Rodrigues de Souza, Lara Barbosa Damazio, Ana Julia Bressan de Medeiros, Sofia de Stefani Milioli, Aline Cristina Vieira de Lima, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: geofiorio2012@unesc.net

RESUMO

Este relato descreve a participação em uma oficina da disciplina de Interação Comunitária VI do curso de Medicina da UNESC, em Criciúma (SC). A violência contra a mulher é um problema de saúde pública que demanda a prevenção e formação acadêmica para o enfrentamento dessa realidade. A atividade visou discutir os diferentes tipos de violência contra a mulher, suas manifestações e implicações, reforçando a importância da formação acadêmica no enfrentamento dessa problemática. Previamente, os acadêmicos pesquisaram sobre “Educação em Violência contra a Mulher”, contemplando tópicos como: tipos de violência, ciclo da violência, história da Lei Maria da Penha, diferença entre notificação e denúncia, violentômetro, protocolo e profilaxia da violência sexual, serviços assistenciais em Criciúma e o papel do profissional de saúde. Posteriormente, os conteúdos foram discutidos em uma roda de conversa, favorecendo troca de informações, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de experiências relacionadas à prática em saúde pública. Em continuidade, desenvolveu-se uma atividade prática com análise de casos de violência, onde os alunos puderam identificar situações apresentadas e debater condutas adequadas. A oficina constituiu um espaço de reflexão e construção de saberes, ampliando a compreensão acerca da violência contra a mulher. Observou-se o engajamento dos alunos na discussão dos tópicos e o reconhecimento da relevância do papel do profissional de saúde na identificação, acolhimento e encaminhamento das vítimas. Além disso, o compartilhamento de experiências de atendimento em serviços públicos contribuiu para consolidar o aprendizado e reforçar a importância da abordagem humanizada. A experiência reforçou a necessidade de inserir a temática da violência contra a mulher na formação médica, mostrando que momentos de discussão e vivência coletiva favorecem a construção de competências fundamentais no enfrentamento dessa situação. Ademais, destacou-se a importância de sensibilizar os futuros médicos para escuta qualificada, atuação ética e conhecimento dos recursos e protocolos disponíveis na rede.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Violência Sexual; Faculdade de Medicina.

Relato de vivência: atendimento em grupo a mulheres vítimas de violência na cidade de Garopaba/SC

Sandra Cristiane Erthal Vieira*, Maria Julia Castro Januário, Maya Natasha Oginoya

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

*Autor(a) para correspondência: sandrierthvie@hotmail.com

RESUMO

A equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Garopaba iniciou em setembro/2024 atendimentos em grupo para mulheres vítimas de violência que já estavam em acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Frente ao alarmante aumento dos casos de violência doméstica contra mulheres em Santa Catarina, entendendo a potencialidade do trabalho em grupo e a importância da rede de apoio para a superação das situações de violência contra a mulher, intensificamos os atendimentos nessa área. Por ser um município pequeno e não ter serviços especializados, o CREAS é uma das portas de entrada da mulher que sofre violência. O trabalho em grupo é um mecanismo para dar conta dessa demanda, tendo como objetivos: ampliar e fortalecer as redes de apoio de mulheres em situação de violência doméstica; desmistificar falácias e ideias de senso comum acerca da violência doméstica, minimizar a revitimização das mulheres e possibilitar estratégias de reorganização após violação de direitos. Foram criados 02 grupos distintos com 08 e 13 mulheres, respectivamente. Foram realizadas oficinas de expressão, com utilização de materiais para desenho e pintura; dinâmicas de apresentação, projeção de slides acerca da temática: Lei Maria da Penha, ciclo e tipos de violência. Palestra com policial feminina referência no acolhimento às mulheres vítimas de violência no município de Garopaba, sessão de cine debate para discussão do tema e confraternização também fizeram parte da metodologia utilizada. Em um ano é nítida a recuperação da autoestima e a organização destas após o rompimento com o agressor. A análise dos resultados é baseada principalmente no antes x depois das situações vivenciadas, bem como no relato delas de positividade em ter umas às outras como parte de sua rede de apoio. Importante destacar que os grupos seguem em atividade. A tomada de atitude em registrar o boletim de ocorrência e solicitar a medida protetiva apesar das dificuldades, do constrangimento e pouca rede de apoio do início, são exemplos dos resultados alcançados por elas, que se percebem como motivadoras e incentivadoras umas das outras.

Palavras-chave: Violência doméstica; Violência contra a mulher; Violência de gênero.

Os desafios e estratégias para atendimento à população em situação de rua na cidade de Garopaba/SC

Maria Julia Castro Januário*, Sandra Cristiane Erthal Vieira, Maya Natasha Oginoya

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

*Autor(a) para correspondência: pesquisadamaju@gmail.com

RESUMO

Enquanto equipamento da Assistência Social que atende pessoas em situação de rua em um Município com poucos recursos e possibilidades de ação neste escopo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS Garopaba cotidianamente reflete sobre os desafios e estratégias possíveis para atender este setor populacional. A equipe busca através da acolhida inicial estabelecer relação de confiança; dessa forma, é possível tanto criar vínculos com a equipe de referência quanto fortalecer os já existentes. Dentre os objetivos traçados: buscar o estreitamento das relações familiares; articular intersetorialmente com Saúde para possibilitar acesso aos direitos sociais; diversificar as formas e os instrumentais de atendimento devido ao dinamismo do público atendido. No ano de 2024, foram atendidas 145 pessoas em situação de rua apenas na unidade do CREAS. Entre os desafios enfrentados, listamos o desconhecimento das leis específicas para este público por parte de outros órgãos da prefeitura e por vezes recusa em atendimento por entenderem que essa população não é moradora de Garopaba. O preconceito dos municípios; poucos recursos e programas para prevenção da situação de rua; falta de conhecimento dos gestores acerca do assunto acabam sendo grandes barreiras nesse processo. Entre as estratégias para o trabalho social estão: oferta de café da manhã aos usuários; possibilitar contato telefônico com familiares para fortalecer ou restaurar vínculos; orientar acerca de outros serviços e programas, como Cadastro Único, Benefício de Prestação Continuada, serviços em saúde, segurança pública e defensoria pública. Além disso, através dos atendimentos psicossociais é possível a formulação de estratégias para superar a vulnerabilidade extrema em que se encontram. O fornecimento de benefícios eventuais potencializa o acesso aos direitos como o auxílio documento, alimentação e passagem. O CREAS também está como referência para o atendimento à imigrantes e refugiados na cidade, viabilizando o acesso a documentos básicos para residência no Brasil, bem como acesso às outras políticas públicas. Os resultados alcançados são diversos: um dos mais significativos é a vinculação da população atendida à unidade e às equipes técnicas. Isso permite maior qualidade no atendimento, respaldo para tensionar avanços na política pública e um espaço seguro de refúgio frente as dificuldades enfrentadas.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Grupos vulneráveis; Políticas públicas.

Violência obstétrica e depressão pós-parto: resultados de um estudo transversal com usuárias da Atenção Primária à Saúde de Passo Fundo, RS

Lucas Silva Tedesco Guimarães*, Isabel Benevides Frossard, Jéssica Boufleur, Natasha Vilela, Shana Ginar-Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

*Autor(a) para correspondência: lucasguimas339@gmail.com

RESUMO

A violência obstétrica, caracterizada por qualquer conduta, omissão ou interação que cause sofrimento físico, psicológico, moral ou sexual no âmbito da atenção à gestação, parto ou puerpério, tem sido cada vez mais relatada no Brasil e pode impactar a saúde mental materna. Frente ao exposto, esse estudo teve como objetivo avaliar a relação entre violência obstétrica e a ocorrência de depressão pós-parto (DPP) em mulheres usuárias da atenção primária à saúde. Trata-se de um estudo transversal, realizado entre dezembro/2022 e dezembro/2024, com mulheres de idade igual ou superior a 12 anos e filhos de até 24 meses em acompanhamento de puericultura em cinco Unidades de Saúde, cenários de prática do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Passo Fundo, RS. Configura-se como um subprojeto da pesquisa “Saúde da mulher e da criança no ciclo gravídico-puerperal”, com aprovação ética nº 5.761.013. O desfecho avaliado foi a sintomatologia para DPP medida pela escala autoaplicada de Edimburgo (EPDS). A variável de exposição foi a violência obstétrica, mensurada a partir de 18 questões presentes no instrumento de avaliação. Em caso de resposta afirmativa a, pelo menos uma dessas questões, foi considerado um caso de violência obstétrica. Foi aplicada estatística descritiva (n, %) e o teste do qui-quadrado para analisar a distribuição da prevalência de DPP segundo exposição de interesse. O estudo incluiu 378 mulheres, com idade média de 26 anos, cor da pele auto reportada como branca (51,9%), vivendo com companheiro (73%), 8-12 anos de estudo (60,1%), e renda per capita de até meio salário mínimo (56,8%). A prevalência de sintomatologia para DPP foi de 30% (IC95% 25–36). Observou-se maior prevalência de DPP nas mulheres que relataram ter sofrido violência obstétrica (43,3%), em comparação àquelas que não sofreram (26,3%) ($p=0,011$). Os resultados mostram que a violência obstétrica repercute na saúde mental materna. Esse achado destaca a importância de práticas obstétricas humanizadas tendo o binômio materno-infantil no centro do cuidado, respeitando direitos e autonomia. Estudos futuros devem incluir análises com modelagens ajustadas considerando a etiologia multifatorial das variáveis analisadas neste trabalho.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Depressão pós-parto; Saúde mental materna; Atenção Primária à Saúde.

Capacitações “in loco”: uma estratégia de aumento da notificação de violência na atenção primária

Luíza Eduarda Portes Ribeiro*, Lorrania Rodrigues de Souza Farias

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: luizaeduportes@gmail.com

RESUMO

A notificação de violência é fundamental para a implementação de políticas públicas eficazes e o atendimento adequado às vítimas. Capacitar profissionais de saúde para melhorar essa prática contribui para a detecção precoce e o enfrentamento do agravo. Este relato teve como objetivo identificar o impacto de capacitações presenciais “in loco” em unidades de saúde de Vila Velha (ES), realizadas em 2024, na identificação e notificação de casos suspeitos e confirmados de violência, conforme Portaria nº 104/2011 do Ministério da Saúde e Lei Estadual nº 11.147/2020. Trata-se de um relato de experiência de aplicação de uma intervenção realizada em oito unidades de saúde, selecionadas por apresentarem maior número de notificações no ano anterior. Participaram unidades cujos coordenadores autorizaram a participação dos profissionais. A intervenção consistiu em capacitações presenciais, de ao menos 1 hora, com metodologia ativa, incluindo estudos de casos, debates e material de apoio. Os temas abordados incluíram tipos de violência, sinais e sintomas, acolhimento, encaminhamento e preenchimento correto da ficha de notificação no sistema eSUS-VS. A identificação do impacto das ações comparou o número de notificações nos períodos pré (jan-jun/2024) e pós-capacitação (jul-dez/2024), usando dados secundários do sistema eSUS-VS. Foram capacitados 87 profissionais, incluindo médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde (ACS), assistentes sociais, psicólogos e outros. As unidades capacitadas apresentaram aumento significativo nas notificações: Região I: Unidade Jasmim (+300%, de 4 para 16 notificações); Região III: Unidade Girassol (+243%, de 7 para 24), Lavanda (+120%); Região IV: Unidade Orquídea (+425%, de 4 para 21 notificações), Lírio e Tulipa também apresentaram aumentos. As unidades não capacitadas mostraram notificações estáveis ou com aumentos modestos, sugerindo subnotificação. As capacitações demonstraram impacto positivo na ampliação da notificação de violência na atenção primária do município, evidenciando maior sensibilização e preparo das equipes. A participação multiprofissional, especialmente dos ACS, foi fundamental para a identificação precoce e encaminhamento adequado dos casos. O modelo ativo e participativo se mostrou eficaz e compatível com a rotina das unidades. Recomenda-se ampliar as capacitações para outras regiões, institucionalizar formações regulares e manter monitoramento contínuo das notificações para fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência em Vila Velha.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde; Notificação de Violência; Atenção Primária à Saúde.

Protocolos de Atendimento e a Notificação de Violência Infantojuvenil: Relato de Experiência de Quatro Municípios

Patrícia Pereira de Maia*

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: maiapaty@hotmail.com

RESUMO

A Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, tem impulsionado municípios e instituições a estruturarem protocolos e fortalecerem a notificação de violência. O protocolo de atendimento de violência é um documento que organiza, de forma clara e padronizada, como os profissionais devem agir diante de uma situação de violência, deve definir fluxos de atendimento, responsabilidades e base legal. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo descrever uma experiência local sobre a contribuição dos protocolos de atendimento para a melhoria dos registros de violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em quatro municípios do sul de Santa Catarina. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, configurado como um relato de experiência. Foram analisados os dados de notificação de violência contra crianças e adolescentes registrados no SINAN, comparando-se o período de um ano antes e um ano após a implantação dos protocolos municipais de atendimento. Os quatro municípios avaliados já contavam com protocolos oficialmente implantados à época da coleta. Os resultados indicaram que: o Município 1 não possui nenhum registro de violência contra crianças e adolescentes nos períodos pesquisados, o Município 2 manteve o número de notificações no período pesquisado, o Município aumentou em quase 100% nas notificações no SINAN após a implantação do protocolo, e no Município 4 houve um aumento no número de notificações em 34%. Os protocolos estudados na sua maioria apresentam menção quanto a notificações no SINAN, porém com informações mínimas e não instrutiva, sem ressaltar a importância deste procedimento como forma de cuidados e prevenção. Conclui-se que, embora a existência do protocolo possa favorecer o aumento das notificações, sua efetividade depende da clareza das orientações fornecidas aos profissionais e da articulação intersetorial. É necessário fortalecer processos de capacitação, ampliar os espaços de discussão e assegurar que os protocolos apresentem dados práticos sobre a notificação, para que a rede atue de forma articulada, garantindo efetividade às medidas previstas na Lei nº 13.431/2017 e, consequentemente, maior proteção integral às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Palavras-chave: Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Violência, Protocolos.

Disparidades regionais na mortalidade por agressão contra mulheres na última década

Poliana Gonçalves*, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, João Vítor Santana Cecchetto Mendes, Suzel Ramos Cândido, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: obs.poliana@gmail.com

RESUMO

A violência contra a mulher é um tema que envolve dimensões sociais, culturais e institucionais. No Brasil, sua ocorrência tem sido registrada de forma sistemática nos sistemas de informação em saúde, revelando padrões distintos conforme regiões, grupos populacionais e períodos históricos. O acompanhamento da mortalidade por agressão permite compreender essas dinâmicas e subsidiar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais. O objetivo deste estudo é analisar as disparidades regionais na mortalidade por agressão contra mulheres no Brasil na última década (2013–2023). Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que reúne registros de óbitos por causas externas, incluindo agressões (CID-10: X85–Y09), que foi utilizado neste estudo. Foram examinadas as distribuições por região geográfica e ano de notificação. Entre 2013 e 2023, foram registradas 47.354 mortes de mulheres por agressão no país, com maior número de óbitos notificados no ano de 2017, seguido por 2014. As regiões Nordeste (34,9%) e Sudeste (29,5%) concentraram a maioria dos óbitos, seguidas pelo Sul (13,6%), Norte (12,2%) e Centro-Oeste (9,8%). O Nordeste apresentou o maior pico de mortalidade em 2017 (1.772 casos). O estudo contribui para o debate sobre a violência de gênero ao demonstrar que a mortalidade por agressão não ocorre de forma homogênea no território nacional, mas acompanha desigualdades estruturais históricas. Apesar dos avanços legais, a efetividade das medidas é limitada pela ausência de políticas territoriais integradas e pela fragilidade da rede de proteção. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de estratégias de prevenção e enfrentamento que considerem as especificidades regionais, ampliem a articulação intersetorial, e assim, fortaleçam os serviços de apoio às mulheres.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Registro de mortalidade; Agressão; Feminicídio; Mulheres.

CRAI: integralidade e proteção às crianças e adolescentes em situação de violência

Ana Carolina Fonseca Antunes*, Anastácia Souza Severo da Silva, Daniele Lang Baratto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autor(a) para correspondência: anacarolinantunes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o funcionamento do Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI), localizado em Santa Maria, RS. O serviço integra a rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, atuando em conformidade com a Lei Federal nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, que estabelece mecanismos para qualificar o atendimento e evitar a revitimização. O CRAI abrange os 33 municípios da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul e atua de forma articulada com a Polícia Civil e com o Instituto-Geral de Perícias (IGP). Seu principal objetivo é ofertar atendimento integral e especializado, assegurando o acolhimento adequado às vítimas e prevenindo a revitimização, que ocorre quando a criança ou o adolescente é exposto repetidamente ao relato de sua experiência traumática em diferentes órgãos e serviços. O fluxo de atendimento foi construído coletivamente pelos diversos atores da rede de proteção e organiza-se da seguinte forma: nos casos agudos de violência sexual o atendimento é ofertado 24 horas por dia, todos os dias da semana, nos serviços de pronto atendimento do HUSM (pronto-socorro pediátrico, pronto-socorro adulto e centro obstétrico). Casos crônicos são realizados mediante agendamento prévio. A equipe multiprofissional do CRAI é composta por assistentes sociais, psicólogos e médicos. Inicialmente, são prestados os cuidados de saúde e, em seguida, a Polícia Civil é acionada para o registro do boletim de ocorrência e a solicitação das perícias físicas e psíquicas, quando indicadas. Além disso, os profissionais do CRAI orientam quanto à continuidade dos atendimentos, que podem ocorrer tanto no município de origem da vítima quanto em ambulatórios de especialidades do HUSM. Pontua-se que nos casos de gestação decorrente de violência sexual, a vítima é informada sobre o direito à interrupção da gestação e encaminhada ao serviço de referência. Caso opte por manter a gestação, é direcionada ao Ambulatório de Gestação de Alto Risco do HUSM para acompanhamento pré-natal. Dessa forma, o CRAI se constitui como serviço estratégico para a integralidade do cuidado e para a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de violência.

Palavras-chave: Violência sexual; Criança e adolescente; Saúde.

Perfil dos atendimentos do Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil do Hospital Universitário de Santa Maria (2024–2025)

Anastácia Souza Severo da Silva*, Ana Carolina Fonseca Antunes, Daniele Lang Baratto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autor(a) para correspondência: anastacia.severo@acad.ufsm.br

RESUMO

O Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI), vinculado ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), iniciou suas atividades em setembro de 2024, ofertando atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. Integrando a rede de proteção e o Sistema de Garantia de Direitos, o CRAI-HUSM abrange os 33 municípios pertencentes à 4ª Coordenadoria Regional de Saúde. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o perfil dos atendimentos realizados pelo serviço no período de setembro de 2024 a maio de 2025, destacando características sociodemográficas dos usuários e o perfil dos supostos agressores. Para isso, foi realizado levantamento documental a partir dos registros de atendimento do Serviço Social, Psicologia e consultas médicas, contemplando informações sobre idade, sexo, procedência e vínculo com o agressor. No período analisado, foram registrados 69 atendimentos, dos quais 61% correspondiam a crianças e 39% a adolescentes. Em relação ao sexo, 77% eram meninas e 23% meninos. Observou-se maior concentração de casos no município de Santa Maria 72%, seguido por cidades vizinhas como São Pedro do Sul, Cacequi, Santiago, São Sepé, Toropi e Agudo. Quanto ao perfil dos supostos agressores, evidenciou-se a predominância de vínculos familiares ou de confiança, com destaque para pai (26%), padrasto (14%), tio (14%), avô (10%), namorado (10%), cunhado (6%), colega (4%), vizinho (3%), amigo (2%) e 11% não identificado o suposto agressor. De maneira geral, constata-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é praticada, em sua maioria, em contexto intrafamiliar ou de relações próximas. Conclui-se que o CRAI desempenha papel fundamental no acolhimento multiprofissional e na articulação com a rede de proteção, garantindo o encaminhamento dos fluxos legais de notificação e responsabilização. Os dados apresentados reforçam a importância da qualificação permanente dos serviços e do fortalecimento das políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual; Criança; Adolescente; Serviços de saúde; Perfil epidemiológico.

Educação Permanente em Saúde como Estratégia para Enfrentar a Subnotificação da Violência no Município de Criciúma

Andrea Vieira*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Lusiane Mendes, Letícia Costa Alves, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: andreavieiradasilva10@gmail.com

RESUMO

A violência é reconhecida como um grave problema de saúde pública, com impactos diretos e indiretos na vida das pessoas e nas comunidades. Seu enfrentamento requer ações integradas, intersetoriais e a atuação de profissionais capacitados para a identificação, notificação e manejo adequado dos casos. A resposta efetiva a essas situações é imprescindível para romper ciclos de violência e promover a saúde e a inserção imediata das vítimas em linhas de cuidado. Assim, o objetivo deste trabalho foi relatar a experiência das ações de educação permanente em saúde desenvolvidas na capacitação da rede assistencial de Criciúma, enquanto estratégia de enfrentamento das situações de violências. A metodologia utilizada foi desenvolvida através de capacitação voltada ao mês de maio, alusivo ao combate às violências no município de Criciúma, abordando o tema de reconhecimento das situações de violências, notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e manejo do cuidado. No ano de 2024 foram realizados cinco encontros de capacitações acerca das violências, que teve como público-alvo todos os enfermeiros da Atenção Primária em Saúde, assim como a Rede de urgência e emergência. No ano de 2025, as capacitações sobre o mesmo tema foram realizadas para todos os agentes comunitários de saúde, através de quatro encontros com foco no reconhecimento e intervenção nas situações de violência no território, com ênfase no uso do instrumento de notificação de situações de violência do SINAN. Neste contexto, a educação permanente proporcionou a ampliação da identificação dos casos nas unidades básicas de saúde através do aumento das notificações de 8,4% no ano de 2023 para 21% em 2024. Além disso, também contribuiu com a diminuição das notificações na rede de urgência e emergência de 84,6% para 67,35%, efetivando a melhoria na articulação da rede de proteção básica promovendo um cuidado integral dentro do território. Nesta perspectiva, conclui-se que de acordo com os dados expostos, a importância de se investir em capacitação dos profissionais para o rompimento da invisibilidade da violência nos territórios, sendo uma ferramenta estratégica de fortalecimento de vigilância em saúde, fator determinante no aumento das notificações e na efetivação de políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Educação Permanente; Notificação; Violência.

Diferenças raciais nas notificações de violência contra mulheres idosas na região Sul do Brasil

Lohanny Pereira Sá*, Yasmin de Sousa Andrade

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

*Autor(a) para correspondência: lohannysa2012@gmail.com

RESUMO

A violência contra mulheres idosas é um problema de saúde pública, podendo variar segundo raça/cor da pele. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) permite analisar os casos notificados, subsidiando políticas públicas voltadas à prevenção e proteção dessa população. Desta forma, o objetivo do presente resumo é alisar os casos notificados de violência contra mulheres idosas na região Sul do Brasil, identificando diferenças entre idosas brancas e negras. Trata-se de um estudo transversal com dados de violência contra mulheres com 60 anos ou mais, registrados entre 2013 e 2023 na região Sul do Brasil e registrados no SINAN. Para análise descritiva, foram incluídas todas as notificações contra idosas; para comparações entre características, consideraram-se apenas brancas e negras (negras e pardas). As diferenças foram avaliadas pelo teste Qui-quadrado de Pearson ou Exato de Fisher. Foi utilizado o software Stata® 15.0. Entre 2013 e 2023, foram registrados 29.005 casos de violência contra mulheres idosas, sendo 83,7% em brancas e 15,4% em negras. As notificações aumentaram de 2014 (n=1.170) a 2019 (n=3.394), caíram em 2020 (n=2.260) e cresceram a partir de 2022 (n=3.220), com pico em 2023 (n=4.392). O estado do Paraná concentrou 42,6% dos casos, seguido do Rio Grande do Sul (40,6%) e Santa Catarina (16,8%). Idosas negras apresentaram maior prevalência de violência associada a menor escolaridade, quando solteiras, violência recorrente ou psicológica ($p<0,001$); agressões em bares e vias públicas, tortura, violência sexual ou financeira ($p=0,012$); negligência ($p=0,022$); quando o agressor era filho ($p<0,001$), conhecido ($p=0,001$), namorado ($p=0,002$), ex-cônjuge ($p=0,018$) ou patrão ($p=0,029$); e agressor alcoolizado ($p<0,001$). Mulheres brancas predominaram em violências autoprovocadas ($p<0,001$) e quando o agressor era o cuidador ($p=0,019$). Conclui-se que os casos notificados de violência contra mulheres idosas na região Sul do Brasil aumentaram no período analisado e revelaram diferenças em relação à raça/cor da pele. É necessário a formulação de políticas públicas segundo as especificidades de raça, gênero e faixa etária.

Palavras-chave: Grupos vulneráveis; Notificação de violência; Violência contra a mulher.

Atuação da Fisioterapia na atenção primária diante de situações de violência interpessoal

Criciele Ricken da Silva*, Fernanda Gabrielly Matos dos Santos, Ariete Inês Minetto, Leticia Monteiro Bettoli

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: criciele.ricken@gmail.com

RESUMO

A violência interpessoal, em suas diversas manifestações, apresenta-se de forma sutil em meio a sociedade e impõe grandes desafios aos serviços de saúde. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a fisioterapia pode contribuir de forma significativa para a identificação e o cuidado de pessoas em situação de violência, ampliando seu papel tradicional de reabilitação física. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência da fisioterapia na APS frente à violência, articulando-a com protocolos intersectoriais e apontando dimensões orientadoras para a prática profissional. O relato baseia-se na vivência da residência em saúde coletiva em uma Unidade Básica de Saúde de Criciúma-SC, articulada à análise documental de protocolos municipais e estaduais, como o Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Protocolo da Criança e do Adolescente, o Fluxo da Geriatria, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e o Formulário de Proteção à Pessoa Idosa em Situação de Violência de Santa Catarina. A experiência possibilitou reconhecer cinco dimensões orientadoras: a identificação de sinais físicos e comportamentais suspeitos, como dor crônica sem causa aparente, retraimento e fraturas recorrentes; o acolhimento, realizado por meio da escuta qualificada e da criação de um espaço seguro; o registro ético e objetivo em prontuário; a notificação compulsória e o encaminhamento conforme fluxos intersectoriais; e, por fim, a atuação terapêutica, voltada à funcionalidade, à autonomia e à dignidade. Apesar dos avanços trazidos pelos protocolos existentes, ainda se observam fragilidades relacionadas a idosos e pessoas com deficiência, que carecem de fluxos mais claros e inclusivos. Conclui-se que as experiências do dia a dia fortalecem o papel da fisioterapia na detecção precoce, na proteção integral e no fortalecimento da rede de cuidado, destacando a necessidade de protocolos mais inclusivos para consolidar a integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Violência; Atenção Primária à Saúde; Fisioterapia; Notificação de Violência; Grupos vulneráveis.

Oficina sobre notificação de violência contra mulher para profissionais de saúde que atuam no rural

Micheline Raquel Beneton de Medeiros*, Sandréli Terezinha da Cruz, Mileni dos Santos, Patricia Cavilhas, Ethel Bastos da Silva

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autor(a) para correspondência: mestrandamicheline@gmail.com

RESUMO

A notificação é o primeiro passo para uma política pública que propicia a identificação dos diversos tipos de violência em vários municípios e estados no Brasil. Desta forma, o objetivo deste resumo é refletir sobre a importância da Educação Permanente acerca do preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência contra mulher para profissionais da atenção primária à saúde em contextos rurais. Trata-se de um relato de experiência, descriptivo, sobre o desenvolvimento de uma oficina de educação permanente com 9 profissionais de saúde de contexto rural em um município do noroeste gaúcho, realizada em agosto de 2025, na sala interativa da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS. A oficina evidenciou que o preenchimento da ficha de notificação de violência contra mulheres ainda gera muitas dúvidas, mesmo em profissionais experientes, pois elas são complexas e extensas. A Educação Permanente visa incorporar ferramentas e tecnologias que possam auxiliar no desenvolvimento dessa prática, de uma forma lúdica e reflexiva nos itens a serem preenchidos. O relato destaca a importância de fortalecer as práticas para o desenvolvimento profissional diante do preenchimento assertivo da ficha de notificação, uma vez que a notificação de violência contra a mulher é compulsória e o preenchimento incorreto acarreta subnotificação. Sendo assim, a educação permanente, além de gerar resultados na prática profissional, também provoca uma reflexão mais profunda do trabalhador de saúde em relação a essa situação e ao preenchimento da ficha de notificação, para que medidas reais possam ser levantadas na tomada de decisões no enfrentamento à violência no contra a mulher.

Palavras-chave: Notificação; Violência contra mulher; Pessoal de saúde.

Além dos Sintomas: O Impacto da Violência de Gênero na Saúde Mental Feminina

Luana de Farias Ebling*

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: psiluanaebling@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o sofrimento psíquico de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial, observando que os quadros clínicos de ansiedade e depressão, frequentemente diagnosticados, não possuem uma etiologia puramente biológica ou individual. O objetivo é discutir como a saúde mental feminina é diretamente impactada por contextos de violência de gênero, sugerindo que o adoecimento não é uma condição intrínseca à mulher, mas uma consequência da exposição contínua a um ambiente patriarcal e abusivo. A análise se baseia na vivência clínica de uma equipe de CAPS, que identificou um fator comum ao sofrimento de muitas mulheres acolhidas no serviço: a convivência com homens agressores. A vivência profissional nos levou à reflexão de que o sofrimento dessas mulheres estava intrinsecamente ligado à violência de seus parceiros, uma realidade que a equipe passou a descrever informalmente como a "doença do patriarcado". O termo, utilizado a partir de uma experiência clínica comum, descreve uma condição em que o sofrimento psíquico se manifesta como resposta a violências (físicas, verbais, psicológicas, patrimoniais, sexuais e virtuais). O uso deste termo nos permitiu dar um passo além do diagnóstico tradicional, conectando o sofrimento individual a um contexto social de opressão. Observamos que o processo de melhora e remissão dos sintomas ocorre quando a mulher se fortalece psiquicamente e, em muitos casos, quando conquista autonomia emocional e financeira, rompendo o vínculo com o agressor e saindo do ambiente de violência. Conclui-se que o cuidado em saúde mental para mulheres deve ir além da psiquiatriização, e medicalização da vida, requerendo uma abordagem contextualizada que reconheça e atue sobre as violências de gênero. O diagnóstico e o tratamento eficazes dependem da capacidade de enxergar o sofrimento como um sintoma social, e não apenas de uma fragilidade individual, de forma a romper com o ciclo de adoecimento imposto por estruturas patriarcais.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Saúde Mental; Violência de Gênero.

Violência Cotidiana e Saúde do Trabalhador: um relato de experiência em um grupo de psicoterapia

Luana de Farias Ebling*, Willians Cassiano Longen

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: psiluanaebling@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o cuidado em saúde mental no Núcleo de Promoção e Atenção Clínica à Saúde do Trabalhador (NUPAC-ST), de uma universidade do extremo sul catarinense. O objetivo é discutir a intrínseca relação entre as violências do cotidiano e o processo de adoecimento no trabalho. A análise se baseia em uma vivência em grupo de psicologia, que atualmente conta com três participantes, sendo esse grupo composto por duas mulheres e um homem, com idades entre 50 e 70 anos, comorbidades e adoecimento em serviço. A vivência ocorreu em agosto, mês de conscientização sobre a violência contra a mulher. A partir da discussão sobre os tipos de violência através de um material disponibilizado pelo Ministério Público de Santa Catarina, o grupo, que tecnicamente se destina à saúde do trabalhador, começou a trazer vivências de violência fora do ambiente de trabalho. Os participantes relataram situações de violência vividas em casa, em suas relações e em ambientes de vulnerabilidade social, como contextos de agressão ou uso de substâncias psicoativas. Essa experiência revelou que o sofrimento psíquico e o adoecimento não podem ser isolados por categorias, pois a violência permeia a vida em sua totalidade, com impactos profundos na saúde mental e, consequentemente, na capacidade de trabalho. A partir dessa vivência, compreendemos que as vulnerabilidades e violências sofridas na vida cotidiana impactam diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional dos trabalhadores. A experiência demonstra que o cuidado em saúde do trabalhador deve ir além do foco estrito nas condições laborais, requerendo uma abordagem que reconheça e atue sobre as múltiplas violências que o sujeito enfrenta fora do ambiente de trabalho. Conclui-se que a saúde do trabalhador é inseparável de sua realidade de vida, e uma atenção verdadeiramente integral deve acolher o sofrimento em sua totalidade.

Palavras-chave: Saúde Mental; Atenção à Saúde; Grupos Vulneráveis.

Ações Intersetoriais de Prevenção, Conscientização e Enfrentamento às Violências em Itajaí (SC)

Thamara Garcia Del Mir*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Autor(a) para correspondência: psicologa.thamaramir@gmail.com

RESUMO

Relato de experiência da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí (RAIPSV), coordenada pela Vigilância Epidemiológica, sobre as ações de prevenção e enfrentamento às violências contra mulheres, pessoas idosas, crianças e adolescentes, realizadas por meio de campanhas institucionais. Estas campanhas envolvem a participação de gestores e profissionais da rede municipal de saúde, assistência social, educação, segurança pública, como também, das entidades socioassistenciais, movimentos sociais, conselhos de direitos, comunidade acadêmica, OAB, entre outros. A programação das campanhas é ampla e diversificada e entre as principais atividades realizadas, destacam-se: seminários de qualificação profissional, rodas de conversa, palestras, atividades socioeducativas e culturais, eventos comunitários, intervenções artísticas, oficinas de defesa pessoal, uso da tribuna na Câmara de Vereadores, blitzes educativas, ampla distribuição de materiais informativos em serviços públicos e espaços estratégicos do município e divulgação de informações nas mídias institucionais e na imprensa local. As atividades contemplam discussões e abordagens sobre as interseccionalidades que atravessam as situações de violência, reconhecendo a complexidade e a pluralidade das vivências das diferentes populações vulneráveis. Os temas abordados são definidos de acordo com as demandas identificadas no território e os recortes teóricos pertinentes. Estas ações têm como principais objetivos divulgar os canais de denúncia e a rede de atenção e proteção; promover a qualificação contínua dos profissionais; fortalecer o papel do setor público e a sensibilização da sociedade civil no enfrentamento às diversas formas de violências. Observa-se como resultados a ampliação do acesso da população à informação e à participação nos debates, reflexões e proposições de políticas públicas de enfrentamento às violências; qualificação profissional por meio de seminários e capacitações, fortalecimento do trabalho em rede; aumento na procura pelos serviços, denúncias e notificações. Conclui-se que as campanhas da RAIPSV de Itajaí têm se consolidado como uma estratégia potente de mobilização social, prevenção e enfrentamento às violências. Estas ações promovem a cultura da paz e a integração entre gestão pública e sociedade civil, fortalecem a articulação intersetorial e a rede de proteção, além de fomentarem o acesso à informação, o estímulo à denúncia e a qualificação da atuação profissional.

Palavras-chave: Violências; Rede; Prevenção; Intersetorialidade; Campanhas.

Tentativas de Suicídio notificadas em Santa Catarina entre 2015 e 2022

Thamara Garcia Del Mir*, Elza Berger Salema Coelho, Carolina Carvalho Bolsoni

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Autor(a) para correspondência: psicologa.thamaramir@gmail.com

RESUMO

Estudo quantitativo, retrospectivo descritivo e com dados secundários. O objetivo foi caracterizar e analisar as Tentativas de Suicídio (TS) notificadas em Santa Catarina, entre 2015 e 2022. Foram analisadas 91.672 fichas de notificação de violência interpessoal autoprovocada inseridas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As características sociodemográficas e as circunstâncias das tentativas foram analisadas, calculando-se as frequências absolutas e relativas com seus respectivos intervalos de 95% de confiança (IC95%), o valor de p. As taxas de incidência de notificações por ano e por macrorregião de saúde do Estado também foram calculadas. Foram identificadas 35.853 (38,18%) notificações de TS, predominando em pessoas do sexo feminino (66,92%), entre 20 e 29 anos (26,46%), autodeclaradas brancas (88,44%), heterossexuais (96,20%), sem cônjuge (53,84%), nível de escolaridade médio (44,89%) e aproximadamente um terço (29,13%) possuem deficiência ou transtorno. O método mais utilizado para o TS notificado foi o envenenamento/intoxicação (79,59%), a residência foi o local predominante (92,35%) e quase metade referiu tentativas anteriores (42,50%). A maior frequência de notificações (19,44%) e taxa de incidência (89,14/100 mil) foi em 2019 e a incidência anual foi maior na Macrorregião Sul, em quase todo o período do estudo. Conclui-se que fatores sociais e culturais, como a violência de gênero e a medicalização do sofrimento psíquico podem estar associados à frequência maior de tentativas de suicídio na população feminina. Nota-se uma possível relação entre a maior incidência de TS em regiões de SC mais afetadas por desastres climáticos e ambientais. Observa-se a relevância da temática estudada e recomenda-se a realização de estudos mais ampliados na população e regiões mais vulneráveis, uma vez que o comportamento suicida no que tange às tentativas, ainda é pouco investigado pela ciência. Ainda, sugere-se a qualificação da ficha de notificação de violências e a sensibilização dos profissionais de saúde por meio de educação permanente e do incentivo à pesquisa, visando subsidiar o aprimoramento de políticas públicas para a prevenção e redução das tentativas de suicídio no Estado.

Palavras-chave: Tentativas de suicídio; Violência autoprovocada; Comportamento suicida.

EIXO 1 - Violência e Saúde: Prevenção, Atenção e Notificação

MODALIDADE POSTER

Pensando além do Sistema Prisional: despertando potências dos reeducandos dependentes de drogas

Maria Eduarda Machado*, Gabriele Figueira Teckio, Larissa de Abreu Queiroz

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: mariaeduarda343@unesc.net

RESUMO

O presente relato de experiência trata de uma intervenção resultante do estágio em Psicologia Social realizado no Presídio Regional de Criciúma, o qual surgiu de uma parceria entre Ministério Público, Sistema Prisional e a Universidade do Extremo Sul Catarinense. Desenvolver grupos terapêuticos com os reeducandos dependentes de substâncias psicoativas, sob a perspectiva de que essa estratégia contribui para o reencontro de identidade e subjetividade, constituiu o objetivo das ações. Para tanto, iniciou-se com a observação do local e seleção dos reeducandos com base nos critérios de segurança, proximidade da progressão do regime ou cumprimento da pena, além da investigação se o encarceramento estava relacionado à dependência de substâncias. Assim, constituiu-se um grupo terapêutico com 10 reclusos, frequência semanal e duração de 9 encontros. As intervenções ocorreram por meio da escuta qualificada e acolhimento, a fim de resgatar potencialidades dos reeducandos e construir e fortalecer projetos de vida. Diante dos encontros, o grupo demonstrou ser uma ferramenta para desenvolver o olhar para si, construindo reflexões sobre autonomia de pensamentos e atitudes, desenvolvendo relações de identificação que possibilitaram vínculos entre os membros. Ademais, viabilizou-se conhecimento sobre redes de apoio existentes, desde familiares a serviços de saúde, além de estratégias de enfrentamento baseadas na Redução de Danos, respeitando a liberdade de cada um. A partir da multiplicidade de histórias, percebeu-se que o indivíduo necessita de uma intervenção que promova a redescoberta da identidade pessoal, por meio de um espaço humanizado e acolhedor, respeitando crenças, dificuldades e potencialidades, permitindo reflexões sobre além do ser presidiário, e, assim, contribuir para a quebra de estigmas e diminuição dos riscos de reincidência. Portanto, percebeu-se também que o uso de dinâmicas reflexivas e técnicas expressivas puderam favorecer o fortalecimento da autoestima, contribuindo para o planejamento futuro dos reeducandos, quebra de estigmas e promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia Social; Redução de Danos; Sistema Prisional.

Ciberviolência: Repercussões emocionais e sociais em jovens

Rafaella Fernandes Marques Gonçalves*, Cristiane Damiani Tomasi

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: rafaellamarquesfernandes@gmail.com

RESUMO

A rápida expansão digital trouxe benefícios inegáveis, mas também favoreceu o surgimento de novas formas de violência, entre as quais a ciberviolência desponta como um fenômeno crescente e preocupante, especialmente entre adolescentes. O objetivo deste trabalho é reunir evidências científicas sobre as características da ciberviolência e suas consequências psicológicas, com ênfase na população adolescente, que se encontra em maior vulnerabilidade devido às transformações cognitivas, sociais e emocionais próprias dessa fase. O estudo utilizou como método uma revisão bibliográfica narrativa realizada em bases científicas nacionais e internacionais, contemplando publicações entre 2012 e 2025. Foram considerados artigos que abordassem a ciberviolência em suas diferentes manifestações, os impactos emocionais e sociais das vítimas, bem como recortes de gênero e especificidades da adolescência. Para a busca, foram utilizados os descritores ciberviolência, violência virtual e cyberbullying. Após o processo de triagem e seleção, foram incluídos 7 artigos que atendiam aos critérios de relevância e temática, dos quais se extraíram informações que embasaram a análise desenvolvida. Como resultados, destaca-se que a ciberviolência constitui um fenômeno contemporâneo potencializado pela expansão das tecnologias digitais e das redes sociais. Entre suas manifestações estão insultos, perseguições, assédio, exposição de conteúdos íntimos sem consentimento e o cyberbullying, este último caracterizado pelo anonimato dos agressores, permanência dos registros e ampla difusão das agressões. Observou-se que adolescentes podem assumir tanto o papel de vítimas quanto de agressores, o que reforça a complexidade do fenômeno. As consequências mais frequentes incluem sentimentos de vergonha, humilhação e isolamento, que podem evoluir para quadros de ansiedade, depressão e, em casos mais graves, ideação ou comportamento suicida. No recorte de gênero, mulheres e meninas apresentam maior vulnerabilidade, sendo alvo recorrente de assédio sexual virtual, perseguição digital e divulgação não consentida de imagens íntimas, o que acarreta traumas emocionais de longa duração. Conclui-se que a ciberviolência representa um desafio crescente para a saúde pública, uma vez que reflete impactos relevantes sobre o bem-estar emocional e social dos adolescentes. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investimentos em estratégias de prevenção e enfrentamento, incluindo capacitação de profissionais, suporte às vítimas e implementação de políticas públicas que promovam ambientes digitais mais seguros.

Palavras-chave: Ciberviolência; Cyberbullying; Saúde mental; Adolescentes; Redes sociais.

Prevalência de COVID-19 e internação hospitalar entre adultos: dados do Vigitel 2023

Manuela Margutte Garcia*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Luiza Llantada Coelho, Sabrina Capra Bertolin, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Julia Bressan de Medeiros, Ana Gabriela Reisdorfer Lauren, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: manuelamarguttegarcia@unesc.net

RESUMO

A pandemia por COVID-19 representou desafio à saúde pública mundial, resultando em elevada morbimortalidade e sobrecarga dos sistemas de saúde. No Brasil, a análise da frequência de casos, da necessidade de hospitalização e da cobertura vacinal é fundamental para compreender a dinâmica da doença e subsidiar políticas de prevenção e controle. Este estudo teve como objetivo analisar a frequência de casos e hospitalizações por COVID-19 e vacinação em adultos brasileiros. Trata-se de estudo transversal com dados provenientes do sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL), conduzido em 2023 com 21.690 participantes adultos residentes nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Foram analisadas as variáveis ocorrência autorreferida de COVID-19 (não; sim), vacinação contra a infecção (não; sim) e necessidade de internação hospitalar (não; sim). Dos participantes, 53,95% eram mulheres e 88,25% tinham de 18 a 64 anos. O relato de ter tido COVID-19 foi realizado por 36,7% (IC95%: 35,3-38,2) dos indivíduos, 97,4% (IC95%: 97,1-97,9) referiram estarem vacinados contra a doença. Entre os infectados (n=8.716), 6,4% (IC95%: 5,3-7,6) alegaram necessidade de hospitalização. Estes achados indicam que houve alta cobertura vacinal e baixa frequência de hospitalizações, fator que fortalece a necessidade de incentivar a população sobre a vacinação.

Palavras-chave: Hospitalização; COVID-19; Fatores sociodemográficos; Vacinação.

Violência física autorreferida entre usuários de um Centro de Atenção Psicossocial

Eduardo Luis Bordignon Ferrari*, Vanessa Pereira Corrêa Rampinelli, Bruna Vanti da Rocha, Nicolle Castilho da Silva, Ione Jayce Ceola Schneider

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Autor(a) para correspondência: dudu27luis@gmail.com

RESUMO

A violência contra pessoas em sofrimento psíquico é um fenômeno de relevância social e sanitária, demandando investigações que subsidiem ações de cuidado intersetoriais. O objetivo do presente estudo foi descrever a ocorrência de agressão física em usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I, em Araranguá - SC. Trata-se de estudo transversal, realizado com 170 participantes em atendimento no CAPS, em 2023, que responderam a questionário estruturado. Foram coletadas informações sobre características sociodemográficas, incluindo sexo, idade, estado civil, raça/cor, escolaridade e renda domiciliar per capita. A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (71,2%), com idade entre 40 e 59 anos (54,1%), sem companheiro (53,0%) e de raça/etnia branca (81,2%). A média de renda per capita foi de R\$ 171,96 (IC95%: 101,6–242,3). Quanto à escolaridade, 48,2% apresentavam baixa escolaridade, 26,5% haviam concluído o ensino médio e 25,3% possuíam ensino superior incompleto ou mais. Questionados sobre vitimização por violência física nos últimos 12 meses, no momento da entrevista, aproximadamente 5,0% dos participantes relataram ter sofrido agressão. Os resultados evidenciam a presença de violência física entre usuários acompanhados pelo CAPS, reforçando a necessidade de ações integradas entre saúde mental, segurança pública e assistência social. Embora a prevalência identificada seja relativamente baixa, é possível que represente uma subestimação, uma vez que o estigma, o medo de retaliações e o constrangimento podem dificultar a revelação de episódios violentos. A análise sociodemográfica sugere ainda a sobreposição de vulnerabilidades sociais, como baixa renda, ausência de companheiro e baixa escolaridade, fatores reconhecidos como determinantes da violência em saúde mental. Os resultados reforçam que a violência contra usuários de serviços de saúde mental deve ser compreendida para além de um evento individual, configurando-se como expressão de desigualdades sociais e da fragilidade dos mecanismos de proteção. Nesse contexto, o CAPS desempenha papel estratégico não apenas no cuidado clínico, mas também na identificação precoce de situações de violência e na articulação intersectorial. O enfrentamento do problema requer ações integradas entre saúde, assistência social, segurança pública e justiça, além de estratégias de escuta qualificada e defesa de direitos.

Palavras-chave: Fatores socioeconômicos; Reabilitação Psiquiátrica; Saúde mental; Serviços de Saúde Mental; Violência.

Atuação da enfermagem na identificação de sinais de violência infantil em um centro de reabilitação em saúde

Bruna Laurindo Milioli*, Cristiane Damiani Tomasi

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: bruna.pmc.saude@gmail.com

RESUMO

A enfermagem destaca-se como parte estratégica do cuidado, atuando desde a avaliação inicial até a construção de uma relação de confiança para o monitoramento contínuo, que facilita o relato seguro de situações de violência. A violência pode se manifestar de várias formas — física, psicológica, negligência, abuso sexual ou exploração — nem sempre é facilmente reconhecida pelos profissionais de saúde. Este resumo tem como objetivo relatar a experiência sobre a atuação da enfermagem na identificação de sinais de violência infantil em um centro de reabilitação em saúde. O relato tem como cenário as consultas de enfermagem, através da coleta de dados clínicos objetivos e subjetivos, exame físico, além de observação participante em atividades de avaliação e devolutiva terapêutica às crianças e familiares. A experiência do atendimento permite identificar padrões precoces de sinalização de violência, como mudanças abruptas de comportamento, retraimento social, agressividade desproporcional, medo extremo de figuras de cuidado, lesões sem explicação compatível, atrasos escolares e inconsistências entre relatos da criança e o ambiente familiar. A enfermagem, posicionada como primeira linha de cuidado, atua na vigilância contínua, validação de relatos, triagem de risco e coleta ética de evidências, assegurando que os sinais sejam acompanhados por ações adequadas. Ressalta-se a necessidade de protocolos claros de denúncia e encaminhamento, bem como a formação contínua da equipe de enfermagem para observar sinais não verbais, compreender contextos de vulnerabilidade e manter a confidencialidade com segurança. Medidas de melhoria na identificação da violência como parte do cuidado incluem checklists específicos na prática de enfermagem, integração com serviços de proteção à criança e espaços de escuta que envolvam a criança, a família e a rede de apoio, com a enfermagem atuando como elo de confiança e gestão do cuidado. Conclui-se que a identificação precoce requer abordagem integrada, sensibilidade cultural e governança ética, com atuação robusta da enfermagem na avaliação, suporte emocional, documentação cuidadosa e encaminhamentos seguros.

Palavras-chave: Violência infantil; Enfermagem; Triagem de risco; Identificação precoce.

Local de Ocorrência da Violência contra Criança ou Adolescente Vítima de Violência Física, Psicológica Sexual e Negligência

Fernanda Guimarães*, Susana Cararo Confortin, Érica Tassi Frello, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Ana Julia Bressan de Medeiros, Andrea Vieira, Lusiane Mendes, Letícia Costa Alves, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: fernandaguimaraes@unesc.net

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes se configura como grave problema de saúde pública, apresentando-se nas formas física, psicológica, sexual e por negligência. Este estudo teve como objetivo identificar padrões entre os locais de ocorrência de atos violentos contra crianças ou adolescentes, buscando compreender os fatores associados à sua ocorrência e possíveis estratégias de prevenção. Estudo secundário, descritivo, retrospectivo, realizado com dados provenientes do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN-NET) sobre violência interpessoal contra crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, provenientes das notificações ocorridas nos estabelecimentos de saúde localizados no município de Criciúma, durante o período de 2018 a 2024. Os resultados apontam que a residência da vítima é o principal local de ocorrência dos eventos, representando 78,2% dos casos registrados. Além disso, verificou-se outros locais com relevante ocorrência de violência, como comércios e serviços, os quais possuem taxas de 13%, escolas com 3,3% e vias públicas com 2,8%, entre outros. Tal constatação reforça a necessidade de ampliar a vigilância, a sensibilização comunitária e o fortalecimento de políticas públicas que visem a prevenção dessas situações de risco. Quando o lar, que deveria ser espaço de cuidado, segurança e afeto, se transforma em ambiente de violência, os danos ultrapassam a esfera física e atingem profundamente o desenvolvimento emocional e social desses indivíduos. Essa ruptura afeta vínculos familiares, gera traumas que podem perdurar na vida adulta e perpetuar ciclos de agressão. Por isso, combater a violência é essencial para garantir proteção integral, assegurar direitos fundamentais e possibilitar um crescimento saudável e digno da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Violência; Violência infantil; Violência doméstica; Violência escolar; Exposição à violência; Maus-tratos infantis.

Violência por arma de fogo: distribuição proporcional no contexto das violências notificadas no período de 2020-2024

Camila Cardoso Emerim*, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, João Vitor Santana Cecchetto Mendes, Suzel Ramos Cândido, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: camilacemerim@hotmail.com

RESUMO

A violência armada é um cenário preocupante e persistente no Brasil. Embora devamos evitar relações causais inadequadas, é essencial observar as características desse processo violento, que podem estar envolvidas com situações de vulnerabilidade social. O objetivo desse resumo foi descrever a distribuição proporcional das notificações de violência por arma de fogo no contexto do total de violências notificadas nas regionais no Brasil, no período que compreende de 2020 a 2024. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo com dados secundários disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), durante o período dos últimos cinco anos. Foi considerado o total de violências notificadas no período, o total de violências decorrentes de armas de fogo e calculado a proporcionalidade que as violências por arma de fogo representam no total de notificações. No Brasil, as notificações de violência por arma de fogo representam 1,8% do total de notificações por violência nos últimos cinco anos. Ao avaliar por região do país, as regiões com maior proporcionalidade são as regiões Nordeste e Norte, representando 3,9% e 3,0%, respectivamente. A região onde a violência por arma de fogo apresentou menor proporcionalidade frente ao total de notificações por violência foi a região Sul (1,1%). Sudeste e Centro-Oeste representaram 1,3% e 1,5%, respectivamente. Ao avaliar ano a ano, observa-se redução na proporção de casos de violência por arma de fogo em relação ao total de casos de violência nas regiões analisadas. Os achados evidenciam que, embora a violência por arma de fogo represente uma pequena proporção das notificações totais de violência no Brasil, sua concentração mais elevada nas regiões Norte e Nordeste indica desigualdades regionais relevantes. A tendência de redução proporcional ao longo dos anos sugere avanços no enfrentamento, mas também ressalta a necessidade de políticas públicas intersetoriais, focadas na prevenção da violência armada e na redução de vulnerabilidades sociais que a sustentam.

Palavras-chave: Violência com Arma de Fogo; Sistemas de Informação em Saúde; Notificação de Violência; Vulnerabilidades.

Notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes de 0 a 14 anos

Suzel Ramos Candido*, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, João Vitor Santana Cecchetto Mendes, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: suzelramoscandido@unesc.net

RESUMO

No Brasil, os índices de violência contra crianças e adolescentes permanecem elevados, manifestando-se de diferentes formas, como agressões físicas, psicológicas e violência sexual. Trata-se de um grave problema social e de saúde pública, que impacta diretamente o desenvolvimento infantojuvenil, compromete a qualidade de vida das famílias e gera repercussões duradouras para a sociedade. Desta forma, o objetivo do presente estudo foi descrever as notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes no Brasil ao longo dos últimos cinco anos. Configura-se como uma pesquisa descritiva, retrospectiva, com base em dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Os dados foram desagregados por região do país e a ocorrência de notificação foi descrita para os últimos cinco anos com dados completos (2020-2024). A faixa etária definida foi de crianças e adolescentes com zero a 14 anos de idade. Nesta análise, foram considerados os casos de violência sexual, física e psicológica. As cinco regiões brasileiras somaram 2.212 notificações durante o período analisado, com uma tendência crescente ao longo dos anos e maior número de casos notificados para o ano de 2024 (N=519). Do total de notificações, 34,7% ocorreram na região Sudeste, seguida pela região Norte (24,0%) e Nordeste (21,4%). As regiões com menor ocorrência foram as regiões Centro-Oeste (8,3%) e Sul (11,6%) do país. Os resultados demonstram que a violência interpessoal contra indivíduos nessa faixa etária permanece um desafio no Brasil, com tendência de crescimento das notificações nos últimos anos e disparidades regionais importantes. Destaca-se, ainda, a emergência de novas formas de violência, sobretudo a cibernética, que se intensificou após a pandemia, período em que o acesso infantil à internet aumentou significativamente. A identificação dessas violências no ambiente digital é um desafio crescente, tornando-se fundamental atualizar as fichas de notificação para contemplar os cenários contemporâneos e capacitar os profissionais para o registro, a fim de garantir maior precisão na identificação e enfrentamento. Esses achados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas intersetoriais, estratégias de prevenção e proteção social e ampliação da capacidade de vigilância e resposta do sistema de saúde para reduzir a ocorrência desse agravo.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Violência; Notificação de Violência; Crianças; Adolescentes.

Notificações de violência autoprovocada em adolescentes (10–19 anos)

Patricia Pereira de Maia*, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, João Vítor Santana Cecchetto Mendes, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: maiapaty@hotmail.com

RESUMO

O período pós pandemia COVID-19 trouxe impactos significativos na saúde mental das pessoas, inclusive das crianças e adolescentes. A violência autoprovocada e os indicadores de suicídio têm apresentado crescimento preocupante nos últimos anos, dados estatísticos dos sistemas de informações apontam crescimento nos casos. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a violência interpessoal autoprovocada de crianças, adolescentes e jovens, comparando os períodos pré e pós-pandemia de COVID-19. Para a construção desta análise foram utilizados dados secundários e retrospectivos, extraídos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do DataSUS, como período base, os anos de 2017 a 2024, no Estado de Santa Catarina. Como faixa etária para a pesquisa, utilizamos o filtro disponibilizado pelos sistemas: 10-14 e 15-19 anos. Os dados apresentados demonstram que no período pesquisado, antes e pós pandemia (2017-2024) ocorreram 28.812 situações de violência interpessoal autoprovocada. Dos casos apresentados, 42% estão entre 2017 e 2020 no período pré-pandemia e durante, e 58% restante dos casos, entre 2021 e 2024, pós pandemia. Quanto ao sexo, o feminino demonstra dados relevantes, com 74% das notificações. Os achados evidenciam variações entre os períodos analisados, e a violência autoprovocada entre adolescentes mantém tendência ascendente no cenário pós-pandemia. A predominância do sexo feminino nas notificações reforça a necessidade de estratégias específicas de prevenção, cuidado em saúde mental e fortalecimento de redes de apoio. Investimentos contínuos em políticas públicas, capacitação de profissionais e monitoramento sistemático dos dados são fundamentais para reverter esse quadro e proteger crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Notificação; Notificação de Violência; Violência Autoprovocada; Crianças, Adolescentes.

Violência interpessoal em idosos no Sul do Brasil: casos notificados nos últimos cinco anos

Cristiani Rocha Sardá De Martin*, Suzel Ramos Candido, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Inocente Savaris, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaape, Patrícia Pereira de Maia, João Vitor Santana Cecchetto Mendes, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: cristianidemartin@gmail.com

RESUMO

A violência interpessoal contra idosos em Santa Catarina configura-se um grave problema de saúde pública, afetando ambos os sexos. De acordo com a literatura violência física, psicológica, negligência e exploração financeira são as formas mais comuns. Assim, o objetivo do presente estudo foi descrever a ocorrência de violência interpessoal contra idosos, na região sul do Brasil. Realizou-se um estudo descritivo, retrospectivo, utilizando dados secundários disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), referente ao período dos últimos cinco anos com dados completos (2020-2024) contemplando indivíduos de ambos os gêneros. No período analisado observou-se um aumento progressivo nos casos notificados de violência contra a pessoa idosa. Em 2020, foram registrados 420 casos, representando 13,2% do total de ocorrências relacionadas à violência. Já em 2024, esse número mais do que dobrou, atingindo 851 casos, o que corresponde a 26,7% do total de registros de violência entre 2020 e 2024. Quando analisado conforme sexo, observa-se que 62,3% das notificações ocorreram em mulheres (N=1.985). A partir do exposto, os dados avaliados demonstram um crescimento no número de casos de violência interpessoal contra idosos no sul do país nos últimos cinco anos. Esse salto não apenas evidencia a escalada de um grave problema de saúde pública, como também aponta para falhas ou insuficiências nas redes de proteção e prevenção à população idosa. Além disso, a maior ocorrência em indivíduos do sexo feminino alerta para a necessidade de atenção especial a esse grupo, que se apresenta mais vulnerável às diversas formas de violência. Diante dessas descobertas, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, a capacitação de profissionais da saúde e da assistência social para identificação e acolhimento das vítimas, além da promoção de campanhas de conscientização que desnaturalizam a violência contra o idoso.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Violência; Notificação de Violência; Idosos; Políticas Públicas.

Violência contra crianças e adolescentes: manifestações, maus-tratos e impactos na saúde pública

Katiusciane Helizana de Sousa Queiroz*, Amanda Teixeira Santana

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)

*Autor(a) para correspondência: katiuscianequeiroz@gmail.com

RESUMO

A violência, em suas múltiplas manifestações, constitui um fenômeno complexo e de grande relevância social, que impacta diretamente a saúde pública e atinge de modo especial crianças e adolescentes. O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes formas de violência que incidem sobre esse público, descrevendo suas naturezas, caracterizando os maus-tratos mais recorrentes e discutindo seus impactos no desenvolvimento humano. Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, baseada em literatura científica e documentos oficiais de órgãos de saúde, considerando como variáveis principais as tipologias de violência e os contextos de ocorrência. O estudo, ao seguir a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), identificou a violência como sendo auto infligida, interpessoal e coletiva. As manifestações mais recorrentes são a violência física, caracterizada pelo uso da força; a psicológica, que compromete a autoestima e o equilíbrio emocional; a sexual, que envolve coação e exploração; a negligência e o abandono, que resultam na privação de cuidados básicos; e o trabalho infantil, que impede o desenvolvimento pleno. Constatou-se ainda que crianças e adolescentes estão em uma posição de acentuada vulnerabilidade, sendo frequentemente expostos a diferentes tipos de maus-tratos em ambientes familiares, escolares e comunitários. Evidenciou-se que os efeitos da violência extrapolam danos imediatos, estendendo-se a consequências psicológicas, sociais e morais, capazes de se manter ao longo da vida. A análise também revelou que a violência é um fenômeno multifacetado, com diferentes formas interligadas e frequentemente invisibilizadas, o que amplia seus impactos e torna seu combate um desafio significativo para a sociedade e para os serviços públicos. Portanto, a compreensão aprofundada das formas de violência contra crianças e adolescentes é fundamental para auxiliar ações eficazes de prevenção e intervenção, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas robustas, intersetoriais e preventivas. Tais políticas devem assegurar a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, e promover um desenvolvimento mais seguro, saudável e com pleno potencial. A saúde pública se configura, portanto, como um campo central para o monitoramento, a prevenção e a resposta a essa problemática, buscando garantir o bem-estar de toda a população em suas fases iniciais de vida.

Palavras-chave: Violência; Criança; Adolescente; Maus-tratos; Saúde pública.

Impacto da violência entre jovens de 15 a 24 anos em Santa Catarina: internações e mortalidade por agressão no primeiro semestre de 2025

Mirian Felipe Feliciano Zaage*, Patrícia Pereira de Maia, Camila Cardoso Emerim, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, João Vitor Santana Cecchetto Mendes, Suzel Ramos Cândido, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: mirianfelipefeliciano@gmail.com

RESUMO

A violência interpessoal é um importante problema de saúde pública e indivíduos entre 15 e 24 anos estão entre os mais vulneráveis a agressões, com repercussões sociais, econômicas e familiares importantes. Em Santa Catarina, compreender o impacto da violência nessa faixa etária é fundamental para subsidiar políticas de prevenção e cuidado. O objetivo deste estudo foi avaliar a ocorrência de violência em jovens de 15 a 24 anos em Santa Catarina no primeiro semestre de 2025, considerando internações hospitalares e mortalidade por agressões registradas no Sistema de Informação Hospitalar (SIH); este estudo é descritivo, retrospectivo e realizado a partir de dados secundários do DataSUS. Foram analisados os registros de internações e óbitos por agressão, entre janeiro e junho de 2025, em indivíduos de 15 a 24 anos, identificados pelos códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10: X85-Y09). No período avaliado, ocorreram 99 internações hospitalares por agressão em jovens de 15 a 24 anos. Destas, 33,3% (n=33) foram em indivíduos de 15 a 19 anos e 66,6% (n=66) em jovens de 20 a 24 anos. Observou-se predominância de internações entre os meses de março (n=18 casos) e maio (n=20 casos). Quanto à mortalidade hospitalar, foram registrados quatro óbitos, todos em indivíduos na faixa etária de 20 a 24 anos. Conclui-se que quase uma centena de internações por agressão foram concentrados em adultos jovens em Santa Catarina. Os resultados demonstram que indivíduos de 20 a 24 anos concentram a maior parte das internações e todos os óbitos hospitalares por agressão no período analisado, evidenciando maior vulnerabilidade dessa faixa etária, com perda precoce de vidas em idade produtiva. Esse cenário reforça a urgência de estratégias de prevenção da violência e de fortalecimento das redes de proteção à juventude, especialmente voltadas para a redução da morbimortalidade associada a agressões em Santa Catarina.

Palavras-chave: Sistemas de informação hospitalar; Epidemiologia descritiva; Morbidade; Mortalidade Hospitalar; Agressão.

Disparidades Regionais na Morbimortalidade Hospitalar por agressão no Brasil em 2024

Gislaine Innocente Savaris*, Camila Cardoso Emerim, Cristiani Rocha Sardá De Martin, João Vitor Santana Cecchetto Mendes, Miqueline Cedro de Oliveira, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Suzel Ramos Candido, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: gislainesavaris@unesc.net

RESUMO

As causas externas de morbidade e mortalidade configuram um importante problema de saúde pública no Brasil e evidenciam disparidades em saúde entre as diferentes regiões do país. Esses eventos são responsáveis pela morte de 5 milhões de pessoas no mundo a cada ano, configurando um desafio a ser enfrentado, principalmente os países de média e baixa renda. Este estudo teve como objetivo descrever as taxas de internações e óbitos hospitalares por agressões (CID-10: X85–Y09) nas cinco regiões brasileiras no ano de 2024. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, utilizando dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Foram identificadas 48.103 internações e 1.756 óbitos hospitalares decorrentes de agressões em 2024 no Brasil. As notificações de internação por agressão concentraram-se nas regiões Sudeste (37,51%) e Nordeste (33,14%), seguidas por Norte (12,72%), Sul (9,52%) e Centro-Oeste (7,10%). Em relação aos óbitos, o padrão foi semelhante, sendo mais acentuado no Sudeste (43,28%) e no Nordeste (32,63%), enquanto Norte (10,76%), Sul (7,00%) e Centro-Oeste (6,32%) apresentaram proporções menores. Esses achados revelam um cenário de desigualdade regional, no qual as regiões Sudeste e Nordeste apresentam maior carga de morbimortalidade hospitalar por causas externas relacionadas a agressões. Estas disparidades regionais reforçam a necessidade de estratégias de prevenção da violência e políticas de saúde coletiva que priorizem territórios com maior vulnerabilidade, considerando aspectos sociais, econômicos e estruturais que influenciam a ocorrência de agressões. A utilização dos sistemas de informação em saúde, como o SIH/SUS, mostra-se essencial para a identificação dessas iniquidades e para subsidiar o planejamento de intervenções que visem reduzir a morbidade, a mortalidade hospitalar e os impactos das causas externas no país.

Palavras-chave: Morbidade; Mortalidade Hospitalar; Agressão; Saúde Coletiva; Sistemas de Informação em Saúde.

Internações hospitalares por violência contra idosos no Brasil: Uma visão sobre a região Sul do país

Miqueline Cedro de Oliveira*, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Gislaine Innocent Savaris, João Victor Santana Ceccheto Mendes, Suzel Ramos Cândido, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Cristiani Rocha Sardá de Martin, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: miquelineoliveira@gmail.com

RESUMO

A violência contra a pessoa idosa é um problema crescente no Brasil, configurando-se como uma grave questão de saúde pública. Exige atenção dos serviços de saúde, políticas públicas e da sociedade como um todo. Este trabalho apresenta uma análise das internações hospitalares por agressões contra idosos no Brasil em 2024, com destaque para a região Sul e o estado de Santa Catarina, considerando também a distribuição por sexo, com o objetivo de compreender o perfil epidemiológico e suas implicações na saúde coletiva. A partir de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), foi realizada uma análise descritiva e retrospectiva das internações de pessoas com 60 anos ou mais, com diagnósticos compatíveis com agressão (CID-10: X85-Y09). Foram registradas 3.132 internações por agressões no país, sendo 72,2% em homens (N=2.262). As regiões Sudeste (33,7%) e Nordeste (33,0%) concentraram os maiores percentuais. A região Sul respondeu por 12,5% das internações (N=394), das quais 137 ocorreram em Santa Catarina, representando 34,8% dos casos da região. As regiões Sudeste e Sul superaram a média nacional de internações masculinas (79,6% e 74,6%, respectivamente). Em contraste, Santa Catarina apresentou um percentual elevado de internações femininas (42,3%), acima da média nacional de 27,8%, evidenciando a importância de se considerar a violência de gênero na velhice. O número expressivo de casos em Santa Catarina pode estar relacionado à subnotificação em outros estados, maior acesso aos serviços ou maior incidência real de violência. Diante desses dados, é necessário investigar os determinantes sociais envolvidos, como moradia, rede de apoio, dependência funcional e fatores socioeconômicos. No caso das mulheres, vínculos familiares abusivos e a dependência financeira agravam a situação. Para enfrentar esse cenário, é fundamental fortalecer políticas públicas voltadas à proteção da pessoa idosa, com enfoque em gênero e territorialidade, como também qualificação dos profissionais, a integrar entre os serviços de saúde, assistência social e justiça, e o fortalecimento da rede de apoio são estratégias fundamentais para prevenir e combater a violência contra idosos no Brasil.

Palavras-chave: Sistemas de Informação Hospitalar; Notificação; Vigilância em Saúde Pública; Epidemiologia Descritiva; Saúde do Idoso.

Lesão Autoprovocada em adultos: casos notificados na última década em Criciúma, Santa Catarina

Larissa Gomes Mendes*, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: larissagomesm1@gmail.com

RESUMO

A violência autoprovocada, que se define como um ato intencional de lesão feita por um indivíduo a ele mesmo, é considerada um problema de saúde pública sendo amplamente reconhecida como um tema de alta relevância devido à sua complexidade e aos impactos sociais e de saúde que causa. Assim, o objetivo do presente estudo foi descrever os casos notificados de violência autoprovocada em adultos de Criciúma durante o período que compreende a última década. Trata-se de um estudo descritivo e retrospectivo, com dados secundários de notificações obtidas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) sobre violência autoprovocada em adultos entre de 20 a 59 anos. A descrição dos casos deu-se de acordo com o ano de notificação, considerando o período de 2015 a 2024 e conforme sexo (feminino, masculino). Durante o período analisado, foram identificados um total de 2.590 casos notificados de lesão autoprovocada em Criciúma, dos quais 71,5% (N=1853) ocorreram em mulheres. Em relação ao período avaliado, o ano maior número de notificações foi 2023, com um total de 447 ocorrências (17,3%), seguido por 2024, com 362 ocorrências (14,0%). Os resultados evidenciam a predominância de casos de violência autoprovocada entre mulheres, com aumento expressivo das notificações nos últimos dois anos (2023 e 2024). Esses achados reforçam a necessidade de fortalecer estratégias de prevenção, vigilância em saúde e suporte psicossocial, a fim de reduzir a ocorrência desse agravio e mitigar seus impactos na população.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Notificação; Violência Autoprovocada; Adultos.

Relatório Técnico Epidemiológico: Violência Interpessoal Infanto Juvenil no Município de Criciúma 2022 a 2024

Leticia Costa Alves*, Susana Cararo Confortin, Andrea Vieira da Silva, Lusiane Mendes, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: alves.leticiapsicologa@gmail.com

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública e um fenômeno complexo que envolve aspectos sociais, culturais e familiares. Diante disso, este estudo analisa a distribuição percentual das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Criciúma, segmentadas por faixa etária e ano de registro, no período de 2022 a 2024. O objetivo é compreender padrões e tendências características para apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes na proteção desse grupo vulnerável. A coleta de dados foi realizada através do Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN) registradas no município de Criciúma entre os anos de 2022 e 2024 referente a violência sexual sofrida por crianças e adolescentes nas faixas etárias de 0 a 4 anos, 5 a 9 anos e 10 a 19 anos. A notificação por violência sexual foi analisada com foco na distribuição por idade. Os resultados indicaram que o grupo de 10 a 19 anos apresentou a maior frequência de notificações, com picos em 2024 (72,3%) e 2022 (70%). O grupo de 0 a 4 anos foi o segundo mais afetado em 2022 e 2023. As menores proporções foram registradas no grupo de 5 a 9 anos (em 2022 e 2023) e no grupo de 0 a 4 anos (em 2024). Os resultados evidenciam que adolescentes de 10 a 19 anos concentram a maior parte das notificações de violência sexual, seguido pelas crianças de 0 a 4 anos, enquanto as menores proporções foram observadas entre 5 e 9 anos. Essa distribuição denota a vulnerabilidade de adolescentes e das crianças pequenas, apontando para a necessidade de políticas públicas intersetoriais que priorizem a prevenção, a proteção e o atendimento qualificado às vítimas através do fortalecimento da rede de apoio e da capacitação dos profissionais, de modo a ampliar a capacidade de identificação de casos e promover um eficaz enfrentamento desse tipo de violência.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Notificação; Crianças; Adolescentes; Violência sexual.

Óbitos por homicídios entre jovens de 15 a 29 anos na região sul do Brasil

Plinio Luiz Taques*, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: pliniotaques.luiz@outlook.com

RESUMO

A violência letal entre jovens constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, impactando a mortalidade precoce nessa faixa etária. Os homicídios figuram entre as principais causas de morte de indivíduos de 15 a 29 anos, refletindo desigualdades sociais importantes. O objetivo do estudo foi descrever a ocorrência de homicídios em jovens na região sul do Brasil nos últimos dez anos. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, utilizando como base o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Foram considerados óbitos por homicídios aqueles identificados pelo CID-10 X85-Y09, que inclui homicídio e lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar ou de matar. A faixa etária escolhida foi de indivíduos de 15 a 29 anos e, o período, definido como os últimos dez anos, de 2013 até a última atualização dos dados, efetuada em 2023. A descrição dos dados foi desagregada conforme sexo (feminino, masculino) e escolaridade (nenhuma, 1-3, 4-7, 8-11, 12 ou mais anos de estudos). O total de notificações de jovens vítimas de homicídio na região sul durante o período analisado totalizou 28.906 notificações, sendo a sua maioria (91,8%) ocorrido em indivíduos do sexo masculino. Quando investigado por nível de escolaridade, nota-se que maior ocorrência de homicídios se deu em jovens com 4 a 7 anos de estudos (49,3%), seguido por aqueles com 8 a 11 anos, com menor expressão para os extremos de escolaridade: nenhuma escolaridade (0,7%), 1-3 anos (10,6%) e 12 ou mais anos de estudos (1,5%). Ao avaliar as notificações conforme a relação entre sexo e escolaridade, constatou-se que indivíduos do sexo masculino apareceram como as principais vítimas em todos os níveis de escolaridade, em comparação ao sexo feminino. Conclui-se que indivíduos do sexo masculino e com escolaridade intermediária (4-11 anos) desempenham como principais vítimas de homicídios na região sul do Brasil, refletindo padrões de desigualdade social e vulnerabilidade populacional. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas à prevenção da violência, educação e inclusão social, bem como o fortalecimento de estratégias intersetoriais de proteção à juventude, com o objetivo de reduzir a mortalidade precoce nesse grupo populacional.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Registro de Mortalidade; Violência; Homicídio.

Internação hospitalar por agressão contra mulheres: prevalência de Santa Catarina em 2024 e 2025

Gabriela Martins Valerim*, Izabeli Marcon Zanatta, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: gabrielavalerim@unesc.net

RESUMO

A violência contra a mulher configura-se como um grave problema social e de saúde pública, com repercussões físicas, psicológicas e sociais. Apesar dos avanços nas políticas de enfrentamento, os índices permanecem elevados no Brasil, refletindo desigualdades importantes. A análise das internações hospitalares possibilita dimensionar a gravidade do fenômeno e subsidiar estratégias de prevenção e cuidado. O objetivo deste estudo foi apresentar dados epidemiológicos das internações hospitalares por agressão contra mulheres no primeiro semestre de 2024 e de 2025, assim como o perfil demográfico das vítimas. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, utilizando dados provenientes do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), referentes às internações hospitalares contra mulheres, tendo as agressões (CID-10 X85-Y09) como grande grupo de causas. Os dados também foram desagregados por cor/raça (branca, preta, parda, amarela e indígena) e faixa etária (<1 ano, 1 a 9, 10 a 19, 20 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59, 60 a 69, 70 a 79 e ≥80 anos) da vítima. Durante o primeiro semestre de 2024 foram registradas 118 internações, destacando-se sua ocorrência em mulheres brancas (55,1%), amarelas (28,0%) e pardas (14,4%), e de faixa etária de 20 a 29 anos (21,2%), seguida de 30 a 39 (16,9%) e 40 a 49 anos (16,1%). Já no primeiro semestre de 2025, observou-se um total de 101 internações, cuja maior prevalência também ocorreu em mulheres brancas (51,5%), seguido de pardas (25,7%) e amarelas (16,8%). A maior concentração de ocorrência deu-se na faixa de 30 a 39 anos (21,8%), seguida de 40 a 49 (18,8%) e 20 a 29 (15,8%). Embora tenha havido leve redução no número absoluto de internações do primeiro semestre de 2024 para 2025, a violência contra a mulher permanece expressiva em Santa Catarina, atingindo principalmente mulheres brancas na fase adulta, todavia, os dados apresentam impacto relevante também sobre pardas e amarelas, evidenciando a necessidade de políticas públicas de enfrentamento que considerem a diversidade etária e racial.

Palavras-chave: Sistemas de informação hospitalar; Epidemiologia descritiva; Violência contra a mulher.

A Violência no Ambiente de Trabalho em Saúde: Uma Análise da Perspectiva dos Profissionais

Maristela da Luz Nazari*, Carolina Baldissera Wusnieski, Samarina Costa, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: maristeladaluznazari@gmail.com

RESUMO

Este relato de experiência visa abordar a crescente incidência de violência enfrentada por profissionais de saúde em seu ambiente de trabalho, com foco nas implicações para a qualidade do cuidado e o bem-estar dos trabalhadores. A exposição a situações de agressão, desrespeito e ameaças, provenientes de pacientes, acompanhantes ou indivíduos externos, configura-se como um desafio significativo que transcende as demandas clínicas inerentes à profissão. Observa-se que a violência se manifesta de diversas formas, desde atos verbais e psicológicos até agressões físicas. Casos emblemáticos incluem a agressão verbal e o desrespeito direcionados a membros da equipe, bem como ameaças proferidas por familiares insatisfeitos com o tempo de espera ou o processo de atendimento. Tais incidentes geram um ambiente de insegurança e ansiedade, impactando diretamente a capacidade dos profissionais de desempenhar suas funções com a concentração e a serenidades necessárias. A recorrência dessas situações sugere que a violência no ambiente de trabalho em saúde não é um fenômeno isolado, mas sim uma questão sistêmica que demanda atenção e intervenção. A sensação de vulnerabilidade experimentada pelos profissionais, apesar dos esforços de autoproteção e apoio mútuo, é um indicativo da necessidade premente de medidas mais eficazes. A garantia de um ambiente de trabalho seguro e respeitoso é um pré-requisito fundamental para que os profissionais de saúde possam exercer suas atividades com excelência e continuar a prover cuidados de qualidade à população. A normalização da violência como parte da rotina profissional é inaceitável, e a implementação de estratégias robustas de segurança e valorização profissional torna-se imperativa para mitigar esses riscos e assegurar a integridade dos trabalhadores da saúde.

Palavras-chave: Violência; Profissionais da saúde; Saúde coletiva.

Análise dos índices de agressão entre indivíduos adultos em Criciúma, Santa Catarina: Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2019 a 2023)

Izabeli Marcon Zanatta*, Gabriela Martins Valerim, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: izabelizanatta@outlook.com

RESUMO

A violência interpessoal constitui uma das principais causas de morte entre adultos, refletindo vulnerabilidades sociais e desigualdades estruturais. A análise dos óbitos por agressão nessa faixa etária é fundamental para compreender sua magnitude e orientar políticas públicas de prevenção. Este estudo objetivou descrever os óbitos de agressão entre indivíduos adultos entre 2019 e 2023 na cidade de Criciúma, Santa Catarina. Com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), foi realizada uma análise descritiva, retrospectiva dos casos de agressão (CID-10: X85-Y09) registrados entre os anos de 2019 e 2023. O foco foram indivíduos adultos, com idades entre 20 e 49 anos, categorizados em três faixas etárias: 20 a 29, 30 a 39 e 40 a 49 anos, com recorte por sexo (masculino e feminino). Na faixa etária de 20 a 29 anos, foram registrados 29 casos de agressão, dos quais 26 (89,7%) envolveram homens e 3 (10,3%) mulheres. A distribuição anual foi relativamente constante, com destaque para os anos de 2020 a 2023, que concentraram cerca de 20,7% dos casos por ano. A participação feminina foi pontual, com registros em 2019, 2020 e 2022. Para o grupo de 30 a 39 anos, identificou-se 16 notificações, sendo 14 (87,5%) do sexo masculino e 2 (12,5%) do sexo feminino. O ano de 2019 apresentou a maior concentração de casos (37,5%). Os homens foram as principais vítimas ao longo do período, com variação de 7% a 35% por ano. Casos femininos ocorreram apenas em 2019 e 2022. Na faixa de 40 a 49 anos, ocorreram 13 registros, com predominância masculina (92,3%). O ano de 2019 concentrou mais da metade dos casos (53,8%), incluindo a única notificação feminina do grupo. Em 2023, houve um aumento relativo nos casos masculinos (25%). A baixa participação feminina reforça que a violência letal atinge principalmente homens. Os óbitos por agressão em Criciúma também atingiram predominantemente indivíduos de 20 a 29 e 30 a 39 anos. Esses achados evidenciam a necessidade de estratégias intersetoriais de prevenção e enfrentamento da violência, com foco em populações mais vulneráveis, a fim de reduzir a mortalidade precoce e seus impactos sociais.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Registro de mortalidade; Vigilância em Saúde Pública; Epidemiologia Descritiva; Agressão.

Notificações por violência sexual no Brasil entre 2010 e 2024: Perfil das vítimas

Matheus Evangelista Sales*, Átila Souza dos Santos Menezes, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: matheusales1945@unesc.net

RESUMO

A violência sexual configura-se como um problema de saúde pública, reconhecida desde 1993 pela Organização Mundial de Saúde. Corresponde de 0,8 a 8% dos casos de violência em todo o mundo, associada a consequências físicas e mentais. Este estudo tem como objetivo descrever a prevalência das notificações por violência sexual nas regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) entre os anos de 2010 e 2024. Estudo retrospectivo, descritivo, com base na análise quantitativa de notificações no respectivo período, por meio de dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do DATASUS. Os dados foram desagregados por região e estratificados por sexo (masculino, feminino), raça (branca, preta, amarela, parda, indígena), idade (menor que 1 ano, 1-4, 5-9, 10-14, 15-19, 20-29, 30-39, 40-49, 50-59, 60 anos ou mais) e por escolaridade (0, 1-4, 5-8, 9-11, 12 ou mais anos de estudos). No período avaliado, foram registradas 597.338 notificações por violência sexual no Brasil, com aumento progressivo ao longo dos anos e maior ocorrência para o ano de 2024, com N=85.169 notificações, aproximadamente 7 mil casos a mais do que o ano anterior. Dentre as regiões do país, o Sudeste destacou-se com maior número de casos (40,9%; N=244.550). Observou-se que 88,3% dos casos notificados ocorreram em mulheres (N=527.684) e, em relação à faixa etária, identificou-se que aproximadamente 30% das notificações ocorreram entre indivíduos com 10-14 anos (N=182.560). A escolaridade seguiu a faixa destinada a idade, sendo a mais acometida aquele entre 5-8 anos de estudos (N=131.474). Quanto à raça, 45,6% das notificações ocorreram em indivíduos que se declararam pardos (N=272.760). Os achados deste estudo evidenciam a magnitude da violência sexual como um grave problema de saúde pública no Brasil, com crescimento progressivo das notificações ao longo do período analisado. Observou-se maior vulnerabilidade entre mulheres, adolescentes de 10 a 14 anos, pessoas pardas e indivíduos com baixa escolaridade, e maior concentração de casos na região Sudeste. Educação sexual na infância e adolescência, campanhas antipedofilia combinada a uma maior severidade das penas entre os abusadores e maior ação do conselho tutelar podem ajudar a reduzir a ocorrência dessas fatalidades.

Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde; Delitos Sexuais; Epidemiologia descritiva; Notificação; Notificação de Violência; Sistemas de Informação em Saúde.

Notificações de violência autoprovocada em idosos de Santa Catarina: 2009-2024

Ricardo Costa da Silva*, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: psiricardocosta@hotmail.com

RESUMO

A violência é um tema de saúde pública de suma importância e demanda atenção de múltiplos setores, como saúde, segurança e educação públicas. Uma forma de violência não tanto abordada diz respeito a autoprovocada, a qual a vítima promove a automutilação. Em muitos casos podem culminar em suicídio da vítima. Muitos fatores podem desencadeá-la, como transtornos mentais, situações de violência externa, estresse agudo e problemas familiares. Com o aumento da expectativa de vida os problemas decorrentes da violência passam a assolar significativamente, também, a população idosa. O presente estudo buscou analisar os dados de violência autoprovocada, especificados pela população de Santa Catarina durante o período de 2009 até 2024. Foram utilizados dados secundários, oriundos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, retrospectivos aos anos de 2009 a 2024, exclusivamente para indivíduos com 60 anos ou mais. Os dados também foram desagregados por sexo (feminino, masculino) e escolaridade (0-8, 9-11, 12 ou mais anos de estudo). Identificou-se um total de 2.753 casos notificados de violência autoprovocada em idosos, dos quais 54,1% ocorreram em indivíduos do sexo feminino. Observa-se crescimento progressivo das notificações ao longo dos anos, com dois casos notificados em 2009 e 327 casos em 2024. Os dados por escolaridade das vítimas apresentam que 73,8% dos casos ocorreram em indivíduos com 0-8 anos de escolaridade, seguido por aqueles com 9-11 anos (20,5%) e por aqueles com 12 ou mais anos de escolaridade (5,7%). Os resultados evidenciam o aumento expressivo das notificações de violência autoprovocada entre idosos de Santa Catarina ao longo dos anos, com maior ocorrência entre mulheres e indivíduos com menor escolaridade. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção, promoção da saúde mental e fortalecimento das redes de apoio social, especialmente para populações mais vulneráveis, a fim de reduzir a incidência e as consequências desse agravio.

Palavras-chave: Sistemas de Informação em Saúde; Notificação; Violência Autoprovocada; Idoso.

EIXO 2 - Educação, justiça e direitos no combate à violência

MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL

Prevenção e enfrentamento da violência interpessoal no esporte: um diagnóstico das políticas adotadas pelas Confederações Olímpicas do Brasil

Lucas Machado de Oliveira*, Vanessa Dorada Mikoski

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

*Autor(a) para correspondência: lucasmachado.edf@gmail.com

RESUMO

Programas esportivos estão associados a um discurso que os apresenta como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento humano. Essa narrativa, contudo, tende a silenciar que, nesse contexto, se reproduzem desigualdades estruturais e formas de violência que atravessam a sociedade mais ampla, colocando os atletas em posição de vulnerabilidade para experienciar assédio e abuso. No Brasil, a ausência de uma política unificada para o esporte em todo o território nacional permite que as confederações olímpicas estabeleçam suas próprias regras em relação ao desenvolvimento do esporte, inclusive de prevenção à violência. Este estudo objetivou identificar a existência e o conteúdo das políticas de prevenção/enfrentamento da violência adotadas pelas confederações olímpicas do Brasil. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem quali-quantitativa, fundamentado na pesquisa documental em fontes primárias e de acesso público. A coleta de dados ocorreu nos sites oficiais das confederações, a partir de procedimentos sistemáticos de busca. O tratamento dos dados seguiu a análise de conteúdo de Bardin (2016), com categorias a priori organizadas em cinco eixos temáticos. Os resultados mostram que, embora as 34 confederações existentes no Brasil publiquem algum código de conduta ética, apenas nove disponibilizam uma política específica de salvaguarda e/ou prevenção da violência. Ao analisar o conteúdo dessas políticas, observa-se baixa frequência de menções aos direitos dos atletas ($n=2$) e ao reconhecimento de públicos vulneráveis ($n=3$). A maioria apresenta definições das violências e seus subtipos ($n=7$), embora poucos documentos exemplifiquem suas ocorrências ($n=4$) ou identifiquem fatores de risco ($n=1$). A presença de mecanismos específicos de denúncia é a mais frequente ($n=9$); entretanto, apenas uma confederação descreve o fluxo de procedimentos adotados após o recebimento de denúncias. Sobre o gerenciamento dos casos de violência, é insuficiente a descrição de acompanhamento das vítimas ($n=2$), mecanismos de suporte ($n=3$) ou designação clara de agentes de salvaguarda ($n=3$). Por fim, a obrigatoriedade de certificações nesse tema para os diferentes agentes do ecossistema esportivo é documentada em apenas duas políticas. Esse cenário alerta para a fragilidade estrutural de ações de prevenção/enfrentamento da violência no esporte brasileiro, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que fortaleçam e ampliem a proteção de atletas.

Palavras-chave: Esportes; Maus-tratos infantis; Políticas públicas.

Violências de gênero no ambiente escolar e seus rebatimentos nas trajetórias escolares: Reflexões do Serviço Social na promoção da cultura de paz

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

*Autor(a) para correspondência: anamariacarvalhoc@outlook.com

RESUMO

O diálogo aqui proposto busca analisar a atuação profissional do Serviço Social no Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor (PASVAP), tendo como objetivo central criar estratégias para prevenção e enfrentamento das violências de gênero que se expressam no ambiente escolar e compreender os seus impactos nas trajetórias de meninas e mulheres. Esse trabalho evidencia que a violência de gênero constitui não apenas uma violação de direitos, mas é um obstáculo que interfere nas trajetórias educacionais comprometendo a permanência, o desempenho escolar e o desenvolvimento pleno das estudantes. Esse relato de experiência foi formulado através das experiências constituídas nas intervenções com professoras, estudantes e trabalhadoras da educação que vivenciam as marcas da desigualdade de gênero. O lócus da pesquisa é a rede estadual de educação do Núcleo Territorial de Educação 21 (NTE21) localizado no Estado da Bahia, no território do Recôncavo. Vale salientar que esse território atualmente comprehende 37 colégios em 19 municípios. Essas experiências evidenciam a multiplicidade de violências: desde as mais sutis, como a desqualificação simbólica e a naturalização de papéis sociais, até as mais explícitas, como agressões verbais, psicológicas e físicas. Essas violências fragilizam vínculos, produzem sofrimento e, muitas vezes, resultam em evasão escolar, abandono escolar ou na limitação de projetos de vida de meninas e mulheres. As intervenções buscaram articular saúde, educação e direitos, mobilizando metodologias participativas. Realizou-se oficinas, rodas de conversa e campanhas, objetivando reflexões críticas sobre gênero, percepção coletiva sobre violências e fortalecimento a rede de proteção. Buscou-se trabalhar valores como respeito, empatia a fim de ressignificar trajetórias atravessadas pela violência. Os resultados elucubram que o/a Assistente Social contribui de forma crítica e propositiva nessa percepção da escola como espaço de proteção social e estratégico no enfrentamento das desigualdades de gênero, capaz de potencializar a cultura de paz e de consolidar práticas preventivas enraizadas na realidade local. Ao reconhecer a centralidade da escuta e do diálogo, a experiência reafirma o papel do Serviço Social na construção de uma educação inclusiva, crítica e comprometida com a equidade de gênero, resgatando a escola como lugar de cuidado e de possibilidades para meninas e mulheres.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Violência de Gênero.

Projetos Profissionais de Jovens Negros(as) em Situação de Vulnerabilidade Social: Um Estudo no Extremo Sul Catarinense

Ana Gabriele Martins*, Karoline Cipriano dos Santos

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: anamartinsg19@gmail.com

RESUMO

Ressalta-se o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como espaço de acolhimento e prevenção de situações de violência, oferecendo suporte social e contribuindo para a construção de trajetórias mais seguras. O estudo objetivou analisar projetos profissionais de jovens negros(as) atendidos(as) pelo CRAS em um município do extremo sul catarinense. A temática se justifica pela relevância de compreender como juventudes negras, em contextos de vulnerabilidade social, constroem perspectivas de futuro diante de desafios relacionados à educação, trabalho e desigualdades estruturais de raça e classe. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva da psicologia sócio-histórica e em estudos sobre raça, classe e juventude. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco jovens, sendo dois homens e três mulheres, usuários(as) do CRAS. O material coletado foi submetido à análise de conteúdo, tomando como referência unidades de registro que possibilitaram a criação de categorias analíticas. As narrativas dos(as) jovens foram exploradas por unidades de registro, o que possibilitou, posteriormente, na criação de três categorias de análise, a saber: “trajetórias dos(as) jovens no ensino fundamental e no ensino médio”, evidenciando que os trajetos percorridos na educação básica se entrelaçam diretamente com o futuro dos(as) jovens; “condições atuais de emprego e de geração de renda”, que caracteriza as oportunidades de emprego ofertadas aos(as) jovens; “o ensino superior no projeto profissional de jovens negros(as)”, categoria que aponta a existência de projetos profissionais mediante a realização de curso de graduação. Como principais considerações analíticas, destacam-se as dificuldades de concluir ciclos educacionais (ensino fundamental e médio), a formação de famílias monoparentais, atividades laborais precárias, projetos profissionais e ensino superior, dificuldades financeiras, ausência de reflexões sobre raça e classe.

Palavras-chave: Projetos Profissionais; Juventudes; Desigualdades Raciais; Vulnerabilidade Social.

Construção da Cultura de Paz e Valorização da Vida no Ambiente Escolar

Sofhia Debiasi Mattei*, Kétulin Francisco Antonio, Jacks Soratto, Tainá Silva Candido

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: sophiadebiasim@unesc.net

RESUMO

O Projeto Movimento pela Paz e Valorização da Vida (MOP), aprovado pela Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), é constituído por ações que se sustentam na construção da cultura da paz, considerando áreas temáticas que envolvem o cuidado com o meio ambiente, a promoção da saúde e bem-estar, assim como o fortalecimento de relações interpessoais pautadas no respeito, acolhimento e solidariedade. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas pelas bolsistas do projeto, além de compartilhar os aprendizados, os desafios e as transformações pessoais e coletivas decorrentes da atuação no ambiente escolar. O projeto, ainda em atividade, foi desenvolvido no primeiro semestre de 2025 com uma turma de 30 alunos do 5º ano do ensino fundamental da E.M.E.B. José Contim Portella. Desse modo, as 12 temáticas pré-determinadas pelo MOP foram contempladas ao longo de 7 encontros quinzenais com duração de 60 a 90 minutos, estabelecidos em comum acordo com os representantes da escola, sendo coordenados por duas bolsistas do projeto em presença da professora da turma. Para a realização das oficinas foram utilizadas ferramentas de diálogo, escuta ativa, interação e participação coletiva. O projeto apresentou resultados visíveis tanto no ambiente escolar quanto na comunidade envolvida. Percebeu-se uma melhora significativa na convivência entre os estudantes, no fortalecimento dos laços entre escola, família e comunidade, bem como no engajamento das crianças e adolescentes nas ações propostas. Ao final dos encontros, os alunos participantes foram certificados como “Agentes da Paz” e a escola recebeu o selo de “Escola da Paz”. As atividades desempenhadas promoveram a formação de uma consciência cidadã, ancorada no respeito, na empatia, na escuta e na cooperação. Para além do impacto na escola, o projeto também provocou mudanças nas trajetórias das bolsistas, que passaram a repensar suas práticas, fortalecer seus compromissos sociais e ampliar sua compreensão sobre o papel transformador da educação na construção de uma cultura de paz.

Palavras-chave: Educação em saúde; Direitos humanos; Meio ambiente e saúde pública; Relações comunidade-instituição.

Letramento em Gênero, Sexualidade e Violência na formação de estudantes da Saúde em Manaus, Amazonas

Ana Cecília Dolzany Araújo*, Heloísa Maria Martins Pérez, Eduardo Azevedo Rebouças

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

*Autor(a) para correspondência: acda.msc25@uea.edu.br

RESUMO

A violência de gênero persiste como um grave problema de saúde pública e institucional, atravessando corpos, trajetórias acadêmicas e práticas de cuidado, o que reforça a urgência de espaços formativos comprometidos com os direitos humanos. O objetivo foi realizar uma oficina de letramento em gênero, sexualidade e violências junto a estudantes da área da saúde em Manaus, a fim de fomentar reflexões críticas e ampliar a sensibilidade para o cuidado humanizado. O trabalho é sustentado nas epistemologias feministas e na literatura sobre justiça reprodutiva. A atividade ocorreu na Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas em junho de 2025, e foi conduzida por três mestrandos, envolvendo 23 estudantes de diferentes cursos da saúde: Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia. Foram empregadas metodologias ativas, sistematizadas em três momentos: dinâmica de acolhida; discussão em minigrupos, guiadas por perguntas disparadoras e voltadas para a produção de cartazes que representaram o que foi debatido; por fim, a leitura grupal de uma narrativa ficcional, inspirada em contextos amazônicos de violência de gênero institucional na Saúde, abrindo uma roda de conversa com todos os participantes. Como principais resultados, observou-se o reconhecimento de lacunas formativas sobre gênero e sexualidade, identificação de situações de violência naturalizadas no cotidiano acadêmico e assistencial. Os alunos propuseram estratégias de cuidado mais sensíveis e humanizadas, como uma demanda formativa. Conclui-se que trabalhos como este contribuem para produzir transformações na formação acadêmica em Saúde, oferecendo subsídios éticos, técnicos e científicos para enfrentar a violência de gênero nas instituições, fortalecer práticas de direitos humanos e reafirmar a dignidade como um dos princípios do cuidado.

Palavras-chave: Violência de gênero; Direitos humanos; Saúde pública.

Violências nas escolas: Relato de experiência de pesquisa em Psicologia Escolar

Luane Martins de Pereira*, Lisiâne Machado de Oliveira Menegotto

Universidade FEEVALE (FEEVALE)

*Autor(a) para correspondência: luane.depereira@gmail.com

RESUMO

Atualmente, as violências nas escolas brasileiras têm tido maior visibilidade midiática a partir de um aumento preocupante dos casos notificados de violências física, moral e sexual – tanto entre os alunos, quanto em relação aos professores e demais profissionais. Além disso, desde 2022, percebe-se um crescimento acentuado de casos de violência extrema, também denominados de “ataques” ou “massacres” em instituições escolares. Este trabalho tem por objetivo apresentar dados atualizados e reflexões teórico-críticas a respeito desses fenômenos, com ênfase em episódios de agressões e tentativas de homicídio no ambiente escolar. A metodologia utilizada é de relato de experiência, proveniente das vivências profissionais e acadêmicas de uma pesquisadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS), cujo tema de pesquisa aborda as violências nas escolas. A pesquisadora é psicóloga e realiza esse projeto vinculado ao Laboratório de Estudos em Psicanálise, Infâncias e Adolescências (Labepia/Feevale), coordenado pela segunda autora. As considerações teórico-críticas derivam da articulação entre achados científicos, com ênfase na psicanálise, bem como da experiência de inserção em uma escola pública de ensino básico na região metropolitana de Porto Alegre/RS, que é o campo empírico da pesquisa. Também se apoiam em reflexões a partir de um debate realizado para a TV Câmara de Porto Alegre, em julho de 2025. Como resultados parciais, destacam-se o aumento crescente e acelerado de notificações dos casos (mais de 300% de violências interpessoais e 900% de autoprovocada) e a necessidade do fechamento de escolas causado por violência extrema (245% nos últimos dois anos). Apenas neste primeiro semestre, no Rio Grande do Sul, foram registradas mais de 1,5 mil ocorrências de ameaças ou agressões em instituições de ensino. Em agosto, foi necessário o cancelamento de aulas na região de Novo Hamburgo/RS e Estância Velha/RS, devido ao risco de ataques. Mesmo havendo políticas públicas vigentes que visam à prevenção de novos casos, há ainda um abismo em relação às práticas na escola. Conclui-se que há necessidade da implementação de medidas de forma urgente, além de pesquisas multiprofissionais desse fenômeno, que possam trazer compreensões mais abrangentes e visibilidade para essa pauta tão importante.

Palavras-chave: Educação; Prevenção da violência; Psicologia; Psicanálise; Violência escolar.

Violência no ambiente escolar e o enfrentamento a partir do Teatro do Oprimido

Ana Luiza Fernandes*, Raíssa Carvalho Paiva, Carla Denari Giuliani, Fernanda Nogueira Campos Rizzi

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

*Autor(a) para correspondência: analuiza08122014@gmail.com

RESUMO

A violência compõe a própria história da humanidade e pode adotar diversas formas, a depender de diferentes contextos, épocas e sociedades. Um dos ambientes em que a violência se faz presente é a escola, com envolvimento de alunos e da equipe escolar. Diante disso, o PET-Saúde Equidade da Universidade Federal de Uberlândia realizou ações de educação popular em saúde com alunos e professores de uma escola estadual de Piracaíba, distrito agrícola de Araguari-MG. Os objetivos foram viabilizar a transformação e a emancipação dos adolescentes, a partir da promoção de educação popular em saúde sobre violência, gênero e sexualidade; democratizar a compreensão das várias formas de violências; e proporcionar, por meio da educação, o cuidado integral da saúde em diferentes aspectos da vida cotidiana. Foram ministradas oficinas quinzenais de Teatro do Oprimido, entre abril e junho de 2025, com 20 adolescentes de 15 a 17 anos. Cada encontro teve duração média de 1h30min, e eram divididos em três momentos: aquecimento, com jogos para despertar os sentidos, aplicação das técnicas de Teatro Fórum ou Teatro Imagem, e um momento final de reflexão. Simultaneamente, foram realizadas rodas de conversa e ocasionais sessões de Teatro do Oprimido com professores, separadamente dos alunos. A partir dessas ações, foi perceptível que diversas formas de opressão eram normalizadas pela instituição escolar, especialmente violência de gênero, violência institucional, assédio sexual e assédio moral. Assim, o Teatro do Oprimido, por possibilitar intervenções diretas dos participantes no enfrentamento das situações de opressão encenadas, foi importante para que os adolescentes aprendessem a identificar e nomear as violências escolares, e para que os professores percebessem quais delas eram reproduzidas por eles. Para auxiliar nesse processo, o PET-Saúde Equidade elaborou uma cartilha informativa sobre violências comuns no ambiente escolar e instruções de como buscar ajuda, com ilustrações e linguagem simples e acessível para todos os integrantes da escola. Portanto, as ações realizadas contribuíram não apenas para a emancipação dos adolescentes, mas para formação das bolsistas do projeto, pois possibilitou maior aproximação com o tema e com a prática de metodologias participativas, aspecto fundamental para uma melhor atuação com diferentes públicos.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Integração Escolar; Metodologia; Violência; Violência de Gênero; Violência Escolar.

Caminhos ao enfrentamento da violência e à promoção dos direitos humanos na Amazônia

Sheila Nascimento de Paula e Silva Oliveira*, Denison Melo de Aguiar

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

*Autor(a) para correspondência: sheilanascimento.farma@gmail.com

RESUMO

A violência em territórios vulneráveis do contexto amazônico representa um desafio multidimensional para a segurança pública e para a promoção dos direitos humanos, contemplando cenários urbanos, domésticos, juvenis e relacionadas a conflitos ambientais e territoriais. Nesses cenários, o enfrentamento à violência e a salvaguarda dos direitos humanos demandam respostas articuladas e adaptadas às especificidades regionais. Este estudo objetiva analisar os mecanismos de solução de conflitos e redes intersectoriais de proteção como estratégias de prevenção e enfrentamento da violência na Amazônia. Trata-se de método de abordagem qualitativa, baseado em pesquisa documental (planos, relatórios, legislações, documentos técnicos e informativos de sítios oficiais) e na revisão integrativa da literatura acadêmica publicada nos últimos cinco anos, considerando como critérios de inclusão a relevância temática, a disponibilidade completa e a aplicabilidade ao contexto amazônico. O espaço amostral esteve delimitado ao Estado do Amazonas, com foco em iniciativas consolidadas na cidade de Manaus. As variáveis estudadas foram: formas de violência mais recorrentes, instrumentos institucionais de mediação de conflitos, justiça restaurativa e proteção de direitos, e níveis de integração entre órgãos de segurança, educação e assistência social. A análise dos resultados foi realizada de forma qualitativa, com categorização temática e síntese dos achados, permitindo identificar iniciativas, lacunas e desafios na articulação das redes de proteção. Os resultados indicam a existência de programas de mediação comunitária e práticas restaurativas em escolas, mas apontam entraves decorrentes da fragmentação institucional e da baixa articulação entre redes de proteção. Com efeito, observa-se que a efetividade das ações depende da continuidade das políticas públicas, da divulgação e do conhecimento da existência de mecanismos e redes de proteção, bem como do fortalecimento da confiança da população na capacidade do Estado de resolver conflitos, especialmente na proteção de grupos vulneráveis. Conclui-se que, embora o estudo tenha como lócus o Amazonas, suas experiências e aprendizados oferecem subsídios para o enfrentamento da violência em outros contextos amazônicos, reforçando a importância da integração entre mecanismos de solução de conflitos e redes de proteção como estratégia para a promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência; Proteção; Solução de problemas; Justiça social; Direitos humanos; Amazônia.

Lei da Escuta Especializada: Atendimento a crianças e adolescentes no município de Urussanga/SC

Isabela Bortolato Mattiola*, Julia Ferreira França

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: ibmattiola@gmail.com

RESUMO

A escuta especializada é uma ferramenta utilizada por profissionais capacitados, a fim de proteger as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de eventual revitimização. O trabalho tem por objetivo discutir a importância da implementação da Escuta Especializada para a atuação da rede de proteção com crianças e adolescentes vítimas de violência. Para isto, o município de Urussanga, por meio da Lei nº 3.167/2024, implementou protocolo municipal para realização de Escuta Especializada, a fim de atender casos de violência que envolvem crianças e adolescentes, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 13.431/2017, em conformidade com o Sistema de Garantia (SGD), e estabelecimento de fluxo atendimento junto a rede de proteção que envolve as escolas, delegacia, rede de saúde, assistência social, conselho tutelar. A fim de alcançar os objetivos deste trabalho, será realizado estudo do protocolo mencionado, bem como a avaliação de sua aplicação na prática da rede municipal de Urussanga com base na atuação de duas psicólogas, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Atenção Básica em Saúde do município de Urussanga. Assim, a partir do estudo e da prática profissional, observa-se que, após a implementação deste protocolo, houve aumento das notificações de violência e dos casos encaminhados à rede de proteção, especialmente ao CREAS e aos atendimentos psicológicos no SUS. Quando realizados de forma efetiva, esses atendimentos contribuem significativamente para reduzir a revitimização das vítimas durante todo o acompanhamento, além de ocorrerem de modo integrado e não fragmentado. O aumento das notificações evidencia que o município possuía uma demanda até então invisibilizada e reprimida. A atuação da rede de proteção de forma sistemática, integral e organizada, por meio do protocolo, demonstra a relevância da implementação municipal da Escuta Especializada. Além disso, observa-se o aumento das notificações e a ampliação do acesso aos atendimentos necessários, o que ressalta que, mesmo havendo uma Lei Federal, é fundamental que cada município assegure a efetiva implementação dentro de sua própria rede de serviços.

Palavras-chave: Assistência à Saúde; Notificação de Violência; Violência Doméstica; Direitos Humanos.

Educação e feminicídio: Contribuições Legislativas para os Direitos Humanos das Mulheres

Maria Aparecida Casagrande*, Giani Rabelo

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: cidamaria.pcsc@gmail.com

RESUMO

Este resumo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). O objetivo central é analisar a contribuição das legislações de enfrentamento às violências de gênero na redução do feminicídio, com base em seis casos ocorridos entre 2015 e 2020 na região da AMESC - Associação dos municípios do Extremo Sul Catarinense. A investigação explora o entrelaçamento das temáticas educação e feminicídio, promovendo uma compreensão plural e crítica da violência de gênero, bem como analisa legislações educacionais e outros dispositivos legais relevantes para o enfrentamento das violências de gênero, com foco na redução do feminicídio. As bases teórico-metodológicas se fundamentam na abordagem da História Cultural, com atenção dos estudos feministas de gênero. A pesquisa, de cunho qualitativo, pautou-se em fontes documentais: inquéritos policiais referentes aos seis (06) casos de feminicídio ocorridos na região da AMESC entre 2015 e 2020 e entrevistas com familiares e pessoas próximas às vítimas. Longe de ser um problema circunscrito ao Brasil, o feminicídio configura uma crise global. Dados da ONU (2024) revelam a alarmante média diária de 140 mulheres e meninas assassinadas por seus parceiros ou familiares em escala mundial. Nenhuma região está imune a essa forma extrema de violência de gênero. No cenário de violências contra mulheres, a educação emerge como um mecanismo que pode e tem papel fundamental na redução das violências de gênero. Torna-se imprescindível adotar uma abordagem pedagógica que promova oportunidades de transformação no enfrentamento das violências de gênero. A Educação ocupa lugar relevante nesse objetivo macro de prevenção ao feminicídio e pode, de fato, contribuir para os direitos humanos das mulheres. Uma das mudanças mais recentes foi a alteração promovida pela Lei 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. O enfrentamento da violência de gênero e a redução dos feminicídios demandam não apenas o fortalecimento e a efetiva aplicação das legislações existentes, mas também um investimento contínuo em políticas públicas que articulem segurança, assistência social e educação.

Palavras-chave: Educação; Direitos humanos; Violência de gênero; Legislações.

SobreVivências: o teatro feminista como estratégia de prevenção à violência contra mulher na escola

Priscila Schacht Cardozo*, Yonara Marques, Michelle Miranda Ribeiro, Ana Paula da Silva Bertolina

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: prish_cardozo@hotmail.com

RESUMO

O espetáculo teatral feminista intitulado SobreVivências, foi construído em 2022, é interpretado pelas atrizes Frihet e Mixa Miranda, com direção e dramaturgia de Yonara Marques. O tema do espetáculo é a violência contra a mulher, e a concepção cênica, é do teatro emergencial, um fazer teatral que nasce da urgência de dizer e existir, que está ancorado na exposição poética do vivido, no corpo como arquivo e lugar de reinvenção. O Roteiro e a dramaturgia nascem bem depois do corpo das atrizes falarem e existirem, por estímulos propostos pela diretora. Aí sim. vem a palavra falada e roteiro a partir de textos de pesquisadoras feministas, literatura catarinense, além das memórias cotidianas das atrizes e diretora sobre as violências geracionais contra as mulheres. Em 2025 o espetáculo aprovou apoio financeiro no Edital da Política Nacional Aldir Blanc em Criciúma, para circulação em escolas públicas. Nesta proposta, como contrapartida social após cada apresentação, foram realizadas rodas de conversa com a plateia, mediadas por uma Assistente Social. O objetivo foi circular informações sobre os canais de denúncia da violência contra a mulher, provocar reflexões feministas sobre relacionamentos afetivo-sexuais que protejam a vida das mulheres, bem como construir um espaço de escuta ativa das mulheres e meninas presentes. O projeto alcançou em média 610 pessoas em 05 apresentações. Como resultados observamos a potencialidade da arte como estratégia socioeducativa no combate à violência doméstica. Acolhemos mulheres e meninas nas rodas de conversa que passaram a identificar as mais diversas experiências violentas que estão presentes na vida de todas as mulheres. Também recebemos denúncias onde o acolhimento da Assistente Social pode direcionar os encaminhamentos necessários. Concluímos que para abordar temas sensíveis como é o tema da violência contra a mulher, é preciso construir outras linguagens, em especial as linguagens artísticas, e nesta experiência o teatro feminista SobreVivências foi o caminho possível para este enfrentamento como uma estratégia político-artística na prevenção à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Arte; Feminismo; Violência; Mulheres.

Semear e colher saberes: educação popular frente à estigmatização e subalternização de corpos

Amanda de Oliveira Pinto*, Dipaula Minotto da Silva, Fabiane Ferraz, Emilli Goulart Kolozewski, Pedro Moura dos Santos Peres, Helena Mazzucco Sorato, Gustavo da Cunha Teixeira, Mirian Daros Ducioni, Lucy Cristina Ostetto

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: amandadeoliveira1405@gmail.com

RESUMO

Este trabalho deriva do projeto “Semear e colher saberes: educação popular como estratégia de ensinar e aprender sobre saúde com a comunidade”, aprovado em 2024 no edital de extensão do Programa Território Paulo Freire I, com uma perspectiva crítica e contra hegemônica, pois trabalha com a Educação Popular em Saúde e o combate as violências, dialogando com trabalhadores do CAPS II ad, usuários e suas famílias, com o objetivo de criar caminhos, puxando fios de suas existências para tensionar sobre suas relações com o território, por meio de comunidades de aprendizagens. Suas histórias marcadas por esta territorialidade são atravessadas pela estigmatização que entranham seus corpos e se colocam como possibilidades de aprendizagens partilhadas em comunidade. Como um projeto interdisciplinar reúne os cursos de Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, Direito e História, além do Programa de Residência em Saúde Mental, perpassados pela temática dos Direitos Humanos. As ações do projeto são articuladas e mapeadas nos encontros com o território estruturados pela escuta e acolhimento dos usuários com uso problemático de álcool e outras drogas e familiares. Como ações do projeto destacam-se: caminhadas pelo território; visita e diálogo com equipes do CAPS II ad, CRAS, Unidade de Saúde, Escolas, Associação de Moradores e Associação de Usuários; reuniões de estudo e análises sobre a relação entre a comunidade e o CAPS frente ao estigma e exclusão social das pessoas com uso problemático de drogas; apresentação do projeto em sala de aula nos cursos de psicologia, enfermagem e medicina; participação no evento alusivo ao Dia Nacional de Luta Antimanicomial, em maio de 2025; e, mais recentemente, mobilização de uma estratégia de suporte de pares para familiares de usuários do CAPS II ad, moradores da região Santa Luzia, entre outras ações. Nesta edição do projeto, que segue em andamento até maio de 2026, os princípios do SUS associados à autonomia e ao protagonismo são parte do processo de enfrentamento as violências desses corpos historicamente marginalizados e estigmatizados. É uma semeadura que procura florir saberes outros, num entrelaçar de raízes e vivências múltiplas, que tem se dado sobretudo na oferta de experiências formativas críticas e dialógicas.

Palavras-chave: Educação em saúde; Usuários de drogas; Política de Redução de Danos; Estigma social; Relações Comunidade-Instituição; Saúde coletiva.

Projeto Amora: a experiência extensionista na difusão dos direitos humanos das mulheres

Ana Clara Adriano Inácio*, Monica Ovinski de Camargo Cortina, Camila Maffioletti Cavaler, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Joana Estácio Matheus, Adonay Rodrigues de Oliveira, Daniele de Freitas Silveira, Magali Dario Colle Scaini

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: anaclara.a.inacio@gmail.com

RESUMO

O Amora é um projeto de extensão universitária que atua com grupos de mulheres atendidas nos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social), em Criciúma-SC. O objetivo é ofertar oficinas temáticas em direitos humanos das mulheres, com enfoque nos instrumentos jurídicos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), para as mulheres pertencentes às famílias atendidas pelos CRAS do município, com intuito de promover a cidadania e a prevenção da violência doméstica e familiar. O projeto conta com uma trajetória de 14 anos de atuação ininterrupta, aliando a visão interdisciplinar de bolsistas e voluntárias da Psicologia e do Direito. A metodologia aplicada prevê atividades em seis módulos, quais sejam: discriminação e desigualdades contra mulheres; mulheres e relações de trabalho; direitos sexuais, reprodutivos e a saúde das mulheres; prevenção da violência doméstica e familiar; instrumentos jurídicos da Lei Maria da Penha; e cidadania e participação das mulheres em espaços públicos. As oficinas são mediadas em rodas de conversa, com material didático informativo produzido pela equipe do projeto, com o intervalo quinzenal entre os módulos. Há apoio dos CRAS, que oferecem a estrutura física e a organização dos grupos de mulheres. O projeto atende aproximadamente 150 mulheres por ano. O aprendizado produzido por meio das atividades de campo considera as diferentes experiências das mulheres, que trazem relatos de vivências no campo dos direitos humanos, demarcados por opressões de gênero, raça e classe, permeados pelas distintas realidades dos territórios em que vivem. O Amora oferece um espaço seguro para que as mulheres possam ter acesso aos saberes sobre seus direitos e encontrem acolhimento e encaminhamento para suas demandas. Para as bolsistas e voluntárias do projeto, há o aprendizado para atuar em grupos de mulheres, de realizar a escuta ativa e o aprendizado sobre a realidade social da violência nos territórios dos CRAS.

Palavras-chave: Direitos humanos; Mulheres; Violência doméstica; Ações educativas.

Violência Escolar e Adoecimento Docente na cidade de Criciúma: uma análise dos afastamentos laborais

Thainá Cabral Eugenio*

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: thainacep@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar o crescimento significativo da violência direcionada a professores no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. O aumento dessa violência no ambiente escolar configura-se como um fenômeno complexo e multifatorial, que impõe desafios significativos à gestão educacional e acarreta sérias repercussões para a saúde física e mental dos profissionais da educação. Nesse sentido, o estudo propõe-se a investigar a incidência de casos de violência nas unidades escolares da cidade e seus impactos sobre a saúde dos docentes. A metodologia adotada fundamenta-se na análise de dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, com o intuito de estabelecer correlações entre os episódios de violência praticados contra professores e o elevado número de afastamentos laborais motivados por doenças ocupacionais. De acordo com os dados obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública, entre os anos de 2022 e 2024 foram registrados 28 casos de lesão corporal dolosa cometidos contra docentes no interior do ambiente escolar, sendo 5 ocorrências em 2022, 9 em 2023 e 14 em 2024. Além disso, os registros de crimes de ameaça contra professores totalizaram 44 ocorrências entre os anos de 2022 e 2025, evidenciando a persistência e a gravidade do problema. As condições de trabalho constituem elemento central para o desempenho adequado da atividade docente. Quando marcadas pela precarização — como salas de aula superlotadas, jornadas extensas, exposição contínua a ruídos e a esforços repetitivos —, somadas à crescente violência escolar, essas condições tornam-se fatores agravantes para o desenvolvimento de quadros de adoecimento físico e psíquico. Esse contexto de vulnerabilidade compromete não apenas a saúde dos professores, mas também a qualidade do processo educativo como um todo.

Palavras-chave: Violência escolar; Saúde mental docente; Condições de trabalho; Segurança dos professores.

Saúde mental e absenteísmo na polícia militar do Amazonas: Uma análise do impacto na segurança pública

Gisele de Almeida Nascimento*, Glenda Martins Monteconrado, Patrícia Cristina Alves Maffioletti

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

*Autor(a) para correspondência: gi.almeida1402@gmail.com

RESUMO

A saúde mental de policiais militares do Amazonas enfrenta uma crise silenciosa que tem gerado um impacto significativo na segurança pública. Este estudo teve como objetivo principal analisar a relação entre a saúde mental e o absenteísmo na polícia Militar do estado do amazonas (PMAM) e os consequentes efeitos na capacidade operacional da instituição. Para tal, foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando uma revisão sistemática de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025 com análise documental de dados internos da junta Médica da PMAM referentes ao período de 2019 a 2024. Os resultados da pesquisa revelam um aumento exponencial no número de licenças por transtornos mentais, passando de 309 casos em 2019 para 1581 em 2024, com picos notáveis durante a pandemia de COVID19 e um novo salto em 2024. O impacto operacional demonstrou que, em 2024, aproximadamente 20,83% da força de trabalho estava afastada por questões de saúde mental, representando um custo anual estimado em \$47,4 milhões. Conclui-se que a PMAM enfrenta uma crise estrutural de saúde mental, que exige a implementação urgente de políticas de suporte clínico e uma restruturação organizacional para resguardar a efetividade da segurança pública no estado do Amazonas.

Palavras-chave: Saúde Mental; Absenteísmo; Polícia Militar; Segurança Pública; Amazonas.

Projeto "Lagen vai à escola": rede de apoio às vítimas de violência

Caren Delfino Pivetta*, Camila Maffioletti Cavaler, Mariane Gomes Machado, Rafaela Casagrande Berti, Jordana Justin Vitt, Eloísa Paganini, Laise Fagundes

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: carenp24@gmail.com

RESUMO

A escola se apresenta como espaço estratégico para o diálogo e para a construção de estratégias de enfrentamento às violências. Dessa forma, este resumo se propõe a relatar a experiência do projeto “LAGEN vai à escola”: rede de apoio às vítimas de violência. O projeto foi realizado pela Liga Acadêmica de Gênero e Violência da Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC, em escolas municipais e estadual, com turmas do ensino fundamental, médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo foi sensibilizar, refletir e discutir com os estudantes sobre os tipos de violência e a rede formal de atendimento às vítimas de violência. A intervenção constituiu em explanações orais, realizadas pelas participantes da LAGEN, norteadas por slides que apresentavam os tipos de violências existentes. Em seguida, iniciou-se a dinâmica principal: a turma foi dividida em dois grupos. O primeiro elaborou uma história sobre uma pessoa em situação de violência doméstica ou familiar que estivesse considerando buscar ajuda, destacando dilemas e preocupações no processo de “quebrar o silêncio”. O segundo grupo criou uma história sobre alguém que conhecia uma vítima, refletindo sobre os desafios de tentar ajudar uma amiga, vizinha ou familiar. Após produzirem as histórias, os grupos compartilharam suas narrativas, o que possibilitou discussão coletiva sobre os dilemas de cada situação. Essa etapa foi conduzida com perguntas norteadoras, visando compreender o entendimento dos participantes acerca das redes de apoio. Por fim, foi apresentada a Rede Formal de Atendimento às vítimas de violência. O “LAGEN vai à escola” possibilitou escutar relatos de violências vividas por parentes e amigos próximos dos alunos, bem como identificar interesse e conhecimento sobre a rede formal de apoio. Alguns adolescentes apresentaram dúvidas quanto ao processo de denúncia e o encaminhamento de medida protetiva. Conclui-se que os estudantes ampliaram seu entendimento sobre o tema e tiveram oportunidade de relatar histórias vivenciadas. A experiência evidenciou a importância de ações educativas em espaços escolares, pois além de difundir informações, possibilitam a criação de um ambiente de acolhimento, escuta e conscientização, fundamentais para fortalecer a rede de proteção e incentivar a construção de estratégias coletivas de enfrentamento da violência.

Palavras-chave: Escolas; Violência doméstica; Estratégias de Enfrentamento.

EIXO 2 - Educação, justiça e direitos no combate à violência

MODALIDADE POSTER

Intervenções em Saúde Mental com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Bruna Cardoso Barcelos*, Lisiâne Tuon, Camila Maffioletti Cavaler, Lidiany Marques do Nascimento

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: brunacardosobarcelos@gmail.com

RESUMO

Temas como a negligência infantil, parentalidade, acolhimento institucional, bem como a construção de vínculos afetivos e masculinidades, influenciam diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes, destacando a importância de práticas humanizadas e da escuta qualificada para promoção do bem-estar, identidade e proteção integral. Este relato de experiência objetivou descrever intervenções psicossociais desenvolvidas junto a adolescentes acolhidos no Abrigo Lar Azul, em Criciúma (SC), visando promover vínculos afetivos, bem-estar emocional e práticas de convivência saudáveis. As atividades ocorreram de março a junho de 2025, em encontros semanais. As intervenções foram realizadas com meninos de 7 a 17 anos, e a metodologia adotou abordagem qualitativa, com observação participante, registros sistemáticos e análise contextualizada das interações e significados atribuídos às experiências. Foram implementadas oficinas, rodas de conversa e atividades lúdicas, com foco na expressão emocional, autoestima, autonomia e desenvolvimento de habilidades sociais. Os resultados evidenciaram que o espaço institucional pode ser ressignificado como lugar de cuidado e pertencimento quando as ações são sensíveis às vivências das crianças e adolescentes. As intervenções favoreceram a construção de vínculos, prevenção de situações de violência e exclusão, e fortalecimento do sentimento de pertencimento, alinhando-se à promoção dos direitos humanos. Conclui-se que intervenções integradas, planejadas de forma contextualizada, são fundamentais para a promoção da saúde mental e social de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, contribuindo para estratégias de prevenção de violências e fortalecimento de redes de cuidado intersetoriais.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Social; Direitos Humanos.

Vamos falar sobre suicídio? Ação de prevenção e conscientização sobre autolesão com adolescentes

Amanda Vitória Wentz Cardozo*, Fabiana Falquembach, Fabiana Schneider, Priscila Pavan Detoni

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

*Autor(a) para correspondência: v.amandawentz@gmail.com

RESUMO

A autolesão, problema público de saúde, é compreendida como uma prática problemática de enfrentamento de situações causadoras de sofrimento psíquico. Proveniente de habilidades precárias de resolução de conflitos, têm sido comumente observadas na adolescência devido às inseguranças pertencentes à fase por ser um período de transição entre a infância e vida adulta. Entre os anos de 2011 e 2022, houve um crescimento significativo dos casos de automutilação no Brasil, com um aumento de 29% a cada ano entre as faixas etárias de 10 a 24 anos, havendo nesse mesmo período, aumento das taxas de suicídio no país, está sendo a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Devido a isso, a equipe multiprofissional da Estratégia de Saúde da Família (ESF) Santa Rita, do município de Marau/RS, realizou ação de prevenção ao suicídio, abordando questões relacionadas à autolesão, com uma turma do nono ano do ensino fundamental. Este trabalho tem como objetivo descrever atividades de conscientização e prevenção ao suicídio realizadas por uma equipe multiprofissional, em parceria com a escola municipal do território adstrito da ESF, em uma turma finalista do ensino fundamental. A atividade foi desenvolvida por residentes de psicologia e farmácia, e psicóloga da ESF Santa Rita. Aconteceu na escola, utilizando material expositivo sobre o tema do suicídio e automutilação, enfatizando os riscos envolvidos nessa prática. Também foram compartilhadas estratégias para os adolescentes lidarem com a ansiedade, controle dos impulsos agressivos, técnicas de meditação e estímulo ao diálogo. No encerramento, foi realizada uma atividade na qual os alunos desenharam em corações aquilo que os faz sentir bem em dias difíceis. Foi possível observar, ao longo das atividades realizadas, o interesse e participação dos estudantes. Compreende-se isso como indicativo da prevalência das práticas de autolesão relatadas pela escola entre os alunos da turma, reforçando a importância de realizar trabalhos de prevenção e conscientização nas escolas. Buscou-se realizar aproximação com a turma e fechamento do trabalho ao informar sobre o acolhimento psicológico voltado à livre demanda e as interconsultas, colocando a ESF como um espaço seguro de apoio e proteção.

Palavras-chave: Automutilação; Adolescência; Prevenção do suicídio; Promoção da saúde dos estudantes.

Leis de proteção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil

Katiusciane Helizana de Sousa Queiroz*, Amanda Teixeira Santana

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)

*Autor(a) para correspondência: katiuscianequeiroz@gmail.com

RESUMO

A proteção integral da infância e da adolescência é direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, pois a violência compromete o desenvolvimento e configura grave violação de direitos humanos. Este estudo objetivou analisar o arcabouço jurídico brasileiro voltado à proteção infantojuvenil, enfatizando o papel do assistente social na efetivação de direitos. Para isso, realizou-se uma revisão documental de legislações e normativas nacionais, abrangendo bases legais oficiais como o portal do Planalto e artigos científicos pertinentes. A seleção das fontes priorizou legislações de relevância e impacto social na proteção infantojuvenil, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) e leis complementares como a Lei Joana Maranhão (nº 12.650/2012), Lei Menino Bernardo (nº 13.010/2014), Lei da Escuta Protegida (nº 13.431/2017) e Lei Henry Borel (nº 14.344/2022). A análise buscou identificar não apenas os avanços normativos, mas também seus limites de efetividade e os desafios práticos de implementação, articulando a previsão legal com a realidade social. Os resultados demonstram que, embora o Brasil possua um arcabouço legislativo robusto, consolidado em torno do ECA que consagrou a proteção integral, sua efetividade é significativamente limitada por desafios práticos. A Lei Joana Maranhão, por exemplo, tem efetividade reduzida por subnotificação e dificuldade em reunir provas. A Lei Menino Bernardo enfrenta uma forte resistência cultural e as dificuldades de fiscalização. A Lei da Escuta Protegida sofre com recursos insuficientes e desigualdades regionais. A Lei Henry Borel também é desafiada pela subnotificação e fragilidade investigativa. Identificou-se que a falta de articulação intersetorial (Saúde, Educação e Segurança Pública), a insuficiência de recursos e a distância entre a previsão normativa e a realidade da rede de proteção restringem o impacto real dessas leis. Nesse contexto de limitações, o assistente social assume papel estratégico na articulação de serviços, no acolhimento de vítimas e na orientação de familiares, sendo essencial para transformar o arcabouço jurídico em prática. Conclui-se que a concretização da proteção integral exige ir além da existência legal, superando entraves intersetoriais, institucionais e práticos, e demandando ampliar investimentos e fortalecer a atuação profissional para reduzir a lacuna entre o ideal legislativo e a realidade protetiva.

Palavras-chave: Violência; Crianças e adolescentes; Legislação; Infantojuvenil.

EIXO 3 - Saúde Coletiva: determinantes sociais, gestão, políticas públicas e cuidado em saúde

MODALIDADE COMUNICAÇÃO ORAL

Associação entre insegurança alimentar, pobreza alimentar e o desenvolvimento infantil em crianças brasileiras

Gabriela Evaldt Espindola*, Micaela Rabelo Quadra, Gabriela Buccini, Antônio Augusto Schäfer, André Demboski Dalpont, Fernanda Oliveira Meller

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: gabievaldte@gmail.com

RESUMO

O início do desenvolvimento infantil constitui uma fase determinante para a aquisição de competências cognitivas, motoras e socioemocionais. Fatores relacionados ao acesso a alimentos adequados e à qualidade da dieta exercem influência direta nesse processo, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Desta forma, o presente resumo tem por objetivo analisar o papel da insegurança alimentar e da pobreza alimentar no desenvolvimento infantil em crianças brasileiras. Trata-se de um estudo transversal com dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019). Foram incluídas nas análises as crianças entre 1 mês e menos de 5 anos de idade, residentes em domicílios particulares no Brasil. O desenvolvimento infantil foi avaliado pela escala Survey of Well-Being of Young Children – versão brasileira (SWYC-BR). A insegurança alimentar foi avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e classificada em segurança, leve e moderada-grave. A pobreza alimentar foi avaliada pela Diversidade Alimentar Mínima e classificada como ausente, moderada e grave. Foi utilizada regressão linear ajustada para avaliar a relação entre insegurança alimentar, pobreza alimentar (variáveis categóricas) e o escore do SWYC-BR. Adicionalmente, regressão linear ajustada foi utilizada para avaliar as associações considerando os escores contínuos de insegurança e pobreza alimentar. No total, 14.304 crianças foram estudadas. A média do escore SWYC-BR foi de 14,1 ($\pm 4,7$) pontos. A insegurança alimentar leve esteve presente em 38,0% dos domicílios e a moderada-grave em 10,3%, enquanto 45,9% e 16,3% das crianças apresentaram pobreza alimentar moderada e grave, respectivamente. Observou-se redução nos escores do SWYC-BR em crianças que viviam em insegurança alimentar leve ($\text{Beta}=-0,35$; IC95%: -0,68; -0,01) e em pobreza alimentar moderada ($\text{Beta}=-1,04$; IC95%: -1,53; -0,54). Ao analisar as tendências nos escores do SWYC-BR de acordo com índices de insegurança e pobreza alimentar, verificou-se que o aumento na frequência de pobreza alimentar esteve associado ao aumento do escore do SWYC-BR ($\text{Beta}=0,25$; IC95%: 0,14; 0,36). Conclui-se que insegurança e pobreza alimentar estavam associadas ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras, mas a pobreza alimentar também parece apresentar uma associação linear. Esses achados podem direcionar políticas de saúde pública voltadas a essas populações em risco.

Palavras-chave: Transtornos nutricionais infantis; Desenvolvimento infantil; Determinantes sociais da saúde; Inquéritos nutricionais; Estudos transversais.

Marginais: Determinantes sociais em saúde e permanência em territórios vulneráveis

Naomi Tamima Estevam Cipriano*, Giovane Lupin da Rosa, Flavia Cristina Ferreira, Tainá Behenck Borges, Guilherme dos Santos, Ana Lúcia Justino de Souza, Marcos Paulo Campos Assis, Cristiani Rocha Sardá de Martin, Alanis Daniel Florêncio

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: naomiestevam@gmail.com

RESUMO

Os Determinantes Sociais de Saúde influenciam diretamente as condições de vida e trabalho das populações, abrangendo fatores sociais, culturais, econômicos, raciais e ambientais. Desigualdades no acesso a cuidados, saneamento, moradia e ambientes saudáveis impactam especialmente populações marginalizadas locadas em áreas precárias, carentes de infraestrutura e serviços públicos. Esse processo reforça a segregação urbana, comprometendo relações comunitárias e a sociabilidade. Diante disso, o presente estudo teve por objetivo identificar os fatores psicossociais que influenciam o processo de fixação e permanência dos moradores no território da Estrada de Ferro e suas vivências associadas. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo-exploratório, e desenho do tipo narrativa; realizado em uma comunidade às margens de uma estrada de ferro de uma cidade do extremo sul catarinense, Brasil. Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado com quatro moradores da comunidade, nos meses de junho e julho de 2024. Os dados foram analisados mediante Análise de Conteúdo de Minayo, resultando em quatro categorias: “O caminho até aqui”, “Estigma e pertencimento”, “Presença da força policial no território”, e “Carência de iniciativas governamentais”. A pesquisa evidenciou como a pobreza não se restringe à falta de recursos, mas envolve condições estruturais que afetam saúde, educação e bem-estar, especialmente em populações periféricas, majoritariamente negras. O crescimento populacional e as desigualdades sociais têm causado a expansão de comunidades periféricas e marginalizadas em áreas precárias, através da especulação imobiliária e a ausência de políticas habitacionais efetivas, reforçando estigmas sociais e dificultando o acesso a direitos básicos. O estigma marginaliza indivíduos e comunidades, rotulando-os negativamente e reduzindo sua complexidade. No entanto, o pertencimento surge como resistência, fortalecendo laços comunitários e identidade coletiva, apesar das discriminações. Relatos de moradores destacam a disparidade entre o preconceito externo e a valorização interna das relações de vizinhança. A violência policial aparece como uma das principais preocupações, sendo descrita como agressiva, seletiva e racista, reforçando a criminalização da pobreza e perpetuando ciclos de exclusão. Além disso, a carência de políticas públicas em territórios vulneráveis agrava a precariedade de serviços essenciais e amplia o medo de remoções forçadas.

Palavras-chave: Marginalização Social, Determinantes Sociais da Saúde, Poder de Polícia, Pertencimento.

Efeitos agudos da hidroginástica na glicemia capilar de mulheres com diagnóstico de fibromialgia: um ensaio clínico randomizado cruzado

Álissa Melo Tolfo*, Priscila Custódio Martins, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Marcio de Farias, Leandro de Oliveira Carpes

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: alissa.melotolfo@unesc.net

RESUMO

A fibromialgia é uma doença crônica caracterizada por dores generalizadas, que além de sintomas clínicos, podem apresentar alterações metabólicas, como intolerância à glicose e resistência à insulina. O exercício físico contribui na melhora dos sintomas da fibromialgia e redução da glicose a longo prazo, no entanto, em algumas modalidades ocorre a redução exacerbada de glicemia após o exercício. Assim, o objetivo do estudo foi comparar os efeitos agudos de uma sessão de hidroginástica e sessão controle sobre os níveis de glicemia capilar em mulheres com diagnóstico de fibromialgia. Trata-se de um ensaio clínico randomizado cruzado composto por 19 mulheres (54 ± 7 anos, massa corporal: 81 ± 14 kg, estatura: 161 ± 7 cm) que realizaram duas sessões experimentais, em ordem randomizada: hidroginástica e controle. A sessão hidroginástica foi composta por 10 minutos de aquecimento e duas séries de 30 segundos em dez exercícios com intensidade moderada para membros superiores e inferiores e intervalos de 45 segundos entre eles. A sessão controle foi realizada em repouso sentado com duração igual a sessão hidroginástica (45 minutos). Ambas as sessões iniciaram às 11h e duraram em torno de 2h. As aferições glicêmicas foram realizadas por punção digital com lancetas descartáveis (AccuChek Safe-T-Pro Uno, Roche, Portugal) e analisadas com glicosímetro portátil nos momentos pré e pós as sessões com intervalo de 15 em 15 minutos durante 60 minutos. Análise de equação de estimativa generalizada foi usada para comparar efeitos principais entre os tempos e as sessões. Não houve diferença nos valores de glicemia Pré entre as sessões (Controle: 110 ± 6 mg/dL \pm 6 e hidroginástica: 104 ± 5 mg/dL; $p=0,460$). Imediatamente pós exercício a glicose reduziu ($\Delta -12 \pm 6$ mg/dL, $p=0,029$) em comparação a sessão controle. No entanto, a partir do momento 15' os valores glicêmicos não tiveram diferença estatística (Pós 15': $\Delta -7 \pm 5$ mg/dL, $p=0,164$; Pós 30': $\Delta -5 \pm 5$ mg/dL, $p=0,338$; Pós 45': $\Delta -6 \pm 5$ mg/dL, $p=0,258$ e Pós 60': $\Delta -0,3 \pm 5$ mg/dL, $p=0,948$) entre as sessões. Conclui-se que este protocolo de hidroginástica realizado não induz hipoglicemia sustentada em mulheres com fibromialgia, configurando-se como estratégia de exercício segura para essa população.

Palavras-chave: Exercício físico; Hipoglicemia; Doença crônica.

Enfermeira residente no território: um relato sobre as estratégias de busca ativa durante campanha de vacinação contra influenza

Maria Eduarda Oliveira Leal*, Cristiane Damiani Tomasi

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: oliveiraadu@gmail.com

RESUMO

A Influenza, infecção viral aguda de alta transmissibilidade, acomete o sistema respiratório dos indivíduos. A vacinação é a melhor estratégia de prevenção contra a propagação da doença, tendo o propósito de reduzir o número de internações, agravamento do quadro das pessoas acometidas e óbitos na população. A vacinação anual promove a imunização coletiva durante o período de maior circulação do vírus. Segundo dados extraídos da Rede Nacional de Dados em Saúde, até o dia 25 de agosto de 2025 haviam sido administradas 48.522.717 doses em nível nacional. Em Santa Catarina, foram administradas 2.221.138 doses até a data da consulta, dentre eles, 1.926.542 são gestantes, crianças e idosos, representando cobertura vacinal de 50,66% dos grupos prioritários, um feito significativo, visto que a meta da secretaria do Estado era atingir 2 milhões de pessoas vacinadas. Este relato de experiência descreve a participação de uma enfermeira residente vinculada ao Programa de Residência Multiprofissional da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC em campanha de vacinação no município de Criciúma/SC que ocorreu no Centro de Convivência do Idoso, localizado no Parque das Nações - Distrito Próspera, cujo foco foi imunizar os idosos e profissionais que frequentam o local contra o vírus da Influenza. As ações ocorreram durante cinco dias em diferentes turnos com ampla divulgação da Gerência Distrital Próspera em parceria com o Centro de Idosos onde ocorreu aplicação de vacina contra Influenza. Junto a Ação no Centro de Convivência foi realizada busca ativa dos idosos adscritos da Estratégia Saúde da Família Próspera, incluindo acamados e domiciliados, que receberam a vacina em suas residências. As ações possibilitaram ampliar o acesso à vacinação contra Influenza e, embora a meta estadual de cobertura vacinal para grupos prioritários seja 90%, foi alcançada a imunização de mais de 90 idosos já no primeiro dia da campanha, totalizando mais de 400 doses aplicadas ao fim de cinco dias, representando um avanço expressivo na adesão local e potente reforço das estratégias de prevenção de agravos no território, evidenciando a importância do fortalecimento das ações de promoção da saúde, reafirmando o papel do SUS na garantia do direito à saúde.

Palavras-chave: Vacinação; Enfermagem; Campanha de Imunização; Educação em Saúde.

Proteção contra Doenças Crônicas Não Transmissíveis: Análise do Consumo de Alimentos Minimamente Processados

Marianka Fernandes Rocha da Luz*, Susana Cararo Confortin, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Ana Julia Bressan de Medeiros, Luiza Llantada Coelho, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolin, Thalita Aprato Tristão, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: mfr@unesc.net

RESUMO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), são a principal causa de morbimortalidade no Brasil e estão fortemente relacionadas a padrões alimentares inadequados. Assim, o consumo de alimentos minimamente processados (AMP), por preservarem características nutricionais, destaca-se como fator protetor relevante na prevenção dessas doenças. Diante disso, o objetivo do estudo é investigar a prevalência do consumo de alimentos minimamente processados e fatores associados. Trata-se de estudo transversal com dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico 2023, incluindo adultos (18 anos ou mais) das capitais brasileiras e do Distrito Federal, totalizando 21.690 indivíduos entrevistados. O desfecho analisado foi o consumo adequado de AMP, classificados de acordo com o sistema NOVA, o qual categoriza os alimentos pelo grau de processamento industrial. Foram analisadas variáveis sociodemográficas como: sexo (feminino e masculino), idade (18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 anos ou mais), escolaridade (0 a 8, 9 a 11, 12 anos ou mais) e cor da pele (branca, preta, amarela/indígena, parda). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra foi composta em sua maioria por mulheres (53,9%) e indivíduos com 9–11 anos de escolaridade (41,3%). A prevalência de consumo adequado de AMP foi de 43,6% (IC95%: 42,0–45,2). Mulheres apresentaram maior prevalência de consumo adequado em comparação aos homens (RP = 1,07; IC95%: 1,02–1,13; $p<0,05$). Indivíduos com 9–11 anos de estudo e aqueles com 12 anos ou mais, apresentaram 13% (RP = 1,13; IC95%: 1,00–1,27; $p<0,05$) e 39% (RP = 1,39; IC95%: 1,25–1,55; $p<0,001$), mais chances de consumo adequado de AMP em relação aos de menor escolaridade. Não houve associação significativa com idade e cor da pele. A escolaridade mais baixa associou-se ao menor consumo de AMP, refletindo desigualdades sociais que influenciam escolhas alimentares e aumentam o risco de DCNT. Políticas de educação alimentar e de acesso à educação, são essenciais para reduzir essas disparidades.

Palavras-chave: Doenças não transmissíveis; Alimentos Minimamente Processados; Análise de dados secundários; Educação Alimentar e Nutricional.

Associação entre fatores sociodemográficos e o uso de medicamento para Diabetes Mellitus

Henrique Ascari Gonçalves*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Júlia Furtado Pacheco, Sabrina Capra Bertolin, Ana Julia Bressan de Medeiros, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Aline Cristina Vieira de Lima, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: henrique.ascari17@gmail.com

RESUMO

A Diabetes Mellitus (DM) consiste em uma das síndromes metabólicas mais prevalentes do mundo, mesmo com tratamento medicamentoso simples, há muitos doentes que não fazem uso da medicação. À vista disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre fatores sociodemográficos com o uso de medicamentos para DM. Trata-se de estudo transversal de base populacional com 2.826 pessoas diabéticas acima de 18 anos realizado pelo VIGITEL, através de Inquérito Telefônico. Avaliou o sexo (masculino e feminino), escolaridade (de 0 a 8 anos, de 9 a 11 anos e 12 ou mais), idade (18 a 64 anos e 65 anos ou mais) e cor da pele (branca; preta; parda e outros/amarela/indígena) e tratamento medicamentoso para DM (não e sim). A fim de avaliar as associações, utilizou-se a regressão logística. A utilização de medicamento para DM foi relatada por 79,25% da amostra. Os indivíduos com mais de 65 anos apresentaram 2,47 vezes mais chances de utilização de medicamento para DM (OR: 2,47; IC95%: 1,56–3,91). Em relação a escolaridade, indivíduos com doze anos ou mais de estudo relataram a utilização de medicamentos 47% menor em comparação às demais (OR: 0,57; IC95%: 0,34–0,95). Os outros fatores sexo e cor de pele não evidenciaram associação com o desfecho analisado. O estudo demonstra que o principal grupo de risco consiste nos indivíduos com 65 anos ou mais e com escolaridade entre 0 e 8 anos. Estes dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas a esse grupo fragilizado.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Utilização de medicamento; Fatores Sociodemográficos.

Mortalidade por fratura de fêmur em idosos: análise do perfil epidemiológico, Santa Catarina, 2024

Amanda Gasperin Velho*, Gabriela Mezzari Juvencio, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: amanda.gvelho@outlook.com

RESUMO

As fraturas de fêmur são consideradas uma das lesões ortopédicas mais graves e constituem uma das principais causas de morbimortalidade em idosos, associando-se a limitações funcionais, elevado risco de dependência e altos custos hospitalares. O objetivo deste estudo foi descrever o perfil epidemiológico dos óbitos por fraturas de fêmur em Santa Catarina, de acordo com sexo e faixa etária. Trata-se de um estudo descritivo com dados secundários, obtidos do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) por meio da plataforma TabNet/DATASUS, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024. Foram analisados os registros de óbitos decorrentes de fraturas de fêmur classificados no CID-10 S72, estratificados em quatro faixas etárias (50–59, 60–69, 70–79 e 80 anos ou mais) e distribuídos pelo sexo (feminino e masculino). Os resultados evidenciaram um total de 192 óbitos, dos quais 71,9% ocorreram em mulheres e 28,1% em homens. A mortalidade mostrou relação positiva com o avanço da idade, sendo que 3,1% dos óbitos ocorreram entre 50–59 anos, 7,3% entre 60–69 anos, enquanto as faixas de 70–79 anos e 80 anos ou mais concentraram 19,3% e 70,3% dos óbitos, respectivamente. O sexo feminino apresentou predomínio em todas as faixas etárias, destacando-se a de 80 anos ou mais, responsável por 53,6% do total de óbitos, dos quais 77,0% ocorreram em mulheres. Esses achados confirmam a vulnerabilidade das mulheres idosas, possivelmente associada à maior longevidade e queda dos níveis de estrogênio após a menopausa, o que acelera a reabsorção óssea e favorece o desenvolvimento de osteoporose. Conclui-se que as fraturas de fêmur mantêm elevado impacto na mortalidade de idosos, especialmente mulheres com mais de 80 anos, refletindo o impacto do envelhecimento populacional. Esse resultado reforça a necessidade de estratégias de prevenção, diagnóstico precoce da osteoporose e políticas de reabilitação que reduzam complicações, contribuam para a diminuição dos gastos públicos relacionados às fraturas e promovam melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Fratura de fêmur; Mortalidade; Envelhecimento; Osteoporose.

Infarto agudo do miocárdio: análise de internações e taxa de mortalidade em Santa Catarina (2018 - 2024)

Gabriela Mezzari Juvencio*, Amanda Gasperin Velho, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: amanda.gvelho@outlook.com

RESUMO

O infarto agudo do miocárdio (IAM) é uma das principais emergências cardiovasculares, resultante da obstrução do fluxo sanguíneo coronariano. Apesar dos avanços no manejo clínico, permanece como importante problema de saúde pública devido às elevadas taxas de internação e impacto na mortalidade. O objetivo deste estudo foi analisar as internações hospitalares por IAM em adultos residentes em Santa Catarina, no período de 2018 a 2024. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-Sus). Foram incluídas as internações por IAM (CID I21). As taxas de internação foram calculadas pela razão entre o número de casos registrados em cada ano e a população adulta residente no mesmo período, conforme estimativas disponibilizadas pelo DATASUS, sendo expressas por 100.000 habitantes. As taxas foram estratificadas por ano e, adicionalmente, foram analisadas as tendências de mortalidade hospitalar no período, definida como a proporção de óbitos em relação ao número total de internações. Os resultados evidenciaram aumento expressivo das internações por IAM, passando de 5.711 casos em 2018 para 8.045 em 2024. Em contrapartida, houve queda na taxa de mortalidade no mesmo período, passando de 10% para 6,9%. Esses achados sugerem que, embora o número de hospitalizações por IAM esteja em crescimento, possivelmente associado a fatores de risco como sedentarismo, obesidade e hábitos alimentares inadequados, a queda na mortalidade pode refletir melhorias no manejo hospitalar e em protocolos de atendimento. Conclui-se que, em Santa Catarina, entre 2018 e 2024, as internações por infarto agudo do miocárdio apresentaram tendência crescente, enquanto a mortalidade hospitalar apresentou queda. Esse contraste indica avanços no cuidado e manejo hospitalar, embora o aumento das internações reforce a necessidade de fortalecer ações de promoção da saúde e prevenção dos fatores de risco cardiovasculares.

Palavras-chave: Infarto miocárdico; Epidemiologia; Hospitalizações; Mortalidade.

Análise dos Fatores Comportamentais Associados à Utilização de Medicamento para Diabetes Mellitus no Brasil

Júlia Furtado Pacheco*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauzen, Henrique Ascari Gonçalves, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolin, Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: juliapacheco18@hotmail.com

RESUMO

A Diabetes Mellitus (DM), condição multifatorial, é estimada como pandemia pela ascensão de sua prevalência em decorrência dos hábitos de vida. Apesar disso, a adesão ao tratamento é um desafio à saúde pública. Então, o objetivo deste estudo é investigar os fatores comportamentais associados à utilização de medicamentos para DM em indivíduos com a doença no Brasil. Trata-se de estudo transversal com dados do VIGITEL 2023, obtidos por meio de inquérito telefônico com 2.826 adultos das capitais nacionais e Distrito Federal. Foram avaliadas as variáveis utilização de medicamentos para DM (não e sim), inatividade física (não e sim), consumo de alimentos in natura ou minimamente ultraprocessados (não e sim), consumo de alimentos ultraprocessados (não e sim) e obesidade (não e sim). Para avaliar as associações, utilizou-se a regressão logística. A utilização de medicamentos para DM foi relatada por 79,25%. A inatividade física (OR:1,26; IC95%: 0,71–2,20), o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados (OR:1,31; IC95%: 0,84–2,05), o consumo de ultraprocessados (OR:0,60; IC95%: 0,33–1,08) e obesidade (OR:1,37; IC95%: 0,83–2,25) não foram associados com o uso de medicamentos para DM. O estudo demonstra que não houve associação entre as variáveis comportamentais analisadas e o uso de medicamentos para DM.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Adesão à Medicação; Estilo de Vida.

Prevalência de Diagnóstico Combinado de Hipertensão e Diabetes e Fatores Associados

Érica Tassi Frello*, Susana Cararo Confortin, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Ana Julia Bressan de Medeiros, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolin, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: ericatassifrello@unesc.net

RESUMO

Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus são doenças crônicas não transmissíveis de grande relevância no contexto atual de saúde, uma vez que, além de apresentarem fatores de risco em comum, o diagnóstico combinado aumenta a probabilidade de desenvolvimento de complicações sistêmicas. Portanto, o objetivo deste estudo é estimar a prevalência de hipertensão e diabetes concomitantes e identificar fatores relacionados. Trata-se de estudo transversal, utilizando dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico 2023, realizado com moradores acima de 18 anos, das capitais brasileiras e Distrito Federal. O desfecho principal foi “diagnóstico combinado e autorreferido de hipertensão e diabetes”, construído a partir da resposta positiva para as seguintes perguntas: “Algum médico já disse-lhe que o(a) Sr.(a) tem pressão alta?” e “Algum médico já disse-lhe que o(a) Sr.(a) tem diabetes?”. As variáveis independentes foram: sexo (feminino e masculino), idade (18 a 24 anos, 25 a 34 anos, 35 a 44 anos, 45 a 54 anos, 55 a 64 anos, 65 anos ou mais), escolaridade (0 a 8 anos, 9 a 11 anos, 12 anos ou mais) e cor da pele (branca, preta, amarela/indígena, parda). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra foi composta por 21.690 indivíduos, obtendo-se prevalência de diagnóstico combinado de hipertensão e diabetes de 7,8% (IC95%: 6,98–8,73). Notou-se associação direta entre a ocorrência de diagnósticos combinados e a idade dos indivíduos, com aumento progressivo do risco de diagnóstico combinado a partir dos 25 anos, atingindo razão de prevalência de 65,8 (IC95%: 35,37–122,46) entre indivíduos com 65 anos ou mais ($p<0,001$). A escolaridade destacou-se como fator protetor, visto que indivíduos com mais anos de estudo (12 anos ou mais) obtiveram 70% menor risco de diagnóstico combinado das doenças (IRR = 0,30; IC95%: 0,21–0,44). Conclui-se que adultos mais velhos e com menor escolaridade, apresentam maior risco de possuir diagnóstico combinado de hipertensão e diabetes. Tornam-se necessárias estratégias preventivas que considerem fatores sociais e demográficos, com foco especial em grupos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde; Assistência à saúde; Diabetes; Hipertensão.

Prevalência de multimorbidade e fatores associados em adultos brasileiros

Joana Just Vogel*, Susana Cararo Confortin, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolin, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: vogeljoana@gmail.com

RESUMO

As doenças crônicas não transmissíveis constituem um dos principais desafios para a saúde pública. A multimorbidade, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais doenças crônicas, impacta a qualidade de vida, aumenta os custos assistenciais e a complexidade do cuidado. Sua ocorrência está associada a fatores sociodemográficos, refletindo desigualdades em saúde e exigindo análises populacionais que subsidiem políticas públicas. Diante disso, o estudo teve como objetivo avaliar a ocorrência de multimorbidade e seus fatores sociodemográficos associados. Estudo transversal baseado em dados do VIGITEL 2023, abrangendo adultos de 18 anos ou mais, residentes nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. O desfecho multimorbidade foi definido como a presença de duas ou mais doenças crônicas autorreferidas. As variáveis sociodemográficas foram: sexo (masculino; feminino), idade (18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65 anos ou mais), escolaridade (0-8 anos; 9-11 anos; 12 anos ou mais) e cor da pele (branca, preta, parda, amarela/indígena). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (IRR) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra incluiu 21.690 adultos. O perfil sociodemográfico mostrou predominância de mulheres (53,9%), pessoas de cor parda (43,5%) e indivíduos com 9 a 11 anos de escolaridade (41,3%). A faixa etária mais frequente foi de 25 a 34 anos (24,9%). A prevalência de multimorbidade foi de 31,5% (IC95%: 30,0-33,1). Mulheres (vs. homens) apresentaram 8% maior probabilidade de multimorbidade (IRR = 1,08; IC95%: 1,01-1,15). A multimorbidade aumentou progressivamente com a idade, atingindo mais de dez vezes a probabilidade entre idosos de 65 anos ou mais (vs. 18-24 anos) (IRR = 10,23; IC95%: 7,75-13,49). A escolaridade associou-se a menor probabilidade de multimorbidade: 9-11 anos (vs. 0-8 anos) reduziram em 15% a prevalência (IRR = 0,85; IC95%: 0,75-0,96), e 12 anos ou mais (vs. 0-8 anos) em 35% (IRR = 0,65; IC95%: 0,57-0,74). A cor da pele não apresentou associação significativa. A multimorbidade foi mais prevalente entre mulheres, idosos e indivíduos de menor escolaridade, refletindo desigualdades sociodemográficas no adoecimento crônico. Estratégias de prevenção e políticas públicas direcionadas aos grupos mais vulneráveis são fundamentais para reduzir disparidades e fortalecer o cuidado integral em saúde.

Palavras-chave: Multimorbidade; Doenças crônicas; Epidemiologia; Fatores sociodemográficos.

Efeitos de dois protocolos de treinamento resistido na força manual de idosos: um ensaio clínico randomizado

Marcos Paulo Campos Assis*, Isabella Aguiar Cardoso, Priscila Custódio Martins, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Marcio de Farias, Leandro de Oliveira Carpes

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: campos_pro@hotmail.com

RESUMO

Conforme o avanço da idade em idosos, observa-se agravos de fragilidade relacionados à perda de massa muscular (sarcopenia), porém as dificuldades prevalentes podem ter uma relação ainda maior com o déficit de força (dinapenia). Assim teve-se como objetivo comparar dois protocolos de treinamento resistido no parâmetro de força em idosos. Trata-se de um ensaio clínico randomizado, no qual 14 idosos foram aleatoriamente separados em 2 grupos: Grupo de treinamento de Força (GF: n=6, 63 ± 3 anos) e de Potência (GP: n=8, 66 ± 6 anos). A prescrição foi realizada através do teste de uma repetição máxima (1RM), GF executou os exercícios prescritos à 75% de 1RM com a cadência de 2s na contração concêntrica e 3s na excêntrica, enquanto o GP executou à 55% de 1RM com a cadência concêntrica na velocidade máxima e a excêntrica de 3s. Os grupos realizaram a frequência de dois treinos semanais na academia de musculação da UNESC por 6 semanas. Foram realizados duas séries de 8 exercícios (leg press 45°, voador, extensão de joelhos, extensão de cotovelo, flexão plantar, remada, flexão de joelho e flexão de cotovelo) com 1min de descanso entre eles. Foi aplicado o teste de força de preensão manual com um dinamômetro pré e pós. O participante foi orientado a pressionar com sua força máxima, foi anotado o maior valor registrado em quilogramas no equipamento. Análise de equação de estimativa generalizada foi usada para comparar os efeitos principais entre os tempos e os grupos. GF melhorou os valores de força manual (Pré: $31,5 \pm 1,9$ kg, Pós: 34 ± 3 kg; $p = 0,191$), junto do GP (Pré: $31,6 \pm 3,2$ kg, Pós: $37,7 \pm 4,2$ kg; $p < 0,001$). Comparando os grupos, não houve diferença estatística entre eles pré ($0,1 \pm 3,8$ kg $p = 0,974$) e pós ($3,7 \pm 5,2$ kg; $p = 0,471$). Conclui-se que o treinamento de força promoveu melhorias, porém o treinamento de potência demonstrou um efeito estatisticamente significativo. Apesar disso, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, indicando que ambos os protocolos apresentam potencial para manutenção da capacidade de força, mas o treinamento de potência pode ser mais eficaz.

Palavras-chave: Treinamento de Força, Potência, Idosos, Capacidade Funcional, Exercício Físico.

Diabetes Autorreferido e sua Associação Com Fatores Sociodemográficos

Lara Barbosa Damazio*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Ana Julia Bressan de Medeiros, Henrique Ascari Gonçalves, Júlia Furtado Pacheco, Luiza Llantada Coelho, Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: lara_damazio@hotmail.com

RESUMO

O diabetes é uma doença crônica causada pela deficiência ou resistência à insulina, constituindo relevante problema de saúde pública, visto que afeta milhões de pessoas e está associado a complicações graves. O objetivo deste estudo é estimar a prevalência de diabetes e identificar os fatores sociodemográficos associados. Trata-se de estudo transversal com dados do VIGITEL 2023, obtidos por inquérito telefônico com adultos das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Foram analisadas as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo (masculino; feminino), idade (18 a 64 anos; 65 anos ou mais), escolaridade (0 a 8 anos; 9 a 11 anos; 12 anos ou mais) e cor da pele (branca; preta; parda; outras) e presença de diabetes autorreferido (não; sim). Para as associações, utilizou-se regressão logística, com cálculo de odds ratios (OR) com intervalos de confiança de 95%. A amostra foi composta principalmente por mulheres (53,9%), pessoas brancas (38,91%), indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (88,25%) e aqueles com escolaridade de 9 a 11 anos (41,32%). A prevalência de diabetes autorreferida foi de 10,2%. Observou-se que as mulheres apresentaram 25% (OR: 1,25; IC95%: 1,03-1,51) mais chances de ter diabetes em comparação aos homens. Acerca da idade, idosos (65+) tiveram 5,33 (OR: 5,33; IC95%: 4,46-6,36) vezes mais chances de apresentar diabetes em relação aos adultos mais jovens. Quanto à escolaridade, notou-se que indivíduos com 9 a 11 anos de estudo e com 12 anos de estudo ou mais apresentaram, respectivamente, 63% (OR: 0,37; IC95%: 0,30-0,46) e 76% (OR: 0,24; IC95%: 0,19-0,31) menos chances de autorreferir diabetes em comparação àqueles com menor escolaridade. Conclui-se que há associação entre variáveis sociodemográficas e autorreferência de diabetes. Tanto mulheres quanto indivíduos idosos (+65) apresentam maior probabilidade de declarar a doença, enquanto níveis mais elevados de escolaridade exercem efeito protetor, visto que estão associados a menos chances de referir a doença. Diante disso, nota-se a importância de estratégias de prevenção e atenção à saúde direcionadas aos grupos mais vulneráveis, com objetivo de reduzir a incidência e possíveis complicações do diabetes.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Fatores sociodemográficos; Saúde.

Atuação no Cuidado à Saúde da Mulher e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama: Relato de experiência

Carolina Baldissera Wusnieski*, Andréa Cristina Pavei Soares, Maristela Da Luz Nazari, Maria Fernanda De Luca, Samarina Costa, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: karolbw_15@msn.com

RESUMO

O câncer de mama é a principal causa de morte por neoplasia em mulheres. Sua incidência elevada torna-se um problema de saúde pública com impacto social, econômico e emocional. Quando a doença é identificada em estágios iniciais, por meio de estratégias como o autoexame, exame clínico das mamas e, principalmente, a mamografia de rastreamento, o câncer de mama apresenta taxas de cura que podem superar 95%. O diagnóstico precoce reduz significativamente a morbimortalidade, garantindo melhor qualidade de vida para as pacientes. Assim, o objetivo foi relatar a experiência de cuidado e acompanhamento a mulheres com suspeita de câncer de mama na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara, Santa Catarina. A experiência baseou-se no acompanhamento integral das pacientes, estabelecendo fluxo para confirmação diagnóstica em até dez dias. Foi realizada a educação em saúde por meio de orientações sobre autocuidado, autoexame e importância da mamografia. Trabalho em equipe multidisciplinar, envolvendo médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e outros profissionais para um cuidado holístico. Também se buscou mobilização por políticas públicas que ampliem o acesso a exames preventivos precocemente. Acompanho de perto o aumento do número de casos de câncer de mama em pacientes jovens e os desafios enfrentados por elas, desde a suspeita até o tratamento. Essa vivência reforçou a importância da detecção precoce, do suporte emocional e da agilidade no acesso aos exames, fatores que impactam diretamente no prognóstico e na qualidade de vida das pacientes. Destacando a importância do rastreamento com mamografia e a qualificação dos profissionais para identificar casos suspeitos, garantindo que realizam exame físico de qualidade quando a paciente apresenta alguma queixa, e saber fazer os encaminhamentos necessários com os exames de rastreios. A vivência e a experiência na Rede Feminina de Combate ao Câncer fortaleceram o compromisso da equipe com o diagnóstico precoce do câncer de mama. A atuação multidisciplinar e humanizada faz diferença no cuidado.

Palavras-chave: Câncer de mama, Rastreamento; Diagnóstico precoce.

Uso de telas entre adultos brasileiros: Fatores associados a partir do Vigitel 2023

Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen*, Susana Cararo Confortin, Ana Julia Bressan de Medeiros, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Sabrina Capra Bertolin, Sofia de Stefani Milioli, Érica Tassi Frello, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: anaareisdorfer@gmail.com

RESUMO

O uso de telas intensificou-se nas últimas décadas, implicando diretamente na saúde coletiva. A exposição descontrolada reflete mudanças nos padrões de sociabilidade, sedentarismo, declínio cognitivo e risco para distúrbios. Diante disso, objetiva-se descrever a prevalência de tempo de tela entre adultos e fatores associados. Estudo transversal com dados da pesquisa VIGITEL 2023, inquérito telefônico de base populacional conduzido nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, com adultos de 18 anos ou mais. Usou-se o software Stata na análise, aplicando-se os pesos amostrais conforme recomendação do VIGITEL. O desfecho principal foi “uso de telas”, construído a partir da pergunta: “Em média, quantas horas do seu tempo livre (excluindo o trabalho), este uso do computador/tablet/celular ocupa por dia?”. As variáveis independentes foram: sexo (feminino; masculino), idade em anos (18-24; 25-34; 35-44; 45-54; 55-64; igual ou maior do que 65), escolaridade em anos (0-8; 9-11; igual ou maior do que 12) e cor da pele (branca; preta; amarela/indígena; parda). Para estimar associações, aplicou-se regressão logística, calculando risco relativo (IRR) com intervalos de confiança de 95%. Amostra composta por 21.690 indivíduos, sendo 53,9% de mulheres, 24,9% com idade entre 25 e 34 anos, 41,3% com escolaridade entre 9 e 11 anos e 43,5% de pardos. A prevalência de uso de telas superior a duas horas por dia foi aproximadamente 59% (IC95%: 57,32-60,60). Na análise bruta, o tempo de tela mostrou-se inversamente associado à idade ($p<0,001$), com menor prevalência nas faixas etárias mais avançadas. Em comparação com o grupo de 18-24 anos, IRRs foram: 25-34 (0,71), 35-44 (0,59), 45-54 (0,50), 55-64 (0,42), e 65 anos ou mais (0,28), todos com significância estatística. A escolaridade foi significativamente associada ao maior tempo de tela ($p=0,002$), especialmente entre os indivíduos com 12 anos ou mais de estudo (IRR: 1,19; IC95%: 1,06-1,33). Não houve associação significativa entre sexo, cor da pele e uso de telas. Resultados indicam alta prevalência de tempo de tela elevado na população, com maior ocorrência entre indivíduos mais jovens e com maior escolaridade. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas e ações educativas voltadas para uso consciente de telas, prevenindo agravos relacionados ao sedentarismo.

Palavras-chave: Comportamento sedentário; Saúde coletiva; Determinantes sociais da saúde; Estilo de vida; Promoção da saúde.

Aumento de casos de câncer de mama em pacientes mais jovens: Relato de experiência

Carolina Baldissera Wusnieski*, Andréa Cristina Pavei Soares, Maristela Da Luz Nazari, Maria Fernanda De Luca, Samarina Costa, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: karolbw_15@msn.com

RESUMO

O câncer de mama é a principal causa de morte por neoplasia em mulheres. Sua incidência elevada torna-se um problema de saúde pública com impacto social, econômico e emocional. Quando a doença é identificada em estágios iniciais, por meio de estratégias como o autoexame, exame clínico das mamas e, principalmente, a mamografia de rastreamento, o câncer de mama apresenta taxas de cura que podem superar 95%. O objetivo deste resumo é avaliar o aumento de casos de câncer de mama em pacientes mais jovens na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara. Os dados coletados foram referentes as pacientes atendidas na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara, Santa Catarina, com resultado positivo para o câncer de mama. Identificou-se o aumento de casos de câncer de mama em mulheres jovens (30 a 49 anos), reforçando a necessidade de rastreamento mamográfico. Ainda, nessa instituição também houve crescimento de 42% nos casos de câncer de mama em mulheres na faixa dos 40-49 anos de 2021 a 2024, evidenciando a urgência de ações preventivas e atuação multiprofissional. Essa vivência reforçou a importância da detecção precoce, do suporte emocional e da agilidade no acesso aos exames, fatores que impactam diretamente no prognóstico e na qualidade de vida das pacientes. Destacando a importância do rastreamento com mamografia e a qualificação dos profissionais para identificar casos suspeitos. Eles precisam estar preparados para garantir exame físico de qualidade, ouvir as pacientes referentes suas queixas e saber fazer os encaminhamentos necessários. A vivência e a experiência na Rede Feminina de Combate ao Câncer fortaleceram o compromisso em lutar por políticas públicas com o foco no diagnóstico precoce do câncer de mama em pacientes mais jovens. Bem como, ressaltar a importância da atuação multidisciplinar e humanizada faz diferença no cuidado.

Palavras-chave: Câncer de mama; Rastreamento; Diagnóstico precoce.

Prevalência e Fatores Associados ao Fumo Passivo em Domicílios Brasileiros - Dados do VIGITEL, 2023

Sabrina Capra Bertolin*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Ana Julia Bressan de Medeiros, Érica Tassi Frello, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Manuela Margutte Garcia, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: sabrinabertolin@unesc.net

RESUMO

A exposição ao fumo passivo refere-se à inalação involuntária da fumaça proveniente de produtos derivados do tabaco por indivíduos não fumantes que convivem com fumantes em ambientes fechados. Trata-se de importante problema de saúde pública, uma vez que o fumo passivo está associado a doenças cardiovasculares, respiratórias e diversos tipos de câncer, mesmo em baixas concentrações, representando risco involuntário e persistente ao bem-estar da população. Este estudo teve como objetivo estimar a prevalência de tabagismo passivo no domicílio e analisar fatores sociodemográficos associados. Trata-se de estudo transversal com dados do sistema de vigilância telefônica VIGITEL 2023, que inclui adultos das capitais e do Distrito Federal, com amostra de 21.690 entrevistados. A variável desfecho foi a exposição ao tabagismo passivo no domicílio, e as variáveis independentes incluíram sexo (masculino; feminino), idade (18 a 64 anos; 65 anos ou mais), cor da pele (branca; preta; parda; outros/amarela/indígena) e escolaridade (de 0 a 8 anos; de 9 a 11 anos; 12 ou mais). Realizou-se análise descritiva das variáveis sociodemográficas e regressão logística para estimar razões de chance (OR). Na análise, a prevalência de exposição ao tabagismo passivo no domicílio foi de 6,39%. Em relação às variáveis sociodemográficas sexo (OR: 1,06; IC95%: 0,82–1,38), idade (OR: 0,80; IC95%: 0,61–1,07), cor da pele (OR: 1,22; IC95%: 0,78–1,92 para preta; OR: 1,19; IC95%: 0,71–2,01 para outros/amarela/indígena; OR: 0,95; IC95%: 0,72–1,24 para parda); e escolaridade (OR: 1,16; IC95%: 0,86–1,57 para 9 a 11 anos; OR: 0,96; IC95%: 0,70–1,32 para 12 anos ou mais), não apresentaram associação significativa com a exposição ao fumo passivo no domicílio. Conclui-se que, os dados não evidenciam associação entre as variáveis sociodemográficas e a exposição ao fumo passivo no domicílio. Isso sugere necessidade de pesquisas e políticas públicas em outras dimensões da exposição e de estratégias de intervenção que abordem o tabagismo em domicílios brasileiros, uma vez que os riscos não se restringem a grupos específicos.

Palavras-chave: Fumo passivo; Tabagismo; Determinantes Sociais da Saúde; Fatores Sociodemográficos .

Atividade Física e Associação com Fatores Sociodemográficos na População Brasileira

Sofia de Stefani Milioli*, Susana Cararo Confortin, Maria Laura da Silva Geremias, Ana Julia Bressan de Medeiros, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolim, Érica Tassi Frello, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: sofiadesmilioli@gmail.com

RESUMO

A prática regular de atividade física desempenha papel fundamental na promoção da saúde e da qualidade de vida, sendo fortemente associada a fatores sociodemográficos. Esse estudo teve como objetivo avaliar a frequência da prática de atividade física e identificar fatores associados na população adulta. Trata-se de estudo transversal realizado com dados do VIGITEL 2023, inquérito telefônico de base populacional conduzido nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. O desfecho da prática regular de atividade física, foi definido como a realização de pelo menos 150 minutos semanais de atividade de intensidade moderada no tempo livre. As variáveis sociodemográficas analisadas foram sexo (feminino e masculino), idade (18 a 24 anos; 25 a 34 anos; 35 a 44 anos; 45 a 54 anos; 55 a 64 anos; 65 anos ou mais), cor da pele (branca, preta, amarela/indígena, parda) e escolaridade (0 a 8 anos; 9 a 11 anos; 12 anos ou mais). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (IRR) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra incluiu principalmente mulheres (53,9%), de cor de pele branca (38,91%) e com escolaridade de 9 a 11 anos (41,32%). A prevalência da prática regular de atividade física foi de 36,28% (IC95%: 34,79–37,80). Observou-se que o sexo feminino apresentou menor razão de prevalência de atividade física em comparação ao masculino (IRR: 0,81; IC95%: 0,76–0,87; $p<0,001$). A idade esteve inversamente associada à prática de atividade física ($p<0,001$), com redução progressiva do IRR conforme o avanço da faixa etária: 25–34 anos (IRR: 0,80), 35–44 anos (IRR: 0,68), 45–54 anos (IRR: 0,64), 55–64 anos (IRR: 0,55) e 65 anos ou mais (IRR: 0,40), todas associações estatisticamente significativas. A cor da pele não apresentou associação estatisticamente significativa com a prática de atividade física ($p = 0,246$). Os achados indicam uma elevada prevalência de inatividade física na população analisada, com maior ocorrência entre mulheres e indivíduos de faixas etárias mais avançadas. A prática de atividade física mostrou-se inversamente associada à idade, evidenciando a necessidade de estratégias específicas para promoção da atividade física entre idosos e grupos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Atividade física; Inatividade física; Fatores sociodemográficos.

Consumo Elevado de Ultraprocessados e Determinantes Sociais de Saúde

Aline Cristina Vieira*, Susana Cararo Confortin, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Sabrina Capra Bertolin, Érica Tassi Frezzo, Thalita Aprato Tristão, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: alineedelima01@gmail.com

RESUMO

O consumo elevado de alimentos ultraprocessados representa risco à saúde, estando associado ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Essa relação é influenciada por determinantes sociais de saúde, que impactam diretamente o acesso, a disponibilidade e as escolhas alimentares da população. O estudo teve como objetivo estimar a prevalência do consumo de ultraprocessados e analisar sua associação com determinantes sociais de saúde. Trata-se de estudo transversal utilizando dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) 2023, obtidos por inquérito telefônico com adultos das capitais brasileiras. Para análise, incluíram-se variáveis sociodemográficas: sexo (masculino, feminino), idade (18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64 e 65 ou mais), escolaridade (anos completos) e cor da pele (branca, preta, amarela/indígena ou parda). O consumo elevado foi avaliado pela frequência semanal de nove grupos de alimentos industrializados, classificando os indivíduos em quartis, sendo o 4º quartil considerado elevado. Estimaram-se proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra incluiu 21.690 indivíduos, principalmente mulheres (53,9%), de cor branca (38,9%) e com escolaridade de 9 a 11 anos (41,3%). A prevalência do consumo elevado de ultraprocessados foi de 44,4% (IC95% 42,9 – 45,8). Na análise, verificou-se que o sexo feminino apresentou 13% menos risco de consumo elevado em relação ao masculino (IRR: 0,87; IC95%: 0,82 - 0,92). A idade foi fator protetor, com indivíduos de 65 anos ou mais apresentando 79% menor risco em comparação aos mais jovens (IRR: 0,21; IC95%: 0,18 – 0,25). Quanto à escolaridade, aqueles com 12 anos ou mais de estudo tiveram 34% menor risco em relação aos de menor escolaridade (IRR: 0,66; IC95%: 0,59 – 0,74). Não houve associação significativa com cor da pele. Conclui-se que o consumo elevado de ultraprocessados é mais prevalente entre adultos jovens, sendo idade e escolaridade fatores protetores. Esses achados evidenciam desigualdades sociais no padrão alimentar, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à promoção da alimentação saudável, redução do consumo e promoção da equidade em saúde.

Palavras-chave: Ultraprocessados; Equidade; Saúde.

Sonolência Diurna Excessiva e Episódio Depressivo Maior em adultos: ELSA-Brasil

Luiza Llantada Coelho*, Luciano Ferreira Drager, Isabela M. Bensenor, Vandrine Meneghini, João Vinicius Debiasi Canarin, Wilson Guilherme Nunes Rosa Junior, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: luiza73llc@unesc.net

RESUMO

A sonolência diurna excessiva é caracterizada pela dificuldade de permanecer acordado ou vigilante durante o dia, decorrente de má qualidade ou baixa duração do sono. Ainda, a qualidade do sono está relacionada à manutenção de diversas funções orgânicas e, consequentemente, ao bem-estar individual. O episódio depressivo maior se manifesta principalmente por humor deprimido e/ou anedonia, podendo ser episódio único ou recorrente e, se não tratado, durar em média 3 meses. Este estudo objetiva analisar a associação entre sonolência diurna excessiva e episódio depressivo maior. Trata-se de um estudo transversal, conduzido com os dados da linha de base do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), realizado em São Paulo entre os anos de 2008 e 2010. A coleta foi realizada por meio de questionários aplicados mediante entrevistas face a face por entrevistadores treinados. Foram avaliadas a sonolência diurna excessiva (não e sim) e o variável de desfecho episódio depressivo maior (não; sim). As variáveis de confusão identificadas por meio de gráfico acíclico direcionado (DAG) foram: idade, sexo, renda, escolaridade, estado civil, desemprego, tabagismo, consumo de álcool, consumo de frutas, obesidade, uso de antidepressivos. A regressão logística bruta e ajustada foi realizada por meio do programa Stata 14.0, foi utilizada para avaliar a associação. A maioria dos avaliados foram do sexo feminino (57,62%), com idade média de 49,61($\pm 8,52$). Evidenciou-se prevalência de sonolência diurna excessiva em 37,55% da população e episódio depressivo maior em 4,18%. Na análise bruta, houve associação entre sonolência diurna excessiva com episódio depressivo maior (OR: 2,79; IC95%: 1,79-4,36). Na análise ajustada, os indivíduos que apresentaram sonolência diurna excessiva tiveram 1,72 (OR: 2,72; IC95%: 1,64-4,50) vezes mais chances de ter episódio depressivo maior quando comparado aos que não apresentaram. Conclui-se que a sonolência diurna excessiva está associada com maiores chances de episódio depressivo maior, sugerindo que o sono não suficientemente regenerativo propicia o desenvolvimento de episódio depressivo. Assim, ressalta-se a importância de ter boa noite de sono para a manutenção da saúde mental.

Palavras-chave: Depressão; Qualidade do Sono; Sonolência; Saúde.

Prevalência de menopausa e do uso de Terapia de Reposição Hormonal em mulheres participantes do estudo ELSA-Brasil

Luiza Llantada Coelho, Luciano Ferreira Drager, Isabela M. Bensenor, Vandrine Meneghini, João Vinicius Debiasi Canarin, Wilson Guilherme Nunes Rosa Junior, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: luiza73llc@unesc.net

RESUMO

A queda dos hormônios femininos (estrogênio e progesterona) traz impactos na vida da mulher durante o climatério e pós-menopausa, como declínio cognitivo, ondas de calor, ressecamento vaginal, cansaço, ganho de peso, entre outros. Assim, a terapia de reposição hormonal (TRH) pode ser ferramenta aliada neste momento. Este estudo objetiva descrever a prevalência de menopausa e uso de TRH em mulheres. Trata-se de estudo transversal realizado com mulheres participantes da linha de base do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), realizado em São Paulo entre os anos de 2008 e 2010. A coleta foi realizada através de questionários aplicados por entrevistadores treinados. A menopausa (amenorreia por período mínimo de 12 meses) foi avaliada por meio das variáveis: “ainda menstrua” (não; sim); “há quanto tempo parou de menstruar” (menos de 6 meses, entre 6 meses e 1 ano, mais de 1 ano) e “menopausa natural” (não; sim). A TRH foi avaliada por meio das variáveis: “já usou hormônios para menopausa/osteoporose/etc.” (não; sim) e “usa hormônios para menopausa/osteoporose/etc. atualmente” (não; sim). Foi feita análise descritiva dos dados utilizando-se o programa Stata 14.0. Os resultados evidenciam que, das 2.728 mulheres avaliadas (média idade: $51,3 \pm 8,7$), 56,84% ($n=1.550$) relataram não menstruarem. Destas, 3,81% referiram não menstruar há menos de 6 meses, 6,39% entre 6 meses e um ano e 89,9% há mais de um ano (menopausa), sendo 99,9% ocorrida de forma natural. Das mulheres entrevistadas, 23,99% ($n=653$) relataram já ter usado hormônio para menopausa, destas, apenas 28,53% usam estes hormônios atualmente. Conclui-se que, neste estudo, a prevalência de mulheres em menopausa é alta e que quase a totalidade delas entrou em amenorreia por decaimento fisiológico da função ovariana. Apesar disso, a prevalência do uso prévio de TRH na amostra é baixa, assim como da continuidade atual do uso, demonstrando baixa aderência a este tipo de tratamento por esta população. Ressalta-se a importância do acesso a acompanhamento por profissionais de saúde qualificados neste período, para avaliação individualizada dos sintomas e do risco benefício do início de TRH.

Palavras-chave: Menopausa; Terapia de Reposição Hormonal; Saúde Coletiva; Saúde da Mulher.

Desigualdades inscritas nos corpos: vulnerabilidade, silêncios e interseccionalidades da saúde

Eduarda Rezin*, Yasmim Fabris Colonetti, Fabiane Ferraz, Jacks Soratto, Cristiane Damiani Tomasi

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: eduardaresin@unesc.net

RESUMO

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como eixo a Atenção Primária à Saúde (APS) que atua como porta de entrada, coordenadora do cuidado e articuladora das redes. Caracteriza-se por ampliar autonomia, incentivar a participação social e transformar condições de vida. Persistem, entretanto, fragilidades sociais que comprometem o acesso e o cuidado, afetando as minorias. O objetivo do estudo é analisar como os profissionais de saúde narram os desafios estruturais da APS no enfrentamento das desigualdades sociais. O método de pesquisa adotou abordagem qualitativa e contou com a participação 14 profissionais de nível superior de um município do sul de Santa Catarina. Os dados foram coletados em entrevistas presenciais semiestruturadas, gravadas com autorização, e analisados pela abordagem narrativa temática, em que parte da compreensão se caracterizada pela produção de sentidos em contextos sociais, históricos e culturais. A investigação temática identificou diferentes dimensões nas narrativas dos profissionais, no entanto, este recorte concentra-se no reflexo da desigualdade social nos corpos e trajetórias de vida que vão além do acesso a serviços. Vulnerabilidades sociais e econômicas, educação precária e desemprego se traduzem em restrições de hábitos de cuidado e se manifestam em doenças crônicas, na saúde mental, mortalidade e, especialmente, problemas na saúde bucal. Observou-se que a percepção da desigualdade varia conforme a região e o papel dos profissionais, sendo reconhecidos pobreza e nível de escolaridade como elementos centrais da vulnerabilidade. Contudo, a escassa menção sobre raça e gênero revela falta de percepção social, uma vez que estudos mostram variações nos sintomas de depressão entre brancos e negros, e que o racismo estrutural é a raiz das injustiças observadas na mortalidade, confirmando que a omissão pelos profissionais aponta uma invisibilidade seletiva que corrobora com a neutralização das desigualdades. Identificou-se a necessidade de ações afirmativas e interseccionais contra o racismo, a desigualdade de gênero e outras vulnerabilidades, assim como de uma melhor comunicação com as ciências sociais. Concluiu-se que enfrentar essas fragilidades requer não apenas reconhecê-las e garantir o acesso a serviços, mas também compreender as condições estruturais da existência, a fim de avançar em direção à equidade.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Determinantes sociais da saúde; Vulnerabilidades.

Vínculo, criatividade e cuidado: o dia a dia da Promoção da Saúde

Yasmim Fabris Colonetti*, Cristiane Damiani Tomasi, Fabiane Ferraz, Jacks Soratto

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: yasmimfcolonetti@hotmail.com

RESUMO

Este estudo teve como finalidade analisar como a promoção da saúde é desenvolvida no contexto da Atenção Primária à Saúde em um município de pequeno porte, identificando desafios, estratégias e articulação com as políticas públicas. Foi realizada um estudo qualitativo com 14 profissionais atuantes em Unidades de Saúde, utilizando entrevistas gravadas, semiestruturadas, individuais e presenciais, conduzidas pela pesquisadora principal com apoio da orientadora. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temático. Os resultados apontaram que a Atenção Primária enfrenta desafios estruturais e organizacionais que dificultam a efetivação das ações de promoção da saúde. Apesar dessas limitações, os profissionais demonstram empenho em desenvolver estratégias cotidianas voltadas ao cuidado integral, ressaltando a centralidade dos recursos humanos como elemento essencial para a realização das práticas, em detrimento dos recursos financeiros. Observa-se, entretanto, uma discrepância entre discurso e prática: ainda que as equipes relatem promover ações de saúde, persistem lacunas em áreas como saúde do idoso, ISTs, saúde sexual e reprodutiva, uso de drogas e autocuidado em doenças crônicas. Essas fragilidades evidenciam a baixa operacionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) na Atenção Primária, reforçando a necessidade de maior apoio institucional e de processos de educação permanente. No cotidiano, a promoção da saúde é concretizada principalmente por meio de estratégias educativas coletivas, divulgação de informações em mídias sociais e atuação dos Agentes Comunitários de Saúde. Nesse cenário, a criatividade se mostra uma ferramenta para adaptação às especificidades territoriais e individuais. Outro aspecto refere-se ao vínculo entre profissionais e usuários, compreendido como elemento estruturante da longitudinalidade do cuidado e reconhecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) como base para continuidade, acolhimento e corresponsabilidade. Esse vínculo fortalece a confiança, o sentimento de pertencimento e a qualidade do cuidado ofertado. Dessa forma, a efetividade da Promoção da Saúde na Atenção Primária depende da valorização dos recursos humanos, da criatividade das equipes, do fortalecimento do vínculo com os usuários e da articulação intersetorial. Esses fatores favorecem práticas equitativas, resolutivas e humanizadas, fundamentais para consolidar a Atenção Primária como coordenadora do cuidado.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Sistema Único de Saúde.

Associação entre comorbidades, inflamação e sintomas neuropsiquiátricos em indivíduos pós-COVID-19

Larissa C Pereira*, Filipi Back, Lucas C. Pedro, Flávia S. Niero, Gabriel S. Mondo, Zuleide Maria Ignácio, Luciane B. Ceretta, Amanda L. Maciel, Gislaine Z. Réus

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: larissacristinepereira@unesc.net

RESUMO

Níveis elevados de marcadores inflamatórios séricos estão associados à piora de sintomas neuropsiquiátricos. Esse processo tende a ser mais intenso em indivíduos com comorbidades pré-existentes, uma vez que essas condições já estão relacionadas a um estado inflamatório crônico, o qual pode ser agravado por infecções virais agudas, como a COVID-19. Este estudo teve como objetivo associar a presença de obesidade, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e níveis elevados de PCR com estresse, e sintomas ansiosos e depressivos em indivíduos previamente infectados por COVID-19. Foi realizado um estudo transversal com 350 indivíduos, sendo 114 pós-COVID-19 e 236 sem diagnóstico prévio de COVID-19 (grupo controle). Os dados clínicos foram coletados por autorrelato, enquanto a saúde mental foi avaliada por escalas padronizadas de estresse, depressão e ansiedade. A proteína C reativa ultrassensível (PCR) foi quantificada no plasma por meio do ensaio imunoturbidimétrico ultrassensível. A análise estatística incluiu testes não paramétricos e correlação de Spearman. As variáveis sociodemográficas não diferiram significativamente entre os grupos. A presença de comorbidades foi significativamente maior entre os pós-COVID-19, incluindo obesidade (17,9%; $p=0,044$), diabetes (13,3%; $p<0,01$) e hipertensão (22,1%; $p=0,024$). Os níveis séricos de PCR foram mais elevados nos pós-COVID-19 (1,72 [0,77–4,14] mg/dL; $p=0,014$) e foram mais altos em todas as comorbidades estudadas. Quanto à saúde mental, indivíduos pós-COVID-19 apresentaram níveis mais altos de estresse ($p=0,02$) e sintomas depressivos mais severos ($p=0,034$) em comparação com o grupo controle. Além disso, hipertensos e obesos demonstraram aumento de estresse ($p=0,012$; $p=0,004$), depressão ($p<0,001$; $p=0,027$) e ansiedade ($p=0,004$; $p=0,013$), enquanto o diabetes mellitus não se associou significativamente aos sintomas emocionais. Os resultados apontam que indivíduos com comorbidades preexistentes, além de apresentarem níveis mais elevados de inflamação sistêmica, apresentaram maior prevalência no grupo pós-COVID-19. Observou-se que a elevação da PCR, quando associada a essas condições clínicas, potencializa o risco de agravamento de sintomas neuropsiquiátricos, como estresse, ansiedade e depressão. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias integradas de cuidado, ressaltando a importância da inter-relação entre o bem-estar físico e a saúde mental.

Palavras-chave: Comorbidade; Inflamação; COVID-19; Saúde mental.

Associação entre risco social e o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e de alimentos ultraprocessados em gestantes

Maria Fernanda Bazilio Antunes*, Fernanda de Oliveira Meller, Micaela Rabelo Quadra, Leonardo Pozza dos Santos, Caroline dos Santos Costa, Gabriela Evaldt Espíndola, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Maria Vitória Rodrigues Teixeira, Antônio Augusto Schäfer

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: mariafernandabaz2002@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as desigualdades sociais no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e ultraprocessados (AUP) em gestantes no sul do Brasil. Trata-se de um estudo transversal, conduzido entre abril e dezembro de 2022, com gestantes de 18 anos ou mais, no terceiro trimestre de gravidez, que faziam pré-natal na atenção primária à saúde de Criciúma (SC). Os desfechos foram o baixo consumo (menor ou igual a três itens) de alimentos in natura ou minimamente processados e o consumo elevado (maior ou igual a seis itens) de AUP no dia anterior à entrevista. A exposição analisada foi o risco social, criado a partir das variáveis: cor da pele, renda e escolaridade. Para avaliar a associação entre risco social e o consumo de alimentos, foi utilizado o Diagrama de Venn e regressão de Poisson ajustada para idade. Foram estudadas 428 gestantes. O baixo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados esteve presente em 35% delas, enquanto 13,8% apresentaram consumo elevado de AUP. Gestantes com maior risco social (menor renda, menor escolaridade e mulheres negras ou pardas) tiveram maior prevalência de consumo de alimentos AUP (29,4%), enquanto aquelas em menor risco social (maior renda, maior escolaridade e brancas) apresentaram uma menor prevalência (8,2%). Não houve diferença significativa no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados de acordo com o risco social. Porém, gestantes com menor renda e menor escolaridade apresentaram, isoladamente, uma prevalência 1,8 vez maior para o baixo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados. Desse modo, é importante promover o acesso a uma alimentação saudável para a saúde materno-infantil, por meio de políticas públicas que considerem essas disparidades.

Palavras-chave: Fatores socioeconômicos; Alimentos ultraprocessados; Gravidez; Estudos transversais.

Rastreamento do Câncer do Colo do Útero: Cobertura e Equidade

Poliana Silveira da Silva Gonçalves*, Susana Cararo Confortin, Luiza Llantada Coelho, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Henrique Ascari Gonçalves, Manuela Margutte Garcia, Sabrina Capra Bertolin, Érica Tassi Frelo, Vanessa Irribarem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: obs.poliana@gmail.com

O câncer do colo do útero é a quarta causa de câncer no mundo e a terceira no Brasil. Sua principal etiologia é a infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV), sendo o exame citopatológico (Papanicolau) a principal estratégia de rastreamento. O objetivo deste estudo foi analisar a realização do exame de citologia oncológica e seus fatores associados. Trata-se de um estudo transversal que utilizou dados do VIGITEL 2023, inquérito telefônico realizado nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Foram incluídas mulheres de 25 a 64 anos ($n = 9010$), faixa etária recomendada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde. O desfecho foi a realização do exame (sim/não), e as variáveis independentes foram idade, escolaridade e cor da pele. Todas as análises foram ponderadas conforme o protocolo do VIGITEL 2023. Estimaram-se proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta, utilizando o software Stata 17. A prevalência de realização do exame citopatológico foi de 84,29% (IC95%: 82,38–85,99). Mulheres de 25 a 34 anos apresentaram 16% maior prevalência de realização do exame em comparação às de 55 a 64 anos ($RP = 0,84$; IC95%: 0,81–0,87). Quanto à escolaridade, aquelas com 9 a 11 anos de estudo apresentaram prevalência 6% maior do que mulheres com até 8 anos ($RP = 1,06$; IC95%: 1,02–1,10). Em relação à cor da pele, mulheres pretas apresentaram maior prevalência de realização do exame em comparação às brancas ($RP = 1,09$; IC95%: 1,02–1,16). Conclui-se que, apesar da elevada cobertura geral do exame citopatológico, persistem desigualdades segundo idade, escolaridade e cor da pele. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas que reduzam barreiras e ampliem a equidade no rastreamento do câncer do colo do útero.

Palavras-chave: Rastreamento em Massa; Neoplasias do Colo do Útero; Saúde da Mulher.

Fatores associados às práticas de alimentação infantil nos primeiros seis meses de idade: um estudo transversal

Milene Diniz Paulucio*, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: milenedinizp@gmail.com

RESUMO

A amamentação é fundamental para a saúde da mulher e da criança. Apesar dos benefícios conhecidos, menos de 50% das crianças recebem leite materno exclusivamente até os seis meses. O aleitamento reduz custos, promove o bem-estar infantil e é acessível à maioria da população, sendo uma prática democrática e eficaz. Entretanto, muitos fatores podem prejudicar a sua exclusividade e continuação. O presente estudo objetiva descrever a prevalência da amamentação entre mulheres residentes em uma capital brasileira e sua associação com o apoio e experiências de violências. Este é um estudo de base populacional, com análise descritiva, realizado em 2022. Foram incluídas mulheres com mais de 18 anos que tiveram parceiro íntimo nos últimos 24 meses, com pelo menos um filho. O recorte transversal utilizou dados de participantes com relação ao tipo de alimentação ofertada a seus filhos nos primeiros seis meses de vida, sendo considerados o aleitamento materno infantil (AME), leite materno e outros alimentos e fórmula infantil e outros alimentos. Os dados foram coletados via Redcap e analisados no Stata® 14.0. As variáveis incluídas foram: aspectos sociodemográficos e saúde/comportamentais da mulher, experiências de violências na infância e presença de rede de apoio à amamentação. O desfecho foi dicotomizado em aleitamento materno ou não (sim ou não). A análise bivariada empregou o teste Qui-quadrado de Pearson, seguida pela Regressão de Poisson com variância robusta na análise multivariada, sendo considerado o p-valor <0,05 para significância estatística. Ao todo, 832 mulheres participaram do estudo. Desse total, 56,9% (n=473) amamentaram exclusivamente seus filhos nos primeiros seis meses de vida. Na análise, as mulheres que tiveram algum suporte durante o período de aleitamento materno tiveram uma prevalência 6% maior quando comparadas às sem apoio, ao passo que mães que não foram expostas à negligência emocional na infância tiveram uma prevalência 7% maior de aleitamento materno na vida adulta. Diante dos achados, a presença de uma rede de apoio é crucial para a continuidade da amamentação, mas experiências de violências podem ser prejudiciais nesse processo. É imprescindível prevenir as violências em todos os ciclos de vida, de modo a contribuir para a saúde materno infantil.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Experiências adversas da infância; Apoio familiar; Violência contra a mulher; Violência por Parceiro Íntimo.

Hipertensão Arterial Autorreferida: Distribuição Sociodemográfica

Ana Julia Bressan de Medeiros*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: anajubm35@gmail.com

RESUMO

A hipertensão arterial constitui um dos principais problemas de saúde pública, responsável por elevada morbimortalidade e fortemente associada a fatores sociodemográficos. Este estudo teve como objetivo descrever a prevalência de hipertensão arterial autorreferida e identificar associações segundo variáveis sociodemográficas em adultos brasileiros. Trata-se de estudo transversal realizado com dados do VIGITEL 2023, inquérito telefônico de base populacional conduzido nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Foram analisadas variáveis sociodemográficas: sexo (masculino; feminino), idade (18 a 64 anos; maior ou igual a 65), escolaridade (0 a 8 anos; 9 a 11 anos; 12 anos ou mais) e cor da pele (branca; preta; parda; amarela ou indígena), além da prevalência de hipertensão arterial autorreferida. Para estimar associações, aplicou-se regressão logística, calculando odds ratio (OR). A amostra incluiu 21.960 adultos com 18 anos ou mais, sendo 53,9% mulheres, com predomínio de escolaridade entre 9 e 11 anos (41,3%). A prevalência de hipertensão arterial foi de 27,9% (IC95%: 26,7 – 29,2). Em relação ao sexo, as mulheres apresentaram maior chance de autorreferir hipertensão em comparação aos homens (OR: 1,15; IC95%: 1,01 – 1,32). Quanto à idade, indivíduos com 65 anos ou mais tiveram 6,25 vezes mais chance de hipertensão em relação aos de 18 a 64 anos (OR: 6,25; IC95%: 5,42 – 7,22). Quanto à escolaridade, aqueles com 9 a 11 anos (OR: 0,39; IC95%: 0,33 – 0,46) e com 12 ou mais (OR: 0,28; IC95%: 0,24 – 0,34) apresentaram menores chances de hipertensão em comparação aos indivíduos com até 8 anos de estudo. Já a cor da pele não apresentou associação significativa, sendo que indivíduos de cor preta tiveram OR: 1,18 (IC95%: 0,94 – 1,48) em comparação aos de cor branca. Esses achados evidenciam desigualdades na ocorrência da hipertensão arterial, associadas principalmente ao sexo feminino, ao envelhecimento e ao menor nível educacional. Conclui-se que a hipertensão arterial apresenta distribuição desigual entre grupos populacionais, destacando a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso ao cuidado, promovam equidade e atuem na prevenção, especialmente entre os indivíduos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Hipertensão; Fatores socioeconômicos; Educação em saúde; Acesso aos serviços de saúde; Inquéritos epidemiológicos.

Diagnóstico Combinado de Hipertensão e Diabetes: Prevalência e Fatores Comportamentais Associados

Ana Julia Bressan de Medeiros*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Aline Cristina Vieira de Lima, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: anajubm35@gmail.com

RESUMO

A hipertensão arterial e a obesidade figuram entre os principais fatores de risco cardiovascular e frequentemente coexistem, potencializando impactos na saúde pública. Identificar comportamentos associados a esse diagnóstico combinado é essencial para orientar estratégias de prevenção e manejo. O presente estudo teve como objetivo investigar a prevalência de diagnóstico combinado de hipertensão arterial (HAS) e obesidade e analisar fatores comportamentais relacionados. Trata-se de estudo transversal com dados do VIGITEL 2023, inquérito telefônico nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Foram analisadas variáveis comportamentais: prática de atividade física (ativo e inativo), consumo de alimentos in natura e minimamente processados (alto e baixo, definido alto como ingestão igual ou superior à mediana populacional) e consumo de ultraprocessados (alto e baixo, mesmo critério). O desfecho foi a presença simultânea de diagnóstico autorreferido de hipertensão e de obesidade (índice de massa corporal maior ou igual a 30 kg/m², calculado a partir de peso e altura autorreferidos). As associações foram estimadas por regressão logística. A amostra incluiu 21.690 adultos de 18 anos ou mais, 53,9% mulheres, com predominância de escolaridade entre 9 e 11 anos (41,3%). A prevalência do diagnóstico combinado de hipertensão e obesidade foi de 10,0% (IC95%: 9,1 - 10,9). Inatividade física associou-se ao desfecho (OR 1,85; IC95%: 1,45 - 2,36). O consumo de alimentos in natura e minimamente processados não se associou ao desfecho (OR 0,93; IC95%: 0,75 - 1,16). Já o baixo consumo de ultraprocessados mostrou efeito protetor (OR 0,64; IC95%: 0,48 - 0,85). Conclui-se que o diagnóstico combinado de hipertensão arterial e obesidade está associado à inatividade física e ao consumo elevado de ultraprocessados, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a atividade física e reduzam o consumo de ultraprocessados como estratégias centrais de prevenção cardiovascular.

Palavras-chave: Hipertensão; Obesidade; Comportamento sedentário; Fatores de risco; Inquéritos epidemiológicos.

A Governança Pública na Gestão do Cuidado de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência

Rafael Moreira*, Celita Zandonadi, Isadora Rech Andrigotti, Monique Scapinello, Ivania Fátima Pedrotti Dias, Paloma Ramon Cambruzzi, Jessica da Silveira Teles

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

*Autor(a) para correspondência: rafael.moreira@edu.caxias.rs.gov.br

RESUMO

Este relato de experiência busca socializar o trabalho desenvolvido pelo Comitê Gestor da Rede de Proteção e Cuidado das Crianças Vítimas e/ou Testemunhas de Violência de Caxias do Sul, cujo planejamento estratégico está atrelado aos princípios da Política Municipal da Governança. O Comitê, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), composto por 13 órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), objetiva adequar os procedimentos adotados na rede de proteção e no sistema de justiça ao Decreto nº 9603/2018. Durante o planejamento das ações do Comitê foram estabelecidos objetivos específicos que direcionam as atividades do colegiado: 1) Articular as ações de atendimento à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência para promover a integração e integralidade do cuidado e proteção; 2) Promover a educação permanente dos profissionais do SGD para o enfrentamento, prevenção e atenção à violência contra a criança/adolescente, a fim de qualificar continuamente o atendimento ofertado pelos serviços e programas de atenção à infância e juventude; 3) Aprimorar permanentemente o fluxo de atendimento, as ferramentas de registro e levantamento de informações, para subsidiar a produção de dados que permitam a vigilância e monitoramento das situações de violência enfrentadas por crianças e adolescentes; 4) Promover a qualificação permanente dos processos de responsabilização dos crimes violentos praticados contra a criança e o adolescente; 5) Promover a difusão da informação, sensibilização e engajamento da comunidade contra todo o tipo de violência contra a criança e o adolescente e suas formas de enfrentamento. Para materializar estes objetivos foram constituídas Comissões Permanentes de incidência municipal: 1) Atenção e Cuidado; 2) Pesquisa, inovação e planejamento; 3) Defesa e Responsabilização; 4) Prevenção, mobilização e educação permanente. Estas são responsáveis pelo planejamento de suas ações e adequação das mesmas nas ferramentas de Governança. As ferramentas utilizadas são a Supplier Input Process Output Customer; Matriz GUT e BPMN. Embora o Comitê tenha sido instituído no ano de 2021, o planejamento estratégico do Comitê e adoção da metodologia de governança pública iniciou em março de 2025, visando a qualificação permanente do movimento de proteção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência.

Palavras-chave: Intersetorialidade; Controle Social; Participação Social.

Conflitos entre mães e filhos e sonolência: Estudo com mães residentes de Vitória, Espírito Santo

Thaissa Amanda Dos Santos Leal*, Gabriela Oliveira, Laura Fontes Silva, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: thaissa.leal@edu.ufes.br

RESUMO

A sonolência é caracterizada pela dificuldade de manter-se acordado e alerta durante os períodos de vigília. Quando associada ao estresse, pode favorecer comportamentos agressivos e, em contextos de conflito, levar mães a recorrerem a punições corporais. Essas práticas, embora comuns, podem comprometer a saúde e o desenvolvimento das crianças. Descrever as prevalências das táticas de resolução de conflitos entre mães e filhos, e sonolência entre mães residentes no município de Vitória, Espírito Santo. Estudo descritivo realizado em Vitória/ES, entre janeiro e maio de 2022, com 418 mulheres de 18 anos ou mais e mães de filhos com até 19 anos. Os dados foram obtidos da pesquisa “Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo: um estudo de base populacional”. Foram utilizadas as “Escalas de Táticas de Conflito entre Pais e Filhos” e a “Escala de Sonolência de Epworth” para avaliar, respectivamente, conflitos e sonolência. Informações sociodemográficas, econômicas e comportamentais também foram consideradas. Para análise estatística, aplicaram-se os testes Qui-quadrado de Pearson e Kruskal-Wallis; nas análises multivariadas, utilizaram-se Regressão Logística Multinomial e Regressão de Poisson, com intervalo de confiança de 95%. Das 418 mães entrevistadas, observou-se elevada prevalência de práticas violentas contra os filhos, sendo a punição corporal (58,85%), maus-tratos físicos (12,68%) e maus-tratos severos (4,31%). A sonolência diurna, medida pela Escala de Epworth, não apresentou associação significativa com disciplina não violenta nem com violência psicológica, embora esta última mostrasse tendência de maior sonolência. Em contrapartida, observa-se uma associação positiva entre maus-tratos físicos e severos e sonolência diurna, mesmo após ajuste por raça/cor, renda, escolaridade e trabalho. Dito isso, as mães que realizam maus-tratos físicos apresentaram uma prevalência de sonolência igual a 7 em comparação àquelas que não o fizeram, já aquelas que usaram de maus-tratos físicos severos a prevalência de sonolência foi de 10. A pesquisa evidencia a alta prevalência de conflitos entre mães e filhos, além do perfil de sonolência materna. A punição corporal frequentemente foi apontada como um método disciplinar entre mães em Vitória/ES. Esses achados reforçam a necessidade de intervenções que promovam ambientes familiares saudáveis e livres de violência.

Palavras-chave: Táticas de resolução de conflitos familiar; Distúrbios do sono por sonolência excessiva; Saúde da mulher; Agressão.

Perfil demográfico das internações por tentativas de suicídio no sul do Brasil (2020-2024)

João Vítor Santana Cecchetto Mendes*, Miqueline Cedro de Oliveira, Gislaine Innocente Savaris, Suzel Ramos Cândido, Camila Cardoso Emerim, Mirian Felipe Feliciano Zaage, Patrícia Pereira de Maia, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Isabel Oliveira Bierhals

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: joaovitormendes@hotmail.com

RESUMO

O suicídio é uma das principais causas de morte evitáveis, e seus números crescem no Brasil desde a virada do século. O COVID-19 exigiu uma rápida reorganização dos sistemas de saúde para enfrentar a situação. No entanto, tal resposta teve consequências significativas no campo da saúde mental, setor frequente e historicamente preterido. Os fatores de risco preexistentes para descompensação de quadros psico-psiquiátricos foram intensificados pelo isolamento social, que gerou novas suscetibilidades, como aumento das desigualdades em saúde e desesperança, o que colaborou a um risco ainda maior de ideação e de tentativa de suicídio (TS) a uma população já adoecida. A pesquisa analisa o perfil etário e de sexo das internações hospitalares (IH) por TS na região Sul do Brasil no período pandêmico e pós-pandêmico. O estudo caracteriza-se por ser descritivo e retrospectivo, a partir de dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do DATASUS. Os dados coletados foram a partir das internações por TS, sob os CID-10 X60-X84 (lesões autoprovocadas intencionalmente), na região Sul entre 2020-24, sendo estratificados por faixa etária e sexo. Observou-se 7.984 internações por TS, com distribuição simétrica entre os sexos, 50,13% em homens. Entre os estados, Santa Catarina destacou-se com 3.859 casos, sendo 56,10% no sexo masculino, e, em contraste, Rio Grande do Sul registrou menor número de IH, totalizando 1.047, sendo 54,35% em mulheres. A faixa etária mais afetada foi de 20-29 anos, representando 24,15% (N=1.928) das internações; 861 ocorreram em Santa Catarina e 216 no Rio Grande do Sul. As faixas etárias subsequentes foram 30-39 anos (17,76%, 1.418 casos) e 10-19 anos (17,65%, 1.409 casos). Nesta última faixa etária, o Paraná apresentou mais internações (N=684), seguido por Santa Catarina (N=536). A pesquisa evidencia que as IH por TS na região Sul, durante o período, foram mais frequentes entre aqueles com 20-29 anos, com uma distribuição equilibrada entre os sexos. Estes resultados sublinham a importância de priorizar o desenvolvimento de ações de saúde mental voltadas para esse grupo, principalmente no estado de Santa Catarina, que apresentou a maior prevalência.

Palavras-chave: Ideação Suicida; Sistemas de Informação Hospitalar; Notificação; Vigilância em Saúde Pública; Epidemiologia Descritiva; Suicídio.

Indicadores psicológicos e antropométricos em trabalhadoras de uma Universidade Comunitária do Extremo Sul Catarinense

Maurício Fagundes Santos*, Felipe Lima, Geiziane Laurindo de Moraes, Leandro de Oliveira Carpes, Ricardo Teixeira Quinaud, Priscila Custódio Martins, Joni Márcio de Farias

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: fagstos@unesc.net

RESUMO

A baixa autoestima, mau humor, fadiga, apatia e irritabilidade em trabalhadoras pode estar relacionada à diferentes aspectos como: insatisfação no trabalho, múltiplas tarefas, sono não reparador e a falta de atividade física regular, sendo que esses comportamentos nocivos à saúde podem levar à exaustão física e psicológica. A falta de atividade física regular pode prejudicar os indicadores de aptidão física, como a composição corporal. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre saúde mental e composição corporal de trabalhadoras de uma Universidade Comunitária. Trata-se de um estudo transversal, realizado com 33 trabalhadoras inscritas em um Programa de Exercícios Físicos de uma universidade comunitária da cidade de Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Foram coletados dados referentes à saúde mental e à composição corporal. A saúde mental foi avaliada a partir do Questionário Mental Health Continuum-Short Form que é um instrumento de autorrelato para avaliar a saúde mental positiva, entendida como sintomas de afeto positivo, autodesenvolvimento e conectividade social. A composição corporal foi avaliada usando uma balança digital e uma fita antropométrica por um pesquisador treinado. Foi realizada uma análise descritiva, posteriormente verificou-se a normalidade dos dados e foi aplicada a regressão linear simples, com p valor $<0,05$. A média de idade do grupo foi de 43,97 (dp: $\pm 9,82$). Os principais resultados foram: a saúde mental esteve inversamente associada à massa corporal ($\text{Beta} = -0,39$; $R^2 = 0,14$; $p = 0,03$); perímetro da cintura ($\text{Beta} = -0,50$; $R^2 = 0,13$; $p = 0,05$) e perímetro do quadril ($\text{Beta} = -0,53$; $R^2 = 0,16$; $p = 0,03$). Portanto, conclui-se que melhores indicadores de saúde mental estiveram associados a menores valores de indicadores antropométricos. Esses achados reforçam a importância de estratégias integradas de cuidado que contemplam tanto a saúde mental quanto a saúde física, visando a promoção da qualidade de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: Saúde Mental; Trabalhadoras; Saúde coletiva; Composição corporal.

Experiência Multiprofissional em Atendimentos Coletivos de Nutrição na Atenção Primária à Saúde

Stefano Ceron de Oliveira*, Criciele Ricken, Maria Eduarda Matias Colombo, Alanis Daniel Florencio, Jean Carlos Damaceno, Hélio Crecêncio Junior, Zoraide Rocha, Luiza Silveira Lessa, Lisiâne Tuon Generoso, Rita Suselaine Vieira Ribeiro

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: stefanonutricionista@gmail.com

RESUMO

As doenças crônicas não transmissíveis representam grandes desafios para a saúde pública e estão frequentemente associadas a hábitos de vida inadequados, como alimentação desequilibrada e sedentarismo. A promoção da saúde por meio de atendimentos coletivos surge como uma estratégia para ampliar o acesso à informação, favorecer a troca de experiências e estimular mudanças comportamentais de forma acessível e participativa. Este trabalho relata a experiência da realização de atendimentos coletivos em nutrição durante o mês de junho, com encontros semanais de caráter pontual. Ao longo de três encontros, foram atendidos cerca de 30 participantes, entre adultos e idosos, com algum grau de comorbidade. As sessões foram conduzidas por um Nutricionista e uma Fisioterapeuta residentes em Saúde Coletiva, abordando temas relacionados à alimentação saudável, utilizando como base os Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira. Os encontros foram planejados para combinar momentos expositivos com rodas de conversa, proporcionando orientações práticas, esclarecimento de dúvidas e estímulo à reflexão crítica sobre os hábitos alimentares diários. A participação da fisioterapeuta nas sessões foi um diferencial importante, pois abordou a importância da prática regular de atividade física, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada entre diferentes áreas da saúde para melhores resultados. Ao final dos encontros, pode-se notar uma adesão positiva dos participantes, que expressaram interesse em adotar mudanças no estilo de vida. Relatos de participantes indicaram uma maior conscientização sobre a importância de uma alimentação balanceada e a incorporação de práticas físicas diárias. A integração multiprofissional destacou-se como um ponto forte, evidenciando a complementaridade das áreas da saúde. No entanto, também foram observados desafios, como a limitação de tempo e a necessidade de um acompanhamento mais contínuo para consolidar as mudanças de comportamento. Conclui-se que o atendimento coletivo em nutrição, integrado a outras áreas da saúde, constitui uma ferramenta estratégica na promoção da saúde, ampliando o alcance das ações educativas e potencializando o autocuidado e a prevenção de doenças crônicas. Além disso, a experiência demonstrou seu potencial de replicação em outras comunidades, com ajustes nas abordagens conforme o perfil do público-alvo e a disponibilidade de recursos.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde; Atendimento coletivo; Promoção da saúde; Educação em saúde.

Observatório da Mulher

Fabiana Pereira*, Italo Manoel Possamai

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: chaveparaosucesso@gmail.com

RESUMO

Observatório da mulher é um espaço de acolhimento para as mulheres que sofrem violência. A partir de uma necessidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Assistência Social do município de Araranguá, desenvolvemos o Observatório da Mulher em parceria com a Secretaria da Saúde de Araranguá uma política pública a qual oportunizamos para a vítima de violência o acesso imediato para atendimento psicológico. Oferecemos um espaço de acolhimento e escuta qualificada com uma profissional de Psicologia, onde os atendimentos são semanais. As mulheres também são encaminhadas dos órgãos como Delegacia da Mulher, CREAS, Rede Catarina, Polícia Militar, Poder Judiciário ou mesmo por solicitação espontânea. O objetivo é promover acesso imediato a atendimento psicológico para mulheres vítimas de violência, empoderando e potencializando cidadania. Quando uma mulher vivencia uma situação de violência e busca atendimento psicológico no serviço público de saúde, ela não precisa aguardar na fila da regulação municipal. Nesses casos, é encaminhada diretamente ao projeto, recebendo o suporte necessário de forma imediata. Nossa trabalho é pautado no acolhimento e na escuta qualificada, construindo as intervenções a partir das demandas trazidas por cada mulher. Atuamos para resgatar sua dignidade e autoestima, oferecendo orientação e tratamento em um espaço seguro, que favoreça a ressignificação de sua história. Temos mulheres que já romperam os ciclos viciosos de violência, desenvolveram autoestima, voltaram para o mercado de trabalho, desenvolveram novos relacionamentos interpessoais, diminuíram o consumo de medicamentos, voltaram a sorrir e acreditarem na força interna. Atualmente já estão inseridas nos Grupos Terapêuticos Dona de Mim, serviço oferecido pela Secretaria Municipal da Saúde espalhados em seis unidades básicas polos do município. Concluímos que o serviço otimiza o acesso a atendimento psicológico de mulheres vítimas de violência e assim desenvolvemos a promoção da saúde por meio desta política pública.

Palavras-chave: Escuta qualificada; Cuidado; Empoderamento.

EIXO 3 - Saúde Coletiva: determinantes sociais, gestão, políticas públicas e cuidado em saúde

MODALIDADE POSTER

Ações de promoção em saúde em um território de vulnerabilidade em ocupação

Bruna Cardoso Barcelos*, Giovane Lupin da Rosa, Rafael Zaneripe de Souza Nunes,
Lisiane Tuon

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: brunacardosobarcelos@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre ações de saúde e de prevenção à violência em uma comunidade de vulnerabilidade social em Criciúma (SC), realizadas com crianças, adolescentes e adultos. Objetivou-se desenvolver intervenções que promovam qualidade de vida, educação em saúde, proteção social e fortalecimento comunitário. O trilho Tereza Cristina, conhecido popularmente como “Trilho”, atravessa territórios de acentuada vulnerabilidade social, onde se somam a precariedade de infraestrutura urbana e a exposição frequente a situações de violência e outros riscos sociais. As atividades ocorreram quinzenalmente e/ou mensalmente aos sábados, alinhados previamente com a comunidade local, através de oficinas e grupos de saúde, respeitando a subjetividade da comunidade e o protagonismo dos participantes. A metodologia para construção das ações partiu de uma abordagem ancorada nos princípios da pesquisa participante, entendendo os moradores do local como agentes de mudança e protagonistas na construção das ações, sendo realizado um processo de territorialização e encontros com a comunidade para levantamento das necessidades e estruturação das intervenções junto ao local, com registros das interações durante as ações, permitindo o acompanhamento do engajamento, das relações sociais e da importância das ações sobre o cotidiano comunitário. As oficinas favoreceram a conscientização sobre fatores de riscos no âmbito da saúde, desenvolvimento de habilidades sociais, integração comunitária e fortalecimento de vínculos. Os resultados obtidos até o momento evidenciam a participação da população em diversas ações no território, criação de espaços coletivos de cuidado e aprendizado, e fortalecimento da comunidade como agente ativo na promoção da saúde e prevenção da violência. Observou-se que a presença de atividades planejadas de forma sensível ao contexto territorial contribui para a construção de práticas de convivência mais solidárias, bem como com o protagonismo da população. As intervenções destacam a necessidade de integrar educação em saúde, ações culturais e promoção do protagonismo comunitário como estratégias de prevenção à violência, alinhadas à proteção de direitos humanos. Conclui-se que experiências em territórios vulneráveis como esta podem subsidiar a implementação de políticas públicas locais e fortalecer a atuação intersectorial voltada à população em situação de vulnerabilidade, além de sua replicabilidade em outros territórios com características similares.

Palavras-chave: Exposição à Violência; Vulnerabilidade social; Promoção da saúde.

Padrões de consumo de álcool como fatores de risco para depressão

Nicoli Mazuco Vendramini*, Valéria Rech Da Silva, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: nicolimazuco@unesc.net

RESUMO

A depressão é a condição psiquiátrica mais comum entre indivíduos com transtorno por uso de álcool. Objetiva-se, portanto, analisar a associação entre consumo de álcool e depressão neste estudo transversal de base populacional que utilizou dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2023. A amostra incluiu 21.690 adultos brasileiros. Foram analisadas variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, escolaridade, cor da pele, região), depressão autorreferida e relativas ao consumo de álcool. Utilizou-se análises brutas e ajustadas para investigar a associação entre consumo de álcool e depressão. A prevalência de depressão autorreferida foi de 12,3%, sendo maior entre mulheres (16,8%), brancos (14,5%), indivíduos com 12 anos ou mais de escolaridade (14,0%), viúvos (18,6%) e residentes da região Sul (17,1%). Cerca de 44,6% relataram consumo de álcool nos últimos 30 dias, com padrão abusivo mais frequente entre homens. As análises bruta e ajustada não identificaram associação estatisticamente significativa entre consumo de álcool e depressão. Embora não tenha sido observada associação direta entre álcool e depressão, a alta prevalência de depressão em mulheres e o consumo abusivo de álcool entre homens evidenciam a necessidade de estratégias de cuidado para grupos vulneráveis.

Palavras-chave: Depressão, álcool; Fatores de risco; Epidemiologia.

Efeitos do exercício aeróbico e resistido na composição corporal de adultos com obesidade

Pedro Coelho Pereira*, Priscila Custódio Martins, Joni Marcio de Farias

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: coelho.pedropereira@gmail.com

RESUMO

O exercício físico é uma estratégia para melhorar a composição corporal de pessoas com o diagnóstico de obesidade. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos de um protocolo de treinamento em indicadores antropométricos (massa corporal, perímetro da cintura e quadril) de adultos com obesidade. Este estudo é transversal e os participantes foram pessoas com o diagnóstico de obesidade (índice de massa corporal maior ou igual a 30 kg/m²) participantes de um projeto de extensão com exercício físico. O protocolo foi composto por exercícios aeróbicos e resistidos, realizados duas vezes na semana, durante 12 semanas. Cada sessão durou uma hora, sendo 20 minutos de exercícios aeróbicos. Os exercícios resistidos eram realizados em máquinas, com três séries de 10-12 repetições cada um. Todos os participantes realizaram, antes e após o programa, uma avaliação física composta por medidas antropométricas (massa corporal [utilizando uma balança digital], estatura [com o uso de um estadiômetro], perímetros [cintura, quadril, com uma fita antropométrica]) e uma anamnese. Para analisar os resultados foi aplicado um teste t pareado com o uso do pacote estatístico SPSS, versão 23.0. O grupo continha, inicialmente, 20 pessoas, porém, somente 12 indivíduos completaram o estudo. A média de idade do grupo foi de 54,91 (dp: $\pm 5,64$), sendo a maior parte do sexo feminino (n = 08). Os principais resultados foram: aumento de massa corporal (média: 85,65; dp: $\pm 15,26$) no momento pré-intervenção e média de 87,08 (dp: $\pm 14,48$) no momento pós-intervenção, com p-valor <0,01. Para o perímetro de cintura a média reduziu, inicialmente foi de 95,50 (dp: $\pm 9,88$) no momento pré-intervenção e 93,00 (dp: $\pm 7,38$), pós-intervenção, com p-valor de 0,02. No perímetro de quadril, ocorreu de forma semelhante, média de 114,12 (dp: $\pm 7,21$) para 109,63 (dp: $\pm 8,55$), com p-valor <0,01. Desta forma, conclui-se que houve efeito do protocolo de exercícios físicos com redução dos perímetros de cintura e quadril que contribuem para o controle do risco cardiovascular. Quanto à massa corporal, acredita-se que o aumento pode ser explicado pelo ganho de massa muscular.

Palavras-chave: Excesso de peso; Doença crônica; Aptidão física; Treinamento físico.

Associação entre aptidão cardiorrespiratória e qualidade do sono de mulheres com diagnóstico de fibromialgia

Felipe Luiz Alves Lima*, Leandro de Oliveira Carpes, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Márcio de Farias, Priscila Custódio Martins

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: felipe.luiz18@hotmail.com

RESUMO

Mulheres com diagnóstico de fibromialgia sofrem diferentes prejuízos à saúde, como fadiga, cansaço, sono não reparador e podem apresentar ansiedade e depressão. Para amenizar os efeitos da condição, o exercício físico tem sido proposto. Um dos benefícios da prática regular é a melhora da aptidão cardiorrespiratória. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre aptidão cardiorrespiratória e a qualidade do sono de mulheres com o diagnóstico de fibromialgia. Estudo transversal, realizado com 29 mulheres que possuem o diagnóstico de fibromialgia e são participantes de um programa de exercícios físicos na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), cidade de Criciúma, Santa Catarina, Brasil. A qualidade do sono foi avaliada pelo Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh (PSQI), composto por 19 questões autorreferidas que geram um escore global de 0 a 21 pontos, no qual valores maiores indicam pior qualidade do sono. A aptidão cardiorrespiratória foi mensurada a partir do teste de seis minutos que envolve caminhadas em uma pista. A idade média das participantes foi de 54,39 (dp: $\pm 7,56$) e massa corporal de 80,13 (dp: $\pm 14,33$). Observou-se associação inversa entre aptidão cardiorrespiratória e escores de sono ($\text{Beta} = -0,04$; $R^2 = 0,22$; $p < 0,01$). Deste modo, conclui-se que com o aumento da aptidão cardiorrespiratória o escore da qualidade do sono tende a diminuir, o que reflete uma melhor qualidade do sono em mulheres com fibromialgia, reforçando a importância da prática regular de exercícios físicos para diminuir os impactos da condição.

Palavras-chave: Capacidade funcional; Exercício terapêutico; Bem-estar; Atividade física.

Avaliação Entre Fatores Sociodemográficos e Tabagismo

Henrique Ascari Gonçalves*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Ana Julia Bressan de Medeiros, Érica Tassi Frello, Sabrina Capra Bertolin, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Luiza Llantada Coelho, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: henrique.ascari17@gmail.com

RESUMO

O tabagismo é uma prática sabidamente maléfica para a saúde dos seus usuários, entretanto, a prevalência global desta prática justifica a busca para compreender a população de risco para o tabagismo. Sendo assim, o objetivo do estudo é avaliar qual relação entre fatores sociodemográficos e tabagismo, visando entender grupos mais propensos ao fumo. Trata-se de estudo transversal de base populacional com pessoas acima de 18 anos realizado pelo VIGITEL, através de Inquérito Telefônico. A amostra incluiu 21.690 pessoas e utilizou sexo (masculino e feminino), escolaridade (de 0 a 8 anos, de 9 a 11 anos e 12 ou mais), idade (18 a 64 anos e 65 anos ou mais), cor da pele (branca; preta; parda e outros/amarela/indígena) e tabagismo (não fumantes e fumantes). A prevalência de tabagismo foi de 9,27% da amostra (n=2.010). O sexo feminino apresentou 41% (OR=0,59; IC95%: 0,48–0,72) menos chance de fumar em relação aos homens. Pessoas com 0 a 11 anos de estudo tem 30% (OR=0,70; IC95%: 0,55-0,90) menos chance de serem tabagistas com relação aos com escolaridade de 0 a 8 anos. A faixa de escolaridade de 12 anos ou mais apresentou 43% (OR=0,57; IC95%: 0,44-0,75) menos chances de utilização do tabaco em comparação aos indivíduos entre 0 e 8 anos de estudo. Os fatores de idade e cor da pele não foram associados ao tabagismo. Conclui-se que, as mulheres e os com maior escolaridade têm menos chances de serem tabagistas. Destaca-se, assim, a importância de políticas antitabagismo direcionadas especialmente para homens e indivíduos com menos escolaridade.

Palavras-chave: Tabagismo; Fatores Sociodemográficos; Escolaridade; Sexo.

Depressão autorrelatada e fatores associados em populações vulneráveis

Thalita Aprato Tristão*, Susana Cararo Confortin, Aline Cristina Vieira de Lima, Lara Barbosa Damazio, Ana Gabriela Reisdorfer Lauxen, Ana Julia Bressan de Medeiros, Érica Tassi Frello, Henrique Ascari Gonçalves, Luiza Llantada Coelho, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: thalitaaprato6@unesc.net

RESUMO

A depressão está entre os transtornos mentais mais prevalentes na população brasileira, com forte impacto na qualidade de vida, cujo estudo é essencial para compreender sua distribuição, especialmente entre grupos vulneráveis com maior exposição a violências e desigualdades sociais. O objetivo foi avaliar a prevalência de diagnóstico autorreferido de depressão e seus fatores associados na população adulta. Trata-se de um estudo transversal com dados da pesquisa Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL 2023), realizado pelo Ministério da Saúde. O inquérito é conduzido por entrevistas telefônicas em amostra probabilística de adultos (18 anos ou mais) residentes nas 26 capitais e no Distrito Federal. Foram analisadas variáveis sociodemográficas, sexo (masculino e feminino), idade (entre 18 e 65 anos ou mais), escolaridade (0 a 12 anos ou mais) e cor da pele (branca; preta; amarela/indígena; parda). O desfecho foi a depressão, a partir da pergunta: “Algum médico já lhe deu o diagnóstico de depressão?” (respostas: sim; não). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra de 21.960 entrevistados foi majoritariamente composta por mulheres (53,9%) e indivíduos com diferentes níveis de escolaridade (0 a 12 anos ou mais). A prevalência de depressão foi de 10,6% (IC95% 9,52 – 11,72). Na análise bruta, o sexo feminino apresentou 89% maior risco de depressão comparada ao sexo masculino (IRR = 1,89; IC95% 1,66 – 2,15), a escolaridade mostrou-se inversamente associada à depressão, com menor risco entre indivíduos com 12 anos ou mais de estudo (IRR = 0,63; IC95% 0,50 – 0,78). Não houve associação significativa com idade ou cor da pele ($p > 0,05$). Os resultados indicam que a depressão autorreferida apresenta prevalência relevante na população adulta, sendo mais comum entre mulheres e pessoas com menor escolaridade. A ausência de associação com idade e cor da pele sugere que fatores estruturais, como gênero e nível educacional, exercem maior influência sobre a ocorrência do transtorno. Os resultados reforçam a importância de ações integradas de saúde mental, com foco na equidade e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Depressão, Fatores de risco, Saúde mental, Vulnerabilidade social, Escolaridade, Gênero.

Do atendimento à articulação em rede: relato de uma assistente social no enfrentamento à violência doméstica

Samarina Costa*, Carolina Baldissera Wusnieski, Maristela Da Luz Nazari, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: samarinacosta@hotmail.com

RESUMO

A violência contra a mulher demanda um atendimento sensível, ágil e integral. Para isso, é essencial a criação de fluxos de atendimento bem definidos entre os serviços de assistência social, saúde e segurança pública, garantindo um suporte coordenado. A falta de comunicação entre esses setores pode comprometer a rede intersetorial e dificultar o acesso da mulher aos seus direitos e à superação do ciclo de violência. Diante disso, o objetivo do presente relato é descrever a experiência sobre a dificuldade do atendimento a mulheres em situação de violência. Este relato de experiência apresenta a atuação de uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de pequeno porte, diante de um atendimento emergencial a uma mulher em situação de violência doméstica. A vivência evidenciou a importância de uma rede intersetorial fortalecida e bem articulada, bem como a necessidade da construção de fluxos eficazes entre os serviços da rede de proteção, capazes de garantir um atendimento integral, contínuo e sensível às especificidades de cada caso. Observou-se, ainda, a dificuldade de acesso ao atendimento psicológico pela rede pública de saúde, marcada por longas filas e escassez de profissionais, o que compromete o processo de recuperação emocional da mulher e expõe fragilidades estruturais do SUS no acolhimento à saúde mental. Além do impacto direto sobre a usuária, a situação repercutiu na prática profissional: diante da gravidade do caso em que a mulher foi atendida enquanto ainda sangrava, foi necessário realizar uma intervenção imediata, evidenciando a dimensão ética, técnica e humana do trabalho do assistente social. A experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências profissionais e reforçou o compromisso ético-político do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica; Serviço Social; CRAS; Rede intersetorial.

Desafios e vulnerabilidades entre pessoas negras trabalhadoras da Atenção Primária em Saúde

Adriana Barbieri Feliciano*, Karina dos Santos Barroso Monte, Cristina Ortiz Sobrinho
Valete, Ana Beatriz da Costa Franceschini, Leandra Andréia de Sousa, Mariana de
Almeida Prado Fagá, Mariana Luz Pessoa de Barros, Viviane da Rocha Sousa, Luciana
Nogueira Fioroni

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

*Autor(a) para correspondência: adrianabf@ufscar.br

RESUMO

As pessoas negras historicamente, no Brasil, têm vivido em maior vulnerabilidade social estando expostas a diferentes formas de violência, especialmente as mulheres. O objetivo do resumo é descrever um breve perfil de trabalhadoras da Atenção Primária em Saúde (APS) que se autodeclararam como pretas ou pardas de três município do interior do Estado de São Paulo. Trata-se de dados parciais da pesquisa “Tecnologias sociais e de saúde para o enfrentamento das iniquidades de gênero, raça e classe no campo da formação e assistência em saúde no SUS”, aprovada pelo comitê de ética em pesquisas da instituição proponente (N. 7.238.459). Foram visitadas 25 equipes de APS e utilizado um questionário do tipo REDcap, autoaplicável durante as visitas. As análises foram realizadas no programa Stata versão 19.0. Da amostra de trabalhadoras participantes, 64 se autodeclararam como pretas (34,4%) ou pardas (65,6%) em relação ao total (N=142). Desses 64, o maior contingente foi de profissionais de nível médio, como agentes comunitárias de saúde (32,8%) e técnicas de enfermagem (31,2%). Com formação em nível superior (12,5%) são enfermeiras e (1,5%) médicas. A religião mais frequente foi a católica 50%. Desses, 100% são cisgênero e cerca de 94% heterossexual. 76,5% passaram por processo de separação conjugal e cerca de 41% sofreram algum tipo de violência. Desses que sofreram violência, 61% relatam violência emocional, cerca de 20% a violência física e 12,5% relatam ter sofrido violência sexual. Sobre a atividade profissional, cerca de 58% não se sentem bem-preparadas para lidar com situações de gênero, raça, violência e saúde mental. O perfil dessas trabalhadoras parece ser um retrato da sociedade brasileira e situações de racismo estrutural e institucional podem estar naturalizadas cotidianamente. Suas singularidades e interseccionalidades do ser mulher, ser preta e vítimas de violência precisam ser identificadas. É necessário criar dispositivos para reconhecer iniquidades presentes na vida e trabalho delas, romper modelos reprodutores e reparar fatos que perpetuam as condições de vulnerabilidades. Promover maior acesso das pessoas negras a formação superior em saúde, assim como fortalecer espaços da educação permanente para o enfrentamento das vulnerabilidades dos territórios em saúde, são desafios necessários de enfrentamento.

Palavras-chave: Atenção Primária em Saúde; Violência; Mulheres; Pessoas negras.

Perspectiva de vida de crianças em um local de vulnerabilidade

Giovane Lupin da Rosa, Rafael Zaneripe de Souza Nunes, Marcos Bauer Torriani,
Leticia Monteiro Bettiol, Bruna Cardoso Barcelos, Lisiane Tuon

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: giovanelur@unesc.net

RESUMO

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) exercem forte influência sobre o desenvolvimento infantil, sobretudo em territórios marcados pela vulnerabilidade social, como a Estrada de Ferro, em Criciúma/SC. Este estudo teve como objetivo analisar os fatores psicosociais que moldam a perspectiva de vida de crianças residentes nesse território e compreender suas experiências cotidianas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e narrativo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 7.106.721; CAAE: 83270824.9.0000.0119), realizada com 12 crianças de até 12 anos e seus responsáveis, selecionados por amostragem em bola de neve. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e questionário sociodemográfico, cujos dados foram analisados pelo software IRAMUTEQ por meio da Classificação Hierárquica Descendente. Os resultados evidenciaram quatro comunidades lexicais: Guernica, que expressou medo e insegurança relacionados principalmente à presença policial; Pietà, que destacou a família como espaço de afeto e pertencimento; Arles, que revelou percepções ambivalentes sobre o morar, envolvendo tanto a sensação de proteção quanto desconfortos como o barulho do trem e a violência; e Édipo, que ressaltou o brincar e a convivência entre irmãos e amigos como fontes de bem-estar e resiliência. As narrativas mostraram tensões entre vulnerabilidade e proteção, ressaltando a centralidade da família e da escola. Conclui-se que, apesar dos desafios impostos pelo território, a família, a escola e o brincar constituem núcleos de segurança e esperança, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas que promovam equidade social e garantam às crianças experiências de afeto e desenvolvimento pleno.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Desenvolvimento Infantil; Qualidade de Vida; Vulnerabilidade em Saúde; Determinantes Sociais da Saúde.

Associação entre Autoavaliação Negativa de Saúde e Fatores Comportamentais

Pedro Rodrigues Marcelino*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Ana Flávia de Souza Rosa, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: pedro.marcelinofl@gmail.com

RESUMO

A percepção subjetiva da própria saúde é reconhecida como indicador-chave no acompanhamento das condições de saúde e na detecção de fragilidades em diferentes grupos populacionais, pois combina praticidade de aplicação com forte base teórica e evidências de validade. Deste modo, o objetivo foi investigar fatores comportamentais associados à autoavaliação negativa de saúde. Trata-se de um estudo transversal realizado com dados secundários do inquérito intitulado “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL)”, conduzido entre dezembro de 2022 a abril de 2023. Foram avaliados 21.690 adultos (18 anos ou mais) das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal, por meio de questionário telefônico. A autoavaliação de saúde negativa (Sim/não) foi avaliada e os fatores comportamentais avaliados foram: inatividade física (Sim: menor do que 150 minutos por semana; Não: igual ou maior do que 150 minutos por semana), consumo de cinco ou mais grupos de alimentos in natura ou minimamente processados (Sim/não), obesidade (Não: IMC menor do que 30kg/m²; Sim: IMC igual ou maior do que 30 kg/m²) e consumo de cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados (Sim/Não). A regressão logística foi utilizada para a avaliação. A prevalência de autoavaliação negativa de saúde entre adultos brasileiros foi de 6%. Em relação à inatividade física, pessoas inativas apresentaram 2,74 vezes (OR: 2,74; IC95%: 1,95-3,85) mais chances de avaliar negativamente a saúde em comparação às ativas. Quanto à obesidade, os obesos apresentaram 212% (OR: 3,12; IC95%: 2,33-4,17) mais chances de avaliar a própria saúde como negativa em comparação aos não obesos. Consumidores de menos de cinco grupos de alimentos in natura ou minimamente processados tiveram 63% (OR=0,37; IC95%: 0,28 – 0,49) menos chance de avaliar negativamente a própria saúde em comparação aos seus pares. No que se refere ao consumo de alimentos ultraprocessados, não houve diferença significativa (OR: 1,03; IC%: 0,74 – 1,44). Os achados deste estudo evidenciam que a inatividade física e a obesidade estão associadas à pior percepção da própria saúde entre adultos brasileiros. Desta forma, os resultados reforçam a importância de estratégias de promoção da saúde voltadas para ampliação da atividade física e prevenção da obesidade.

Palavras-chave: Autoavaliação; Comportamentais; Saúde.

Associação entre Autoavaliação Negativa de Saúde e Fatores Sociodemográficos

Ana Flávia de Souza Rosa*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Pedro Rodrigues
Marcelino, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: flaviassouza94@gmail.com

RESUMO

A autoavaliação de saúde é recomendada como um desfecho essencial no monitoramento da saúde e identificação de vulnerabilidades das populações devido a sua fácil aplicabilidade somado à robustez conceitual e validade empírica. Assim, o objetivo foi investigar fatores sociodemográficos associados à autoavaliação negativa de saúde. Trata-se de um estudo transversal, realizado com dados secundários do inquérito intitulado “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico” (VIGITEL), conduzido entre 26/12/2022 e 24/04/2023 por questionário telefônico. A amostra foi composta por 21.690 entrevistas com adultos (18 anos ou mais) das 26 capitais brasileiras e Distrito Federal. A autoavaliação de saúde negativa (sim/não) foi avaliada e os fatores sociodemográficos avaliados foram: sexo (masculino/feminino), idade (18-64 anos/65 anos ou mais), cor da pele (branca/preta/parda/outros) e escolaridade (0-8 anos de estudo/9-11 anos/12 anos ou mais). Utilizou-se regressão logística para avaliar a associação entre desfecho e exposições. A prevalência de autoavaliação negativa de saúde entre adultos brasileiros foi de 6%. As mulheres apresentaram 46% (OR: 1,46; IC95%: 1,08-1,97) mais chances de avaliar a própria saúde como negativa em comparação com os homens. Indivíduos com 9 a 11 anos e com 12 anos ou mais de estudo, apresentaram 37% (OR: 0,63; IC95%: 0,47-0,84) e 54% (OR: 0,46; IC95%: 0,31-0,67) menos chances de avaliar negativamente a própria saúde, respectivamente, em comparação aos com 8 anos ou menos. Quanto à idade, não se observou diferença significativa (OR: 1,21; IC95%: 0,95-1,56). Em relação a cor da pele, apenas a preta (OR: 1,76; IC95%: 1,11-2,81) apresentou mais chance de perceber a própria saúde negativa quando comparada à branca. Nesse contexto, nota-se que fatores como sexo feminino, menor escolaridade e cor de pele preta estão associados a autoavaliação negativa de saúde, destacando vulnerabilidades historicamente construídas. Esses resultados permitem o direcionamento da atenção em saúde para essas populações vulneráveis, promovendo a equidade na saúde.

Palavras-chave: Autoavaliação; Fatores Socioeconômicos; Indicadores de Desigualdade em Saúde; Saúde.

Violência sofrida por parceiro(a) íntimo(a) e indicadores antropométricos em mulheres com diagnóstico de fibromialgia

Rodrigo de Souza Ramos*, Suzel Ramos, Isabel Oliveira Bierhals, Carine Cardoso, Leandro de Oliveira Carpes, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Márcio de Farias, Priscila Custódio Martins

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: rodrigo04101997_ramos@hotmail.com

RESUMO

A fibromialgia é uma condição crônica que afeta o sistema nervoso, gerando maior sensibilidade à dor. Em decorrência da desregulação do sistema, a saúde fica comprometida, e os sintomas vão além da dor difusa pelo corpo, como sensibilidade ao toque, alteração do sono, fadiga e depressão. A etiologia é incerta, pois não há exames laboratoriais, e, portanto, o diagnóstico é clínico. Existem fatores que podem desencadear a condição como uma violência sofrida. Portanto, o objetivo da pesquisa foi descrever a violência sofrida por parceiros(as) íntimo(a) de mulheres com o diagnóstico de fibromialgia e identificar se os indicadores antropométricos são modificados pela violência. O estudo é transversal, e analisou mulheres com diagnóstico de fibromialgia, participantes de um programa de exercício físico em uma universidade comunitária da cidade de Criciúma. O instrumento aplicado por uma psicóloga foi o “World Health Organization Violence Against Women” (WHO VAW STUDY), com divisões: violência psicológica, física e sexual perpetrada pelo parceiro íntimo ao longo da vida, totalizando 14 perguntas. A violência foi considerada presente quando as mulheres responderam “sim” a um dos itens do instrumento. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (parecer 7.199.130). Foi aplicado o teste T para amostras independentes para análise dos dados com $p < 0,05$. Foram analisadas 18 mulheres, com idade média de 54,5 anos ($dp \pm 5,63$). Entre elas, 14 (77,8%) relataram ter sofrido algum tipo de violência por parte do(a) parceiro(a), sendo a violência emocional a mais presente ($n=13$). Verificou-se que as mulheres que relataram violência apresentaram valores mais elevados nos indicadores antropométricos em comparação àquelas que não relataram violência: índice de massa corporal ($29,77 \pm 2,73$ vs. $25,69 \pm 3,97$; $p=0,02$), perímetro da cintura ($91,07 \pm 7,46$ vs. $82,31 \pm 8,15$; $p = 0,05$) e quadril ($108,55 \pm 8,08$ vs. $100,06 \pm 2,27$; $p = 0,05$). Conclui-se que de forma geral a violência sofrida por parceiro(a) íntimo(a) seja psicológica, física e/ou sexual afeta diretamente os indicadores antropométricos.

Palavras-chave: Dor crônica; Agressão física; Composição corporal.

Fatores associados ao sobrepeso e à obesidade na população brasileira: evidências do VIGITEL 2023

Maria Laura da Silva Geremias*, Susana Cararo Confortin, Sofia de Stefani Milioli, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Henrique Ascari Gonçalves, Lara Barbosa Damazio, Poliana Silveira da Silva Gonçalvez, Sabrina Capra Bertolim, Érica Tassi Frello, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: marialauraslg@gmail.com

RESUMO

A obesidade e o sobrepeso representam desafios centrais para a saúde pública no Brasil, pois estão fortemente associados ao risco elevado de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e à mortalidade prematura. Este estudo teve como objetivo estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e analisar os fatores sociodemográficos associados na população brasileira. Trata-se de um estudo transversal com dados da pesquisa da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) em 2023, realizado pelo Ministério da Saúde. O inquérito é conduzido por entrevistas telefônicas em amostra probabilística de adultos (>18 anos) residentes nas 26 capitais e no Distrito Federal. O desfecho foi o sobrepeso/obesidade (IMC igual ou maior do que 25 kg/m^2), calculado pelo índice de massa corporal (IMC = peso/altura 2). As variáveis independentes foram sexo (masculino; feminino), idade (agrupada em faixas etárias), cor da pele (branca; preta; parda; outras) e escolaridade (grupos de anos completos). Foram estimadas proporções com intervalos de confiança de 95% (IC95%) e razões de prevalência (RP) por regressão de Poisson com variância robusta. A amostra ponderada foi composta por 21.690 pessoas, composta majoritariamente por mulheres (53,9%), indivíduos de 25–34 anos (24,9%) e de cor parda (43,5%). Em relação à escolaridade, 41,3% tinham 9–11 anos de estudo e 32,9% possuíam 12 anos ou mais. A prevalência de sobrepeso/obesidade foi 61,4% (IC95%: 59,9–62,9). Na análise dos fatores associados, sexo, idade e escolaridade apresentaram associação estatisticamente significativa em relação ao sobrepeso/obesidade. Observou-se maior risco entre indivíduos do sexo masculino (RP: 1,06; $p = 0,011$) e entre faixas etárias mais elevadas, com destaque para pessoas entre 45–54 anos (RP: 1,89; IC95%: 1,65–2,16). A escolaridade apresentou associação inversa, com menor risco entre indivíduos com 12 anos ou mais de estudo (RP: 0,92; IC95%: 0,87–0,98; $p = 0,010$). Os achados reforçam que o excesso de peso no Brasil está associado a fatores sociodemográficos, como sexo, idade e escolaridade, confirmando sua relevância como prioridade em saúde pública e a necessidade de políticas específicas de prevenção e promoção da saúde.

Palavras-chave: Obesidade; Sobrepeso; Fatores sociodemográficos.

Associação entre apneia do sono e episódio depressivo em adultos do ELSA-Brasil

Wilson Guilherme Nunes Rosa Junior*, Luciano Ferreira Drager, Isabela M. Bensenor, Vandrine Meneghini, João Vinicius Debiasi Canarin, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: wilsongnjunior@gmail.com

RESUMO

A apneia obstrutiva do sono é um distúrbio marcado por episódios recorrentes de obstrução das vias aéreas superiores, o que resulta em hipóxia intermitente, alterações autonômicas e fragmentação do sono. O transtorno depressivo maior é uma condição heterogênea, caracterizada por sintomas como humor deprimido, fadiga, perda de interesse ou prazer, insônia ou hipersonia, alterações de apetite, entre outros. Desse modo, o objetivo do presente estudo é analisar a associação entre a presença de apneia do sono e episódio depressivo em adultos. Trata-se de estudo transversal, com dados da linha de base do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) de São Paulo. O desfecho considerado foi a presença de episódio depressivo maior (não, sim) e a variável exposição consistiu na apneia obstrutiva do sono avaliada pela polissonografia (não, leve, moderada, grave). Utilizou-se regressão logística para avaliar a associação. A maioria dos avaliados foram do sexo feminino (57,62%), com idade média de $49,61(\pm 8,52)$. A prevalência de episódio depressivo maior foi de 4,18%. Na análise bruta, a presença de apneia leve não foi associada a episódio depressivo maior (OR: 0,68; IC95%: 0,41–1,12). Da mesma forma, apneia moderada não apresentou associação significativa com episódio depressivo maior (OR: 0,54; IC95%: 0,28–1,05). Também não houve associação entre apneia grave e episódio depressivo maior (OR: 0,59; IC95%: 0,29–1,21). Não foi observada associação entre a gravidade da apneia do sono com episódio depressivo maior nesta amostra.

Palavras-chave: Transtorno Depressivo Maior; Apneia Obstrutiva do Sono; Sono.

Associação entre a qualidade de sono e a depressão em adultos do estudo Elsa/Brasil

João Vinicius Debiasi Canarin*, Luciano Ferreira Drager, Isabela M. Bensenor, Vandrine Meneghini, Wilson Guilherme Nunes Rosa Junior, Luiza Llantada Coelho, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: joao.canarin2017@gmail.com

RESUMO

A depressão é um transtorno prevalente, afetando 280 milhões de pessoas em todo o mundo. Essa condição compromete o bem-estar físico e mental dos indivíduos acometidos. A polissonografia é considerada o método padrão para avaliação do sono e suas alterações, permitindo investigar possíveis relações entre a qualidade do sono e a depressão. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a associação entre o episódio depressivo maior e a qualidade de sono avaliada pela polissonografia em adultos. Trata-se de um estudo transversal realizado com dados do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), com 2055 adultos de São Paulo, com análise de associação entre o episódio depressivo maior (não, sim) e a qualidade do sono na noite da polissonografia (igual, pior, melhor) utilizando regressão logística. A maioria dos avaliados foram do sexo feminino (57,62%), com idade média de 49,61(±8,52). A prevalência de episódio depressivo maior foi de 4,18%. Na análise, não houve associação entre a pior qualidade do sono com episódio depressivo maior (OR: 0,82; IC95%: 047-1,41). Da mesma forma, a melhor qualidade do sono não foi associada com episódio depressivo maior (OR: 1,29; IC95%: 0,50-3,29). Conclui-se que, neste estudo, não foi identificada associação entre o episódio depressivo maior e a qualidade do sono.

Palavras-chave: Transtorno depressivo maior; Qualidade do sono; Polissonografia.

Hipertensão Arterial e Obesidade: Diagnóstico Combinado, Prevalência e Fatores Sociodemográficos

Leticia da Silveira Ugioni*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Ana Julia Bressan de Medeiros, Aline Cristina Vieira de Lima, Lara Barbosa Damazio, Luiza Llantada Coelho, Marianka Fernandes Rocha da Luz, Poliana Silveira da Silva Gonçalves, Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: leticiaugionimed@gmail.com

RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) e a obesidade são importantes fatores de risco modificáveis para doenças cardiovasculares, que constituem as principais causas de morbimortalidade no Brasil e no mundo, e cuja coexistência potencializa o risco de complicações, representando um desafio crescente para o sistema de saúde. O objetivo deste estudo foi investigar a prevalência de diagnóstico combinado HAS e obesidade e a associação com fatores sociodemográficos. Trata-se de estudo transversal com dados do VIGITEL (2023), inquérito telefônico conduzido nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, com amostra de 21.960 adultos (18 anos ou mais). Foram analisadas as variáveis de diagnóstico combinado HAS e obesidade (não e sim), além dos fatores sociodemográficos: sexo (masculino/feminino), idade (18 a 64 anos / 65 anos ou mais), escolaridade (0 a 8 anos / 9 a 11 anos / 12 anos ou mais) e cor da pele (branca / preta / parda / outros: amarela e indígena), estimando-se as associações por meio de regressão logística. A prevalência de diagnóstico combinado entre HAS e obesidade foi de 10% (IC95% 9,1 - 10,9). O sexo não apresentou associação com o desfecho (OR = 1,13; IC95%: 0,92-1,38). Indivíduos com 65 anos ou mais tiveram duas (OR = 2,00; IC95%: 1,65-2,43) vezes mais chances de apresentar o desfecho em comparação aos de 18 a 64 anos. A cor da pele não se associou à condição (Preta: OR = 1,24; IC95%: 0,88-1,74 / Parda: OR = 0,93; IC95%: 0,75-1,15 / Outros: OR = 1,15; IC95%: 0,74-1,78). Quanto à escolaridade, observou-se efeito protetor, visto que participantes com 9 a 11 anos de estudo apresentaram 32% (OR = 0,68; IC95%: 0,54-0,87) menos chances de diagnóstico combinado e aqueles com 12 anos ou mais tiveram 51% (OR = 0,49; IC95%: 0,38-0,62) menos chances do desfecho em relação aos com até 8 anos de estudo. Conclui-se que o diagnóstico combinado de hipertensão e obesidade apresentou prevalência elevada na população estudada. Indivíduos mais velhos apresentaram maior chance do desfecho, enquanto níveis mais altos de escolaridade mostraram efeito protetor. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias de prevenção e políticas públicas direcionadas às desigualdades sociodemográficas identificadas.

Palavras-chave: Hipertensão arterial; Obesidade; Fatores sociodemográficos.

Análise de Associação entre Variáveis Sociodemográficas e Consumo Regular de Frutas, Legumes e Verduras

Davi Menegon de Farias*, Frederico Zanini de Faveri, Isabel Nogarede Modesto, Susana Cararo Confortin, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: davi.menegonf@gmail.com

RESUMO

O consumo de frutas, legumes e verduras é essencial para a prevenção de doenças crônicas e promoção da saúde, mas permanece insuficiente no Brasil. O consumo regular desses alimentos é baixo e difere entre grupos sociodemográficos. Sexo, escolaridade, idade e cor da pele podem afetar os hábitos alimentares e contribuir para desigualdades no acesso a uma dieta saudável. O objetivo do estudo foi analisar a associação entre variáveis sociodemográficas e consumo regular de frutas, legumes e verduras. Realizou-se um estudo transversal com dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2023, incluindo 21.690 adultos brasileiros com 18 anos ou mais. As variáveis sociodemográficas avaliadas foram idade (18-64 anos e 65 anos ou mais), sexo (masculino e feminino), escolaridade (0-8 anos, 9-11 anos, 12 anos ou mais) e cor/raça (branca, preta, amarela, parda ou indígena). O consumo de frutas, legumes e verduras foi avaliado em dias da semana e categorizado de acordo com a frequência (cinco vezes ou mais por semana), sendo classificado como “sim” ou “não” conforme o alcance da meta diária. A amostra mostrou predominância de indivíduos do sexo feminino (53,95%), entre 18 e 64 anos (88,25%), com 9 a 11 anos de escolaridade (41,32%) e de cor parda (43,55%). A prevalência do consumo regular desses alimentos foi de 31,88%. Mulheres tiveram 1,41 vezes mais chances de consumo (OR:1,41; IC95%: 1,23–1,61) em relação aos homens. Indivíduos com 65 anos ou mais apresentaram 1,77 vezes mais chances em comparação aos de 18 a 64 anos (OR:1,77; IC95%: 1,55–2,03). Pessoas de cor preta (OR:0,77; IC95%: 0,60–0,98) ou parda (OR:0,66; IC95%: 0,57–0,76) consumiram menos que os demais. Já aqueles com 12 anos ou mais de escolaridade tiveram 1,63 vezes mais chances de consumo (OR:1,63; IC95%: 1,37–1,94) quando comparado a quem possui 0 a 8 anos de escolaridade e 9 a 11 anos de escolaridade. Os resultados indicam que o consumo regular de frutas, legumes e verduras está associado a fatores sociodemográficos, como sexo, idade, escolaridade e cor da pele, evidenciando desigualdades no padrão alimentar.

Palavras-chave: Frutas; Idade; Brasil.

Estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e investigar fatores comportamentais associados

Frederico Zanini de Faveri*, Davi Menegon de Farias, Susana Cararo Confortin,
Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Isabel Nogarode Modesto

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: fredericodefaveri@gmail.com

RESUMO

O sobrepeso e a obesidade são fatores de risco para doenças não transmissíveis, como diabetes, doenças cardiovasculares e câncer, configurando uma crise de saúde pública global. No Brasil, observa-se um aumento contínuo desses quadros, associados à urbanização, ao maior consumo de alimentos ultraprocessados, à diminuição da ingestão de alimentos naturais e ao aumento da inatividade física. Este estudo teve como objetivo estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e analisar fatores comportamentais relacionados, utilizando dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2023, com 21.690 adultos brasileiros. Os indivíduos foram classificados com excesso de peso quando apresentaram índice de massa corporal (IMC) igual ou maior do que 25 kg/m^2 e obesidade com IMC igual ou maior do que 30 kg/m^2 . A inatividade física foi definida pela ausência de atividade física no último trimestre, sem esforços físicos intensos nas atividades cotidianas. O consumo alimentar foi avaliado pela ingestão de cinco ou mais grupos alimentares não ou minimamente processados, e de cinco ou mais grupos alimentares ultraprocessados, no dia anterior à entrevista, com respostas "sim" ou "não". As associações entre as variáveis foram analisadas por regressão logística. A amostra foi composta predominantemente por mulheres (53,95%), com a maior concentração na faixa etária de 18 a 64 anos (88,25%) e escolaridade entre 9 e 11 anos (41,32%). A maioria se autodeclarou parda (43,55%). Observou-se que 61,74% apresentaram sobrepeso/obesidade. Na análise bruta, indivíduos que não consumiram alimentos ultraprocessados (OR: 0,79; IC95%: 0,68–0,93) apresentaram menor chance de desenvolver sobrepeso e obesidade, em comparação aos que consumiram. No entanto, não foram observadas associações significativas entre inatividade física (OR: 1,04; IC95%: 0,86–1,26) ou consumo de alimentos in natura ou minimamente processados (OR: 0,97; IC95%: 0,86–1,10) com sobrepeso/obesidade. Conclui-se que há associação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e sobrepeso/obesidade, porém essa associação não foi observada com inatividade física ou consumo de alimentos in natura ou minimamente processados.

Palavras-chave: Sobrepeso; Obesidade; Prevalência; Ultratprocessados.

Associação entre o impacto da fibromialgia e a saúde mental de mulheres com o diagnóstico

Luana Piacentini Brunel*, Ricardo Teixeira Quinaud, Leandro de Oliveira Carpes, Joni Marcio de Farias, Priscila Custódio Martins

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: luanabrunelp123@gmail.com

RESUMO

A fibromialgia é compreendida como uma dor crônica que afeta principalmente mulheres e impacta diretamente na qualidade de vida, pois os sintomas incluem fadiga, sono não reparador, dor intensa em diferentes partes do corpo e pode levar ao desenvolvimento de ansiedade e depressão. Deste modo, o objetivo deste estudo foi analisar a associação entre o impacto da fibromialgia e a saúde mental de mulheres com o diagnóstico. Esta foi uma pesquisa transversal, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sob o parecer: 7.199.130. A população do estudo foi mulheres com o diagnóstico de fibromialgia, residentes em Criciúma (SC), que se inscreveram em um programa de exercícios físicos da UNESC. A amostra foi intencional e recrutada por conveniência, por meio de contatos telefônicos após pré-inscrição online. Foram incluídas participantes com 18 anos ou mais, diagnóstico confirmado de fibromialgia, atestado médico para exercícios físicos e em meio aquático, além de condições para realizar os testes físicos. No total, 41 mulheres participaram do estudo, com idade média de 54,39 ($\pm 7,56$) e massa corporal de 80,13 ($\pm 14,33$). O impacto da doença foi avaliado utilizando o Questionário de Impacto para a Fibromialgia (FIQ), que envolve três domínios: função, domínio geral e sintomas, e possui 20 perguntas relacionadas às atividades diárias, nível de dor, ansiedade, depressão e sono. Para obter informações sobre a saúde mental foi aplicado o Mental Health Continuum Short Form (MHC-SF) que contém 14 perguntas agrupadas em três dimensões de bem-estar (emocional, social e psicológico). Para análise estatística foi aplicada regressão linear simples com o menor ou igual a 0,05. Os principais resultados mostram que houve associação negativa entre impacto da fibromialgia no domínio Função (Beta= -0,02; $R^2 = 0,39$; $p = 0,03$), Impacto Geral (Beta= -0,01; $R^2 = 0,34$, $p=0,05$) e Sintomas (Beta= -0,13; $R^2=0,41$, $p=0,02$) na saúde mental de mulheres com o diagnóstico. Conclui-se que, quanto maior o comprometimento causado pela condição, pior é a saúde mental dessas mulheres, sugerindo que a relevância de abordagens pode favorecer a melhoria do bem-estar psicológico.

Palavras-chave: Dor crônica; Sono; Qualidade de vida.

Protocolo clínico para Diabete Mellitus Tipo 2 na Atenção Primária de Criciúma: Implementação, avaliação e disseminação no SUS

Lucas Thiago Borges*, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: lucasth.borges@gmail.com

A Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) é uma condição crônica de alta prevalência e impacto significativo no Sistema Único de Saúde (SUS). No município de Criciúma/SC, entre 2019 e 2022, as internações por complicações da DM2 aumentaram 22% (SIH/SUS), indicando falhas na resolutividade da Atenção Primária à Saúde (APS). Atualmente, a ausência de um protocolo clínico unificado para o manejo da DM2 na APS resulta em condutas assistenciais heterogêneas, encaminhamentos desnecessários para a atenção especializada e maior risco de complicações evitáveis. Este projeto propõe a construção, implementação e avaliação de um protocolo clínico municipal baseado em evidências, voltado ao manejo da DM2 na APS de Criciúma. A iniciativa será desenvolvida por meio de parceria entre a UNESC, por meio do programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e a Secretaria Municipal de Saúde, alinhada às diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2024), ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (2024), e à Política Nacional de Diabetes (Lei 13.895/2019). A metodologia prevê diagnóstico situacional, revisão de literatura, construção participativa do protocolo, validação com gestores e profissionais, capacitação dos médicos da APS e integração ao prontuário eletrônico municipal. Também será desenvolvido um plano de disseminação com foco em replicabilidade regional. Espera-se, como resultados, a qualificação do cuidado na APS, a padronização da conduta clínica, a redução de encaminhamentos desnecessários e a melhoria do controle glicêmico dos pacientes ($HbA1c <7\%$). O impacto será múltiplo: clínico, com melhora dos desfechos de saúde; organizacional, com fortalecimento da APS; econômico, com economia de recursos públicos e alívio da atenção especializada. Com forte aplicabilidade no SUS, o projeto traduz o conhecimento científico em instrumentos operacionais de cuidado, fortalecendo a equidade, a integralidade e a longitudinalidade na atenção à pessoa com DM2. O protocolo será um modelo potencial de inovação em saúde pública municipal e poderá ser adaptado para outros contextos.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 2; Atenção Primária à Saúde; Protocolo Clínico; Gestão em Saúde; SUS.

O papel da família na corresponsabilidade do tratamento de pessoas com fibromialgia: Um relato de experiência

Suzel Ramos Candido*, Carine Cardoso, Cristiani Rocha Sardá De Martin, Isabel Oliveira Bierhals, Jainy Colares, Maria Eduarda Soares Rodrigues

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: suzelramoscandido@unesc.net

RESUMO

O desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado às interações sociais, de modo que o isolamento social pode causar prejuízos significativos à saúde mental. Nesse contexto, pessoas com fibromialgia costumam vivenciar esse desafio de forma acentuada, o que reforça a importância de intervenções adequadas, do cuidado contínuo e, sobretudo, da compreensão dos familiares como parte do processo de tratamento. Assim, este resumo tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre um encontro realizado com familiares de pessoas diagnosticadas com fibromialgia, buscando promover o diálogo sobre o processo de adoecimento, o tratamento e as mudanças nos papéis e dinâmicas familiares decorrentes da doença. Essa atividade fez parte de algumas estratégias de saúde mental desenvolvidas para esse público, e foi realizada bimestralmente, na Universidade do Extremo Sul Catarinense, promovida pela equipe multiprofissional das Clínicas Integradas. Reuniram pacientes diagnosticados com fibromialgia, seus familiares e profissionais de diferentes áreas da saúde. Os encontros contaram com exposições sobre sintomas, limitações, possibilidades terapêuticas e sobre a importância da responsabilidade compartilhada no processo de tratamento. A cada encontro participaram, em média, quatorze pacientes, cada um acompanhado por pelo menos um familiar. Esse momento possibilitou a troca de experiências, seguido de discussões sobre alternativas de tratamento e esclarecimentos de dúvidas sobre a doença. A iniciativa teve como propósito promover educação em saúde, oferecer orientações e incentivar o cuidado compartilhado entre pessoas com fibromialgia e seus familiares. Como resultado, foram construídas estratégias de cuidado baseadas na corresponsabilidade do tratamento, como reformulação de tarefas diárias, ressocialização dos pacientes, acompanhamento dos familiares no tratamento e apoio emocional durante esse período. Essa experiência reforçou a relevância de um olhar integral e de um acompanhamento multiprofissional que inclua a família, favorecendo a adaptação do paciente aos novos desafios de forma mais saudável. Na percepção dos profissionais, pacientes que participaram dessas atividades, resultaram em maior adesão no tratamento, mostraram melhora no manejo das dificuldades e das comorbidades associadas, e estimularam ações conjuntas que atenuaram o impacto do sofrimento, promovendo saúde mental e melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Fibromialgia; Apoio Familiar; Abordagem Multidisciplinar da Assistência; Educação em Saúde.

Desafios vivenciados por Profissionais da estratégia da saúde da família sobre o trabalho em equipe

Cristiani Rocha Sardá De Martin*, Jacks Soratto, Natan Gonçalves de Lima João

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: cristianidemartin@gmail.com

RESUMO

Na Atenção Primária à Saúde, o trabalho em equipe exige uma atuação colaborativa entre os profissionais. Entretanto, ainda enfrentam diversos desafios, como ações fragmentadas, pouca interação entre os membros da equipe e modelos de gestão pouco flexível. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar os desafios e possibilidades do trabalho em equipe na perspectiva dos diferentes profissionais que compõem as equipes de saúde da família (eSF) do município de Criciúma sul do estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Realizada com profissionais das equipes de Saúde de Família (eSF), os participantes do estudo foram os agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos em enfermagem, auxiliares em saúde bucal. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada aplicada por pesquisador treinado, gravada e posteriormente transcrita. Observou-se que os desafios do trabalho em equipe nas Equipes de Saúde da Família (eSF) envolvem falta de incentivo e tempo disponível para reuniões, dificuldades de acesso e diálogo com a gestão, tendência ao trabalho individual, falta de comunicação entre os profissionais, compartmentalização das áreas de atuação, reuniões pouco produtivas, excesso de trabalho e rotatividade de servidores. Esses fatores somam limitações estruturais e escassez de recursos, agravando as dificuldades na construção de uma prática colaborativa. Nesse cenário, destaca-se a importância de investir em ações que promovam a colaboração entre os profissionais nas eSF, fortalecendo o diálogo, a escuta ativa e os vínculos interpessoais dentro da equipe, é fundamental superar desafios estruturais e culturais relacionados à liderança pouco participativa, à comunicação ineficaz ou fragmentada, e a organização ainda centrada em modelos assistenciais e individualizados.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Estratégia Saúde da Família; Trabalho em equipe.

Desafios em Centros de Reabilitação Física: Como Vulnerabilidades afetam a Reabilitação e a Acessibilidade

Bruna Laurindo Milioli*, Cristiane Damiani Tomasi

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: bruna.pmc.saude@gmail.com

RESUMO

Os centros de reabilitação física têm papel fundamental na recuperação da funcionalidade, autonomia e inserção social de pessoas com limitações motoras, mas a vivência profissional em um desses serviços evidencia que múltiplas vulnerabilidades ainda comprometem a qualidade do cuidado e a equidade no acesso. Este trabalho tem como objetivo relatar a vivência profissional em um centro de reabilitação física, destacando as vulnerabilidades que afetam a reabilitação e a acessibilidade dos usuários. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir da vivência no acompanhamento de usuários em um centro de reabilitação física. A análise foi organizada em três dimensões: a) estrutural, b) organizacional e c) atitudinal, buscando compreender os principais desafios enfrentados por pacientes e profissionais no processo de cuidado. No âmbito estrutural, destacam-se manutenção de equipamentos insuficiente, inadequação de espaços físicos e dificuldade de transporte para pacientes com mobilidade reduzida, fatores que comprometem a frequência às sessões e a continuidade do tratamento. Do ponto de vista organizacional, observa-se fragmentação nos fluxos de atendimento, demora nos encaminhamentos, protocolos pouco flexíveis e registros de informações desarticulados entre setores, o que dificulta a integralidade da atenção. Além disso, as equipes multiprofissionais precisam estar bem integradas para garantir a efetividade das intervenções, melhorando o potencial de alcance de objetivos comuns (equipe-usuário). No campo atitudinal, emergem barreiras de comunicação, episódios de pouca empatia e a baixa inclusão da família no processo terapêutico, o que fragiliza o estabelecimento de vínculo com os profissionais e impacta negativamente a adesão dos usuários ao tratamento. Tais vulnerabilidades mostram-se mais intensas em grupos socialmente vulneráveis, como pessoas idosas, de baixa renda ou com menor escolaridade, revelando desigualdades que se reproduzem também no contexto da reabilitação. A vivência aponta que para superar essas fragilidades é necessário investimento em infraestrutura acessível, qualificação permanente dos profissionais, integração de sistemas de informação e fortalecimento do trabalho multiprofissional, aliados a uma abordagem centrada no usuário e no envolvimento familiar. O reconhecimento e enfrentamento desses desafios é fundamental para oferecer um cuidado mais inclusivo, eficaz e equitativo, capaz de favorecer trajetórias de reabilitação bem-sucedidas e reduzir desigualdades em saúde.

Palavras-chave: Reabilitação; Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Serviços de Saúde para Pessoas com Deficiência; Atenção à Saúde; Equidade em Saúde.

Cinesiofobia e capital psicológico de trabalhadores em fase de reabilitação por lombalgia crônica

Ueslen Civiero José*, Mariana Bock da Costa, Daniela Vitorassi Longen, Gislaine Innocente Savaris, Willians Cassiano Longen

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: ueslen_civiero@hotmail.com

RESUMO

Analisar se há relação entre o capital psicológico e cinesiofobia em pacientes com dor lombar crônica de um Núcleo de Reabilitação de Trabalhadores. Trata-se de um estudo de campo, exploratório descritivo e quantitativo com abordagem transversal, em trabalhadores formais e informais de ambos os sexos, idades entre 29 e 67 anos, com dor lombar crônica. O projeto foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Extremo Sul Catarinense, com o número 5.821.064. Foram utilizadas as triagens de 18 pacientes trabalhadores atendidos no Núcleo de Reabilitação de Trabalhadores; aplicado um questionário referente a questões sociodemográficas, comportamentais e de trabalho; a Escala de Tampa para Cinesiofobia avaliar grau de cinesiofobia; e a Escala do PsyCap Abreviado versão traduzida e validada para a língua portuguesa (ambas são escalas validadas), envolvendo o Capital Psicológico, para avaliar as 4 capacidades. A dimensão da autoeficácia foi de média de 3,74, esperança 3,66, resiliência 3,83, otimismo 3,44, apontando para média geral de 3,74. A condição de cinesiofobia foi moderada para 61,1% dos sujeitos. A intensidade dolorosa associada a cinesiofobia apresentou significativa relação entre esses dois fatores. A média da cinesiofobia na dor intensa foi maior do que na dor moderada. No entanto, não foi observada associação do capital psicológico e intensidade dolorosa neste estudo. Acredita-se que esta limitação se deve ao número baixo de pacientes com dor lombar crônica atendidos pelo Núcleo de Reabilitação de Trabalhadores. Todavia pode-se afirmar que o capital psicológico está associado a níveis de satisfação, desenvolvimento e bem-estar relacionado ao ambiente organizacional de modo geral e que pacientes com dor lombar apresentam nível moderado de cinesiofobia e quando associado a dor, possuem um grau de dor intensa.

Palavras-chave: Dor lombar crônica; Capacidade funcional; Cinesiofobia; Autoeficácia, Esperança; Resiliência e Otimismo.

Capital Psicológico de Policiais Militares do Extremo Sul de Santa Catarina como Indicador de Saúde Funcional

Katiely Zanelatto*, Laís Perito Abel Joner, Letícia Macarini, Raiane de Souza Berti, Willians Cassiano Longen

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

*Autor(a) para correspondência: katiely.zpereira@outlook.com

RESUMO

O capital psicológico pode ser definido de maneira ampla como um estado psicológico positivo representado por um construto envolvendo quatro dimensões, a autoeficácia, a esperança, o otimismo e a resiliência. O trabalho do profissional policial militar demanda de muitas exigências físicas e psíquicas, visto que o aumento da violência, treinamentos exaustivos, jornada de trabalho extenuante, sensação de desvalorização do exercício profissional, assim como o risco de morte, são alguns dos agravamentos mencionados por essa classe trabalhadora, com reflexos sociais importantes. O objetivo deste estudo foi identificar a condição do capital psicológico de trabalhadores de uma corporação policial do extremo sul de Santa Catarina como indicador de saúde funcional. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa. A população de policiais militares vinculados ao batalhão envolvidos no estudo foi de 210. A partir do cálculo amostral, tendo como base uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%, foi definido o quantitativo amostral como meta de 115 que foi alcançado. A coleta dos dados ocorreu por intermédio da plataforma Google Forms através de um questionário sociodemográfico e um inventário denominado Psychological Capital Questionnaire (PsyCap-12), que é um instrumento validado, composto por 12 questões relativas às 4 dimensões que compõem o capital psicológico. Este estudo foi aprovado pelo CEP/UNESC com o parecer nº 5.502.257. O tratamento dos dados foi executado através de estatística descritiva, por média, desvio padrão com intervalo de confiança de 95%. A pontuação do PsyCap-12 demonstrou que a maioria dos policiais se encontra com um bom capital psicológico, sendo que a média geral foi de 3,51 (+/- 0,87), na dimensão autoeficácia foi de 3,59 (+/- 1,04), esperança 3,53 (+/- 0,92) e resiliência 3,43 (+/- 0,98). Foram encontradas evidências de que existe associação entre nível hierárquico e capital psicológico ($p < 0,05$), com menores valores entre soldados e cabos. Foi possível constatar que elementos do capital psicológico descritos no presente estudo apresentam boa condição geral. Entre os aspectos organizacionais explorados foi encontrada associação entre o capital psicológico e o nível hierárquico destes trabalhadores. Com o exposto, pode-se inferir que o capital psicológico está associado a níveis de satisfação, desenvolvimento e bem-estar relacionados ao ambiente organizacional de trabalho de modo geral.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Saúde mental; Capital psicológico; Trabalho militar; Segurança pública.

Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral: Relato de experiência

Karina Fardin Fiorotti*, Franciéle Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Autor(a) para correspondência: karina.fiorotti@ufes.br

RESUMO

A violência se apresenta como grave problema de saúde pública, impactando duramente na vida dos sobreviventes e de seus familiares, gerando diversas demandas aos serviços assistenciais. Relatar a experiência do curso de especialização latu senso em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral enquanto ferramenta de capacitação dos profissionais da assistência sobre a temática das violências. Um projeto da Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o governo do estado com o intuito de alcançar os profissionais que atuam na rede de proteção às vítimas de violência do estado nas diferentes áreas de atuação. Para a primeira turma foram ofertadas 320 vagas distribuídas em 8 polos de educação a distância do estado, incluindo municípios das regiões norte, sul e região metropolitana. O curso foi elaborado contendo 22 disciplinas reunidas em 03 módulos totalizando 360 horas, além do Trabalho de Conclusão de Curso. A seleção foi estabelecida por meio de edital conduzido por uma banca composta por professores do curso. As disciplinas foram disponibilizadas em ambiente virtual pela plataforma moodle, contemplando encontros presenciais nos polos e na própria universidade. A primeira turma teve seu início em agosto de 2023, encerrando suas atividades em março de 2025, quando 241 alunos concluíram o programa da especialização. Apesar de sua magnitude e dos prejuízos causados pelas violências na vida das comunidades, a temática ainda é abordada de forma insípiente nos campos do saber e da prática, sendo por vezes ignorada nos currículos do ensino superior ou nas capacitações em serviço. O êxito logrado pela primeira turma na formação dos diversos profissionais da atenção nas diferentes regiões do estado resultou em novo edital para formação de segunda turma com oferta de 200 novas vagas em outros 5 polos distintos de educação para início das atividades ainda em 2025. Parcerias como esta configura importante estratégia de enfrentamento, ampliando a rede de acolhimento e atenção às vítimas de violência.

Palavras-chave: Redes de Atenção à Saúde; Cuidado Integral; Promoção da Saúde; Prevenção de Agravos.